

Revista

PERcursos Linguísticos

Volume 13

Edição N. 34

Ano 2023

PPGEL- UFES

PERcursos Linguísticos

VITÓRIA
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

PERcursos linguísticos [recurso eletrônico] / Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Linguística. – v. 13, n. 33 (2023)- . – Dados eletrônicos. – Vitória: UFES, 2011-

Quadrimestral.

ISSN: 2236-2592

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web: < <http://periodicos.ufes.br/percursos>>

1. Linguística – Periódicos. 2. Linguística – Estudo e ensino. I. Programa de Pós-graduação em Linguística. II. Universidade Federal do Espírito Santo.

CDU: 81(05)

Ficha catalográfica elaborada por:

Saulo de Jesus Peres

CRB6 – Reg. 676/ES

CCHN/ PPGEL – Programa de Pós-Graduação em Linguística

Universidade Federal do Espírito Santo

Av. Fernando Ferrari, nº 514

Campus Universitário – Goiabeiras

CEP 29075-910

Vitória – ES

Tel: 027 4009-2524

ufes.ppgel@gmail.com

PERcursos Linguísticos

Esta revista é um periódico quadrimestral.

Reitoria

Reitor: Paulo Sérgio de Paula Vargas

Vice-Reitor: Roney Pignaton da Silva

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Pró-Reitor: Valdemar Lacerda Jr.

Centro de Ciências Humanas e Naturais

Diretora: Edinete Maria Rosa

Vice-diretora: Grace Alves da Paixão

Departamento de Línguas e Letras

Chefe: Mário Cláudio Simões

Sub-chefe: Igor Castilho Porsette

Programa de Pós-Graduação em Linguística Mestrado em Estudos Linguísticos

Coordenadora: Flávia Medeiros Alvaro Machado

Coordenador Adjunto: Fabio Luiz Malini

EQUIPE EDITORIAL

Patrick Rezende (Editor-gerente)

Guilherme Brambila

Elaine Cristina Borges Souza

Mônica Lopes Smiderle de Oliveira

Micheline Mattedi Tomazi

Maria da Penha Pereira Lins

CONSELHO EDITORIAL

Ana Cristina Carmelino (UNIFESP)

Anna Olga Prudente (PUC-RIO)

Adriana Baptista (UFRJ)

Alexandre Timbane (ACIPOL)

Alexsandro Rodrigues Meireles (UFES)

Bernardo Limberger (PUC- RS)

Bruno Deusdará (UERJ)

Daniel Ferraz (USP)

Davi Borges Albuquerque(UNB)

Daniervelin Renata Marques Pereira(UFTM)

Edna Maria Fernandes dos Santos Nascimento(UNESP)
Elena Godoy (UFPR)
Fernanda Mussalim(UFU)
Gustavo Ximenes Cunha (UFMG)
Guilherme Brambila Manso (Unifesp)
Isadora Machado (UFBA)
Janice Helena Chaves Marinho(UFMG)
José Olímpio de Magalhães(FALE/UFMG)
Júlia Maria da Costa de Almeida(UFES)
Júlio Araújo(UFC)
Junia Mattos Zaidan(UFES)
Juscelino Pernambuco (UNESP/UNIFRAN)
Karylleila Santos Andrade(UFT)
Kyria Finardi(UFES)
Lilian Coutinho Yacovenco(UFES)
Lúcia Helena Peyroton da Rocha(UFES)
Luciano Vidon(UFES)
Luís Fernando Bulhões Figueira(UFES)
Luiz Antonio Ferreira(PUC/SP)
Maria Cristina Giorgi(CEFET-RJ)
Maria da Penha Pereira Lins(UFES)
Maria Flavia de Figueiredo(UNIFRAN)
Maria Luiza Braga(UFRJ)
Maria Silvia Cintra Martins(UFSCAR)
Marina Célia Mendonça(UNESP)
Marta Scherre(UNB/UFES)
Mayara Oliveira Nogueira(MULTIVIX)
Mayelli Caldas de Castro (IFES)
Michele Freire Schiffler(UFES)
Micheline Mattedi Tomazi(UFES)
Pedro Henrique Lima Praxedes Filho (UECE)
Patrick de Rezende Ribeiro (Sedu-ES)
Renata Martins Amaral(IFCE)
Rita MariaRibeiro Bessa(UFBA/UEFS)

Rivaldo Capistrano Souza Júnior(UFES)

Sandra Mara Moraes Lima (UNIFESP)

Tatiany Pertel Sabaini Dalben (UESC)

Vanda Elias(UNIFESP)

Violeta Virginia Rodrigues (UFRJ)

A revista está indexada em:

[LATINDEX](#), [Diadorim](#), [JOURNALSEEKER](#), [SUMÁRIOS.ORG](#), [Journals4free](#), [SHERPA/RoMEO](#), [Google Scholar/Metrics](#), [WorldCat.org](#), [EZB-Elektronische Zeitschriftenbibliothek](#), [ERIHplus](#), [CIRC](#), [CCG / IBT - UNAM](#), [Vérsila-Biblioteca Digital](#), [REDIB](#), [ZDB](#), [JURN](#), [DOAJ](#), [Periódicos.Capes](#), [The Linguist List](#), [BASE](#), [I2OR](#), [Europub](#), [MLA - Modern Language Association](#), [Scilit](#), [ROAD](#)

SUMÁRIO

Apresentação Patrick Rezende Guilherme Brambila	8
Uma Análise De Ideologias Em <i>Fake News</i> Sobre O Histórico E Uso Da Cloroquina Na Pandemia De Covid-19 Marlon Oliveira dos Santos	9-26
Análise Sistêmico-Funcional Do Sistema De Transitividade Em Editoriais Latino-Americanos Sobre A Descriminalização Do Aborto Luana Ingrid Gomes Maia	27-47
Expressões Idiomáticas Com O Elemento Zoonímico Em Dicionário Bilíngue - Revelando Alguns Sentidos Pelo Contexto Mariana Santos Rosana Budny	48-61
Performatividade E Subjetividade: Paralelas Que Se Cruzam Na Análise De Um Discurso Médico Do Século XIX Silvana Silva João Gabriel Alcântara Manfrim	62-84
Letramento Acadêmico E Profissionalização Docente No Curso De Letras-Inglês Da Ueva José Raymundo Figueiredo Lins Jr.	85-102
POLÍTICA EDITORIAL	103-108

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresentamos mais um volume da Revista PERcursos Linguísticos, reafirmando nosso compromisso inabalável com a promoção de produção acadêmica de excelência na área dos Estudos da Linguagem.

Estamos convictos de que os trabalhos agora publicados desempenham um papel crucial ao instigar reflexões, promover discussões e oferecer soluções para uma variedade de questões linguísticas. Esperamos sinceramente que nossos leitores tirem proveito deste novo volume.

Expressamos nossa gratidão aos dedicados pesquisadores que submeteram seus trabalhos para avaliação cega por parte de seus pares, possibilitando sua divulgação através da Revista PERcursos Linguísticos. Essa colaboração fortalece ainda mais a produção de conhecimento científico sério e comprometido.

Não podemos deixar de agradecer ao nosso competente conselho editorial, composto por doutores de diversos centros de pesquisa do Brasil e do mundo. Seu comprometimento com as ciências e a generosidade em avaliar voluntariamente os trabalhos enviados, produzindo pareceres cuidadosos, são fundamentais para o sucesso continuado desta publicação.

Vitória, Espírito Santo, outubro de 2023.

Patrick Rezende

Guilherme Brambila

Editores

UMA ANÁLISE DE IDEOLOGIAS EM *FAKE NEWS* SOBRE O HISTÓRICO E USO DA CLOROQUINA NA PANDEMIA DE COVID-19

AN ANALYSIS OF IDEOLOGIES IN *FAKE NEWS* ABOUT THE HISTORY AND USE OF THE CHLOROQUINE IN THE COVID-19 PANDEMIC

Marlon Oliveira dos Santos¹

RESUMO: Deleuze (1990/1992) propõe que as sociedades de controle exercem formas de vigilância e autoridade por meio de modulações, estando, então, qualquer espaço sujeito a esses modos de controle. Dessa forma, o objetivo deste artigo é analisar ideologias em *fake news* sobre o histórico e uso da cloroquina no contexto da pandemia de Covid-19 através da visão deleuzeana de sociedades de controle, situando-as em discursos propagados através de redes sociais e seus algoritmos. Logo, foi necessária uma revisão histórica tanto sobre notícias falsas quanto sobre redes sociais. Para a geração de dados, foi utilizado o site da Agência Lupa, uma agência de verificação de fatos e plataforma de combate à desinformação. A metodologia consiste na análise qualitativa de notícias falsas retiradas de verificações do site utilizando de dois construtos teórico-analíticos principais: o cronotopo abordado por Blommaert (2015) e a indexicalidade abordada por Silverstein (2006). Com isso, o trabalho se propõe a analisar como signos – linguísticos ou não – invocam diferentes tempos e espaços, conectando discursos e ideologias a favor da visão de governo do então presidente da república, principalmente no que diz respeito a uma visão contrária.

Palavras-chave: Fake News. Cloroquina. Covid-19. Ideologias. Indexicalidade.

ABSTRACT: Deleuze (1990/1992) proposes that the societies of control perform ways of vigilance and authority by modulations. Consequently, any space would be subject of these means of control. For this reason, the objective of this article is to analyze ideologies present in fake news about the history and use of the chloroquine in the context of the Covid-19 pandemic through the deleuzian vision of the societies of control, by setting them in discourses spread through social medias and their algorithms. Consequently, a historical review about fake news and social media was necessary. The website for the Brazilian fact-checking and combating misinformation platform, Agência Lupa, was used as a way of generating the data from the present article. The methodology applied here consists in the qualitative analysis of fake news taken from fact-checks of the website by using two main theoretical and analytical constructs: the chronotope (Blommaert, 2015) and the indexicality (Silverstein, 2006). With this in mind, this article proposes to analyze how some signs – being them linguistic or not – evoke different times and spaces, connecting discourses and ideologies in favor of the view of government of

¹ Mestrando no Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada; Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Rio de Janeiro-RJ; E-mail de contato: marlon@letras.ufrj.br.

the then-President of Brazil, especially when some discourses were against his idea of government.

Keywords: Fake News. Chloroquine. Covid-19. Ideologies. Indexicality.

Introdução

O site do Consórcio de Veículos de Imprensa formado por *O Estado de S. Paulo*, *GI*, *O Globo*, *Extra*, *Folha de S.Paulo* e *UOL* mostra que, até a data em que foi escrito esse artigo, em outubro de 2022, houve um total acumulado de 34.782.182 casos conhecidos e 687.120 mortes por Covid-19 desde o início da pandemia no Brasil, em 2020. Além das altas transmissibilidade e letalidade da nova cepa do vírus, nomeada de SARS-CoV-2, que fez com que a OMS (Organização Mundial da Saúde) declarasse o surto como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, outro aspecto sobre a pandemia destacou-se: a alta circulação de notícias falsas em relação tanto ao vírus quanto a possíveis formas de tratamento, principalmente no Brasil.

Sendo assim, o presente artigo tem o objetivo de propor um estudo da atuação política de textos e discursos que disseminam informações falsas sobre a pandemia de Covid-19 seguindo os caminhos de uma Linguística Aplicada (LA) INdisciplinar (MOITA LOPES, 2006), ou ainda, uma LA de desaprendizagem (FABRÍCIO, 2006), que explora saberes de diferentes campos, entendendo que “[...] vários elementos que se arranjam de determinada forma contribuem para a produção de certos efeitos de sentido” (FABRÍCIO, 2006, p. 59), indo, assim, além das fronteiras de qualquer disciplina e explorando-as de modo a compreender aspectos da sociedade.

Dessa forma, estudo os discursos e ideologias presentes nas *fake news* através de construtos teórico-analíticos como o cronotopo – abordado em Blommaert (2015) – e indexicalidade – abordado por Silverstein (2006). Esses conceitos atuam na análise de forma a observar como determinados signos – linguísticos ou não – privilegiam ideologias que fazem parte da visão de governo do ex-presidente da república e de seus apoiadores. Conseqüentemente, também exploro conceitos de discurso e de ideologias abordados por Blommaert (2005).

Julgo de suma importância a necessidade de explorar características que formam o antigo governo de modo a compreender melhor suas ideologias e suas contribuições para a produção dessas informações falsas. Para isso, uso o estudo de Löwy (2019). Já em relação à

circulação de *fake news* no mundo virtual, uso, como principais fontes teóricas para o tema, trabalhos de Burkhardt (2017), Santaella (2020), Tufekci (2015) e Giansiracusa (2021). Sendo esses dois últimos, contribuições mais inclinadas ao estudo dos algoritmos na internet e suas influências no usuário.

No que se trata do *corpus* gerado, as *fake news* analisadas são retiradas de verificações de notícias feitas pela Agência Lupa, site especializado em desmentir informações falsas, além de contribuir para a educação midiática de seus leitores.

Com o propósito de abarcar todas essas noções num estudo que compreende as *fake news* sobre a pandemia como formas de obter a adesão de uma parcela da sociedade a discursos e ideologias pró-governo, a principal base teórica em que este artigo se apoia é o estudo de Deleuze (1990/1992) sobre as sociedades de controle.

O Poder Político das *Fake News*

Notícias de cunho enganoso ocuparam as redes sociais e foram tomadas como verdade por grande parte da população nos últimos anos. Embora as *fake news* tenham ganhado bastante destaque – especialmente na era do governo Trump, nos Estados Unidos, e do governo Bolsonaro, no Brasil – elas não são conceitos novos. Há muito a humanidade lida com tal fenômeno.

Burkhardt (2017), em seu capítulo sobre o histórico das *fake news*, mostra que esse hábito de produzir notícias falsas é datado desde muito antes da era da imprensa escrita. A pesquisadora cita, por exemplo, o historiador bizantino, Procópio de Cesareia e suas histórias inventadas sobre o antigo imperador para que pudesse dissociar sua imagem da dele e, assim, conseguir, provavelmente, a aprovação do novo imperador; as *pasquinadas* criadas pelo italiano Pietro Aretino; os *canards* franceses; reportagens falsas produzidas pelo famoso escritor Edgar Allan Poe e transmissões de rádio feitas pelo Sacerdote Ronald Knox e pelo escritor e produtor Orson Welles, que foram entendidas como verdade, mesmo que tenham sido acompanhadas por avisos explicitando seu teor ficcional.

Apesar de algumas dessas histórias fazerem parte de categorias satíricas, tendo como principal objetivo o divertimento, outras caem no âmbito da desinformação e podem influenciar a população de forma política, como a do historiador bizantino. Assim, ao analisar o

desenvolvimento das *fake news* através da história da humanidade, partilho do mesmo pensamento de Santaella (2020) que, ao citar Bucci², afirma que as

Fake News afetam prioritariamente o campo da política. Há outros campos, evidentemente, como a medicina, o marketing etc., mas é, na política, que as consequências são as mais destrutivas, desde que dela e dos efeitos que produz depende grandemente o funcionamento saudável ou doentio de uma sociedade e a preservação de seus valores democráticos (BUCCI, 2019, apud SANTAELLA, 2020, p. 10)

Trazendo o foco para o Brasil, podemos nos perguntar o porquê de tantos acreditarem nessas informações falsas. O motivo, claro, é inalcançável, pois não temos acesso ao pensamento de cada pessoa que forma a população, porém, podemos pensar em algumas possibilidades. Löwy (2019), em sua análise sobre características neofacistas presentes no governo Bolsonaro, lista possíveis motivos de sua vitória nas urnas. Dentre eles “o desejo de parte significativa da população de um ‘Salvador da Pátria’, um ‘Homem Forte’, um ‘Mito’, capaz de ‘restabelecer a ordem’ e ‘limpar o país’” (LÖWY, 2019). Logo, o governo do então presidente do país buscava mostrar uma imagem heroica que luta contra a corrupção. Essa imagem

está presente no discurso da extrema direita europeia, mas de forma marginal. No Brasil é uma velha tradição, desde os anos 1940, dos conservadores: se levanta a bandeira do combate à corrupção para justificar o poder das oligarquias tradicionais e, segundo o caso, legitimar golpes militares. (LÖWY, 2019).

Moldando, assim, um inimigo idealizado, que carrega características mais progressistas. Os alvos para a atribuição dessa imagem de inimigo vieram a ser o Partido dos Trabalhadores (PT) e a parcela da população que não apoia a visão de governo instituída por Bolsonaro e seus apoiadores, bem como suas atitudes.

Essa suposta ameaça do inimigo era uma das principais fontes de força alimentadas pelo governo de Bolsonaro. Todavia, além dela, outras fontes ajudavam o governo a sustentar esse poder que tinha, como a disseminação de informações e notícias, visto que “[t]udo vale e espria-se com a velocidade relâmpago de meros toques na correnteza dos rios das *timelines*, graças às facilidades para se registrar e ser membro de gigantescas redes de participação e compartilhamento.” (SANTAELLA, 2020, p. 12). E, assim, quando relacionamos produção e disseminação de informações falsas ao antigo governo, podemos entender que “[...] Bolsonaro

²BUCCI, Eugenio. *Existe democracia sem verdade factual?* São Paulo: Estação das Letras de Cores, 2019a.

e seus seguidores [...] são fortes adeptos das redes sociais, especialmente do Twitter e do WhatsApp, redes de compartilhamento mais breves e velozes.” (SANTAELLA, 2020, p. 9). Isso é reforçado, ainda, com a ideia que Santaella (2020) argumenta de que vivemos em bolhas. Bolhas ideológicas que agrupam sujeitos que compartilham das mesmas crenças e, muitas vezes, possam ter resistência quando confrontados.

Se pensarmos nessas bolhas, poderíamos assumir que todos que fazem parte delas estão conscientes de que são informações falsas e que, ao compartilhá-las, acabam contribuindo para a desinformação? É provável que nunca tenhamos essa resposta, mas podemos refletir que cada indivíduo possui um repertório de vida diferente que os leva a ser quem são atualmente. Desse modo, Santaella (2020) propõe que

[o]s intérpretes das Fake News são pessoas vivas que existem no seu tempo e no seu espaço. São seres pensantes que sentem, agem e ininterruptamente interpretam -- de acordo com o repertório informacional de que dispõem --, as enxurradas de signos que recebem pelos mais variados meios, desde as conversas familiares, passando por todas as mídias até as novas formas de conversação e socialidade que as redes digitais inauguraram. (p. 22)

Isso se torna ainda mais forte quando pensamos na influência que os algoritmos têm, não só na educação política, mas no que usuários tomam como verdade. Isso vai além do que os usuários podem controlar e, compartilho do que foi proposto pela autora, de que o mal da desinformação tem de ser combatido desde o início, de forma a preparar os indivíduos para terem uma visão crítica sobre o que recebem, compartilham e entendem como verdade, principalmente no mundo online. (SANTAELLA, 2020).

Algoritmos como Modos de Controle

A internet tem um papel fundamental na disseminação de informação, sendo sua veracidade comprovada ou não. Assim, os algoritmos têm grande influência nessa circulação, pois, como apontado por Tufekci (2015), uma das características dos algoritmos é que eles são “processos computacionais que são utilizados para tomar decisões de tal complexidade que as entradas e saídas de dados não são nem transparentes nem óbvias para um humano observando de forma simples.” (p. 206, tradução minha).

Com base na influência dos algoritmos nas tomadas de decisão dos usuários da internet, Giansiracusa, em um de seus estudos, apresenta um relato de um vice-presidente do partido de

Bolsonaro em 2019, que dá os créditos de seu recrutamento ao partido para a plataforma, de acordo com uma investigação do New York Times mencionada por Giansiracusa (2021), "Ele [o vice-presidente] estava passando tempo no site [YouTube] um dia [...] quando a plataforma lhe sugeriu um vídeo de um blogueiro de direita. Ele assistiu, por curiosidade. Então a plataforma sugeriu mais outro, e outro". (GIANSIRACUSA, 2021, p. 78, tradução minha.) dando, dessa forma, créditos de sua educação política à plataforma e, conseqüentemente, adotando um regime de verdade para si.

Dessa forma, compreendo os algoritmos como agentes não humanos, mas controlados por humanos, que potencializam a circulação de informações falsas, de modo a controlar, de certa maneira, o que seus usuários têm como verdade. Em vista disso, considero os algoritmos como modos de controle, conceito apresentado por Deleuze (1990/1992).

Deleuze (1990/1992) aborda três tipos de sociedade que a humanidade já experienciou ou ainda experiencia. O primeiro deles é composto pelas sociedades de soberania, “cujo objetivo e funções eram [...] açambarcar, mais do que organizar a produção, decidir sobre a morte mais do que gerir a vida [...]” (DELEUZE, 1990/1992, p. 219). Em outras palavras, as sociedades de soberania visavam manter a ordem de forma absoluta, por meio de torturas, mortes, execuções em praça pública etc.

Já o segundo tipo é composto pelas chamadas sociedades disciplinares, situadas por Foucault, que se caracterizam pelos diferentes meios de confinamento, cada um com o seu tipo de disciplina. De acordo com Deleuze (1990/1992)

[o] indivíduo não cessa de passar de um espaço fechado a outro, cada um com suas leis: primeiro a família, depois a escola (“você não está mais na sua família”), depois a caserna (“você não está mais na escola”), depois a fábrica, de vez em quando o hospital, eventualmente a prisão, que é o meio de confinamento por excelência.” (DELEUZE, 1990/1992, p. 219)

Entretanto, o tipo de sociedade que é o foco desta pesquisa é composto pelas sociedades de controle. Essas sociedades seriam uma mutação das sociedades disciplinares. Diante disso, os modos de controle – ou controlatos – seriam mais sutis em relação às formas de disciplina. Assim,

[o]s confinamentos são *moldes*, distintas moldagens, mas os controles são uma *modulação*, como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro. (DELEUZE, 1990/1992, p. 221)

Considerando o comentário de Deleuze (1990/1992) em relação a análises de Paul Virilio sobre “as formas ultra-rápidas de controle ao ar livre, que substituem as antigas disciplinas que operavam na duração de um sistema fechado.” (p. 220), entendo que, ao trazer a ideia de controle ao ar livre para a atualidade, é possível considerar não só as redes sociais como pertencentes a esse grupo, mas também os algoritmos, de forma a contribuir para as sociedades de controle.

Desse modo, não percebemos de forma palpável os modos de controle, como os confinamentos das sociedades disciplinares, mas somos inseridos nessas sociedades de forma fluida e quase imperceptível. Pode-se tomar como exemplo qualquer pessoa que tenha acesso a um *smartphone*. Mesmo que não acesse redes sociais, outros aplicativos e navegadores sugerem conteúdos com base no que a pessoa procura e, assim, criam um perfil de busca específico para esse usuário. Controlando-o de forma a consumir o que os algoritmos entendem como bom para ele.

Entendo, então, algoritmos como ideológicos e que, ao potencializarem a circulação de *fake news*, se tornam agentes sociais. Em vista disso, entendo ideologias como conjuntos de crenças, de origem cultural. Assim, compartilho do pensamento de Blommaert (2005) de que ideologia é “[...] senso comum, as percepções normais que temos do mundo como sistema, as atividades naturalizadas que sustentam as relações sociais e as estruturas e os padrões de poder que reforçam esse senso comum.” (BLOMMAERT, 2005, p. 159, tradução minha.).

Portanto, quando assumo que algoritmos são ideológicos, considero que, quando atuam no redirecionamento da atenção dos usuários de redes sociais a determinados conteúdos, esses programas juntam pessoas em nichos em que seus regimes de verdade e crenças tornam-se senso comum dentro daquele espaço, moldando, assim, determinados grupos da sociedade.

Em vista disso, entendo que os algoritmos trabalham de forma ativa em processos virtuais e que, assim como o entendimento de Deleuze (1990/1992) sobre as sociedades de controle, esses programas direcionam perfis e ideologias, modulando a singularidade dos usuários de forma que possam ser induzidos a determinados pontos de vista e opiniões. Considerando os procedimentos algorítmicos como componentes dessas formas de controle,

entendo-os como responsáveis, em partes, pela propagação de notícias falsas sobre a pandemia de Covid-19.

Cronotopo e Indexicalidade em três *fake news* sobre a pandemia de Covid-19

Para analisar os processos ideológicos presentes em *fake news* sobre a pandemia de Covid-19, faço uso dos construtos de cronotopo e indexicalidade. Para trabalhar com tais conceitos, uso como base Blommaert (2015) e Silverstein (2006). Além disso, as notícias falsas aqui analisadas foram retiradas de análises de verificação e checagem feitas pela agência Lupa. Logo, o intuito deste artigo não é verificar se as informações são verdadeiras ou falsas, mas, sim, analisar processos ideológicos presentes nos discursos coletados.

Ao me orientar para uma Análise de Discursos, entendo que “[...] discurso [...] compreende todas as formas de atividade semiótica humana significativa que têm conexão com padrões sociais, culturais, históricos e como eles são usados.” (BLOMMAERT, 2005, p. 2, tradução minha.). Considerando, assim, a língua em ação, inseparável do social. Com isso, é importante o entendimento de diferentes aspectos que moldam o discurso, tendo em vista não só os aspectos linguísticos, mas também os contextuais. Para Blommaert (2015), há complexidade quando nos referimos ao contexto. Assim sendo, o autor faz uso do conceito de Bakhtin, o cronotopo.

De acordo com o pesquisador, a noção de cronotopo “[...] nos ajuda a resolver dois problemas persistentes no estudo da língua em sociedade.” (BLOMMAERT, 2015, p. 106). Sendo o primeiro desses problemas a divisão entre micro e macro, em que micro se refere à “[...] análise discursiva da interação oral ou a análise sociolinguística das variáveis individuais na fala [...]” (BLOMMAERT, 2015, p. 106, tradução minha) e macro à “análise crítica do discurso que é ideologicamente orientada e estudos sobre política e atitudes políticas [...]” (BLOMMAERT, 2015, p. 106, tradução minha). Já o segundo problema trata da “predominância de modelos unidimensionais de sentido” (BLOMMAERT, 2015, p. 106, tradução minha), ou seja, tratar o discurso como apenas aquilo que é dito, sem considerar outros aspectos que podem influenciar no sentido do texto verbal.

Logo, entendo o cronotopo como a “[...] mistura intrínseca de espaço e tempo em qualquer evento do mundo real [...].” (BLOMMAERT, 2015, p. 106, tradução minha.). Assim,

o cronotopo ancora os textos em múltiplos espaços e tempos. Sendo essa ancoragem feita a partir da indexicalidade que, de acordo com Silverstein (2006)

[...] é apenas o princípio da contextualização de signos em uso, sejam eles linguísticos ou de outra natureza. Ela é vista como um componente de significado das formas de signos. A indexicalidade se revela na forma como os signos, sejam eles linguísticos ou não, apontam seus usuários para as condições específicas em que os utilizam. (SILVERSTEIN, 2006, p. 14, tradução minha.)

Dessa forma, entendo a indexicalidade como o modo que determinados signos são colocados em discursos de forma a apontar – ou indexar – para determinados significados dentro do complexo contexto em que está inserido, ancorando os discursos em diferentes espaços e tempos. Assim, os signos possuem cargas ideológicas que não podem ser analisadas apenas no nível linguístico.

Com isso, neste artigo, analiso o *corpus* gerado de forma qualitativa, considerando como os signos presentes em notícias falsas sobre a pandemia de Covid-19 apontam para diferentes tempos e espaços através da indexicalidade e, assim, integram a visão ideológica de governo do ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro.

O *corpus* é composto de três *fake news* retiradas de três verificações de fatos do site da agência Lupa. Todas as três informações falsas são a respeito do tratamento da Covid-19 com cloroquina ou sobre o histórico do medicamento e foram escolhidas por terem, a meu ver, cargas ideológicas fortes em seus discursos, o que deixa a análise ainda mais interessante.

A agência Lupa é uma plataforma que visa o combate a desinformação por meio de verificação de notícias. Escolhi essa agência por ter sido por meio dela que, durante a pandemia, acompanhei os processos de checagem de fatos. Além de acompanhar sobre a pandemia, também acompanhei outros temas no site, como as eleições.

A primeira informação falsa analisada está presente na verificação de título *É falso que Doria proibiu cloroquina nos hospitais de São Paulo*, feita por Chico Marés e publicada no dia 01 de abril de 2020, às 20h43.

Veja a imagem compartilhada nas redes sociais abaixo:

Figura 1 – Notícia falsa sobre proibição de cloroquina em São Paulo

Doria proíbe, a cloroquina
nos hospitais de São
Paulo.....

Quer que o povo brasileiro
morra mesmo !
Doria comunistas,
junto com todos os
governadores e prefeitos
canalhas..



Fonte: site da Agência Lupa. Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/04/01/verificamos-doria-cloroquina-coronavirus/>> Acesso em 16 de agosto de 2022.

Em seguida, observe a transcrição do texto com signos destacados por mim:

“Doria proíbe, a cloroquina nos hospitais de São Paulo..... Quer que o povo brasileiro morra mesmo ! Doria *comunistas*, junto com *todos os governadores e prefeitos canalhas...*”

TEXTO A

O texto acima, já verificado e desmentido pela agência Lupa, é uma crítica a uma suposta proibição que o governador de São Paulo, João Dória, teria imposto à medicação que foi originalmente desenvolvida para o tratamento da malária. De acordo com a agência, a imagem foi “[...] publicada no Facebook que, até [à]s 19h40 do dia 1º de abril de 2020, tinha sido compartilhada por cerca de 800 pessoas” (MARÉS, 2020). Além disso, o responsável pela

publicação da verificação, Chico Marés, explica em detalhes o porquê de a informação não ser verdadeira.

No que se refere à análise dos signos presentes na imagem, a expressão *comunistas*, que foi destacada em negrito por mim, tem um valor fundamental em discursos a favor do antigo governo. Para isso, é necessário entender que o termo invoca cronotopos e discursos ligados a ele.

Antes de chegar à expressão em análise, é importante explorar características do antigo governo que influenciam o uso do termo. Sendo assim, Michael Löwy (2019) pondera que o uso do termo “fascismo” não cabe necessariamente para caracterizar o governo de Bolsonaro. Assim, o pesquisador o caracteriza como neofascismo e ilustra razões pelas quais os dois se diferenciam:

(a) não existe, em nenhum dos países em que o neofascismo está em ascensão, uma “ameaça revolucionária”; (b) o grande capital manifesta pouco entusiasmo pelo programa econômico “nacionalista” da extrema direita, embora possa vir a se acomodar a essa política; (c) o apoio aos Trump, Bolsonaro ou Le Pen não se limita à pequena burguesia, mas inclui grandes contingentes populares e mesmo da classe operária. (LÖWY, 2019)

Desse modo, ao analisar o governo de Bolsonaro, Löwy (2019) entende que há relações com países que têm o fascismo no histórico, porém destaca que há diferenças importantes entre o Brasil e outros países da Europa. Um desses pontos é o fato de que

[...] o tema da luta contra a corrupção está presente no discurso da extrema direita europeia, mas de forma marginal. No Brasil é uma velha tradição, desde os anos 1940, dos conservadores: se levanta a bandeira do combate à corrupção para justificar o poder das oligarquias tradicionais e, segundo o caso, legitimar golpes militares. Bolsonaro conseguiu manipular este sentimento legítimo de indignação contra os políticos corruptos para se impor, e venceu a disputa de opinião na sociedade, ao identificar (falsamente) o PT como o núcleo do sistema político do Estado brasileiro e como o principal responsável pela corrupção. (LÖWY, 2019)

Resultando assim, numa caracterização do inimigo para seu governo, a ameaça comunista que seus seguidores tanto temem. Dessa forma, a expressão destacada indexa para outro tempo e espaço, que traz à tona sua visão ideológica, quando pensamos nos movimentos comunistas da história da humanidade, principalmente no que se refere à Ditadura Militar e a extinta União Soviética.

Já o segundo termo destacado “*todos os governadores e prefeitos canalhas*” indexa justamente governadores e prefeitos que, não necessariamente reprovavam o governo antigo, mas que não apoiavam o uso da cloroquina como tratamento para a Covid-19. O excerto verbal é seguido da reprodução de sete *emojis* que indexam a indignação do autor no texto em relação à suposta notícia.

É possível notar, então, como os modos de controle, para além dos mecanismos da internet, moldam a opinião do público sobre a notícia disseminada, trazendo acontecimentos que são imbricados e organizados de forma a facilitar que os usuários das redes sociais acreditem nessas *fake news*. Isso é notável quando se sabe que o ex-prefeito, João Dória, mostrou certa resistência ao governo do ex-presidente e trabalho para que a vacinação contra a Covid-19 fosse acelerada. Resultando, assim, na formação de mais um inimigo ideológico.

A segunda notícia falsa a ser analisada está presente na verificação intitulada *É falso que médico paraense descobriu a cloroquina*, escrita por Maurício Moraes e publicada no dia 21 de maio de 2020, às 19h45. A notícia falsa, de acordo com o site, foi publicada no “[...] *Facebook* que, até as 18h de 21 de maio de 2020, tinha 170 compartilhamentos” (MORAES, 2020).

Observe a imagem que circulou em redes sociais a seguir:

The image is a composite graphic designed to look like a social media post. On the left is a black and white portrait of a man with a mustache, identified as Dr. Gaspar Vianna. In the center is a box of Chloroquine with a virus-like illustration. Below the box, the text reads: "VOCÊ SABIA QUE FOI UM PARAENSE QUE DESCOBRIU A CLOROQUINA?" and "DR. GASPARI VIANA". At the bottom right is a logo for "S.O.S. PÁTRIA AMADA". On the right side, there is a screenshot of a Facebook post from 20 hours ago. The post text says: "Boa noite! A Hidroxicloroquina, pra quem não sabe !!! E acho que nem o governador e o prefeito, também não sabem, que este medicamento foi inventado por um paraense, o Dr. GASPARI VIANNA !!! Que era médico patologista e cientista, e que faleceu em 1914 aos 29 de idade. Deixou esse legado para a humanidade, e detalhe nem quis patentear o remédio, por isso é medicamento de domínio público. Na época, ele criou esse medicamento para curar os doentes da malária, e que hoje esse medicamento é usado pra salvar vidas na pandemia. Que bom seria, se os nossos governantes lembrassem desse benfeitor da humanidade, e que o nosso estado deveria ser lembrado como referência mundial em salvar vidas, por ter esse filho ilustre. Muito obrigado, Dr. Gaspar Vianna! <https://www.facebook.com/sospatriaamadaoficial/>". The post shows 148 reactions, 73 comments, and 171 shares. A comment from a user named 'Temos' says "que agradecer" and has 1 like.

FIGURA 2 – Notícia falsa sobre descoberta da cloroquina

Fonte: site da Agência Lupa. Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/05/21/verificamos-medico-paraense-descobriu-cloroquina/>> Acesso em 16 de agosto de 2022.

A notícia falsa é composta de uma imagem e uma legenda. A imagem mostra o médico Gaspar Viana. Ao lado do médico, pode-se observar uma ilustração do formato do vírus Sars-Cov-2 e a embalagem do medicamento da cloroquina. A imagem tem a logo de uma página do *Facebook* chamada “S.O.S PÁTRIA AMADA”, cujo link é indicado na legenda da publicação. Ainda na imagem, temos o excerto, o qual é transcrito a seguir:

VOCÊ SABIA QUE FOI UM PARAENSE QUE DESCOBRIU A CLOROQUINA?
DR. GASPAR VIANA

TEXTO B

No excerto que se encontra na imagem da publicação, podemos notar a pergunta dirigida diretamente ao público que lerá a notícia, além de escolhas de palavras que ajudam a despertar um interesse na informação, como *VOCÊ SABIA*.

Além disso, podemos notar o uso da frase *FOI UM PARAENSE QUE DESCOBRIU A CLOROQUINA*, que pode indexar um sentimento de patriotismo, já que dá a um cientista brasileiro a responsabilidade de ter descoberto um medicamento que, na visão do antigo presidente e seus seguidores, tem alta eficiência contra a doença. O suposto patriotismo também é uma marca ideológica forte no governo de Bolsonaro.

Transcrevo, também, a legenda que acompanha a imagem:

Boa noite!
A Hidroxicloroquina, pra quem não sabe !!! *E acho que nem o governador e o prefeito, também não saibam*, que este medicamento foi inventado por um paraense, o Dr. GASPAR VIANNA !!! Que era médico patologista e cientista, e que faleceu em 1914 aos 29 de idade. *Deixou esse legado para a humanidade*, e detalhe *nem quis patentear o remédio*, por isso é medicamento de domínio público. Na época, ele criou esse medicamento para curar os doentes da malária, e que hoje esse medicamento é usado pra salvar vidas na pandemia. *Que bom seria, se os nossos governantes lembrassem desse benfeitor da humanidade, e que o nosso estado deveria ser lembrado Como referência mundial em salvar vidas, por ter esse filho ilustre.*
Muito obrigado, Dr. Gaspar Vianna!

TEXTO C

A expressão *E acho que nem o governador e o prefeito, também não saibam* indexa, no tempo e espaço em que ocorre a situação – ou seja, Belém do Pará – que o governador e prefeito provavelmente não aderiram ao discurso do então presidente e seus seguidores a favor da cloroquina. Além disso, há expressões como *Deixou esse legado para a humanidade; nem quis patentear o remédio e Que bom seria, se os nossos governantes lembrassem desse benfeitor da humanidade, e que o nosso estado deveria ser lembrado [...] Como referência mundial em salvar vidas, por ter esse filho ilustre*, que podem indexar supostas visões patrióticas e humildes sobre o cientista. Visões que foram sempre reforçadas pelo então governo, mesmo que não fossem reais.

Essa segunda notícia falsa traz uma visão ideológica de patriotismo para o governo do ex-presidente, mostrando que Jair Bolsonaro apoiava a ciência brasileira e explicitando certa ingratidão que parte do povo brasileiro tinha por ele. Há de se notar como os modos de controles

modulam, nesse caso, visto que trabalham com discursos científicos que são normalmente aceitos com mais legitimidade e precisam de uma apuração mais minuciosa, fazendo com que o público acredite com mais facilidade.

A terceira e última notícia falsa a ser analisada está presente na verificação de título *É falso que cloroquina foi recomendada como forma de tratamento durante gripe espanhola*, escrita por Nathália Afonso e publicada no dia 25 de fevereiro de 2021, às 11h47. A notícia falsa, de acordo com o site, foi publicada no *Facebook* e “[...] que até às 11h do dia 25 de fevereiro de 2021, tinha sido compartilhado por 1,5 mil pessoas [...]”. (AFONSO, 2021).

A seguir, a imagem compartilhada nas redes sociais:

FIGURA 3 – Notícia falsa sobre uso da cloroquina na epidemia de Gripe Espanhola



Fonte: site da Agência Lupa. Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/02/25/verificamos-cloroquina-gripe-espanhola/>> Acesso em 16 de agosto de 2022.

A imagem da notícia falsa é composta de uma foto de um anúncio de 1918 que promove a venda de um medicamento contra a gripe espanhola chamado “chloro quinino”, ou cloridrato

de quinino, uma droga diferente da cloroquina. Além disso, essa droga não é eficaz contra a gripe, assim como a cloroquina não é eficaz contra a Covid-19.” (AFONSO, 2021)

Neste caso, é interessante notar que o fato de os dois medicamentos terem nomes parecidos auxilia na credibilidade informação falsa. Além disso, é importante perceber como acontecimentos dos dias atuais são transportados para um período há mais de um século e que os dois casos são informações falsas abordadas como verdade.

De acordo com a responsável pela verificação, Nathália Afonso, o “texto foi feito por uma farmácia mineira que pretendia vender o cloridrato de quinino mesmo sem que o remédio tivesse eficácia comprovada para gripe espanhola.” (AFONSO, 2021). Desse modo, os períodos se confundem ao relacionar dois acontecimentos parecidos em situações que não estão presentes no texto linguístico, mas, sim, nos seus complexos contextos. A história de 1918 parece se repetir em 2020, mudando apenas a doença, a medicação e os responsáveis por anunciar o remédio como eficaz.

Em seguida, transcrevo dois textos presentes na publicação:

Nossa será que *vão ficar irritados*?

TEXTO D

Desde 1918... só os médicos formados no período petista não sabem...

TEXTO E

No que se refere aos signos linguísticos, a expressão *vão ficar irritados* na pergunta feita no *TEXTO D* indexa, no contexto específico de polarização política que vivenciamos no Brasil, não só à parcela da população que não é favorável ao uso da cloroquina no tratamento precoce da Covid-19, mas também à oposição do governo de Jair Bolsonaro. Isso é reforçado no fragmento seguinte.

No *TEXTO E*, a data 1918 nos leva a comparar a pandemia de Covid-19 com a epidemia de gripe espanhola. Na frase seguinte, temos a expressão *período petista*, que, ao lembrarmos o estudo de Löwy (2019) e a produção de um inimigo para o governo do ex-presidente, indexa que, não só o que está na superfície linguística da frase – aqueles que se formaram médicos nos antigos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) –, mas também ao que vai mais além, ou seja, todos que não apoiavam e que criticavam atitudes do governo de Jair Bolsonaro, não somente em relação à pandemia de Covid-19.

Para essa notícia falsa podemos usar ferramentas que ajudam a analisar sua composição ideológica e identificar como os modos de controle trabalham. Primeiro, podemos notar o conceito do cronotopo ao ver como quem produziu a publicação trabalha com os nomes dos medicamentos de forma a confundir o leitor e fazê-lo acreditar na informação, mesclando acontecimentos de 1918 e de 2020 em diante. Além disso, nota-se a necessidade de indexar o inimigo em comum – PT – ao caracterizar quem não acredita nessas informações. Esses argumentos juntos contribuem para um fortalecimento na notícia falsa.

Considerações Finais

No presente artigo, me propus a fazer uma análise de ideologias presentes em três *fake news* sobre o uso da cloroquina e seu histórico na pandemia de Covid-19 através das redes sociais. Essas ideologias fariam parte de modos de controle, cuja principal base teórica foi Deleuze (1990/1992). Dessa forma, entendo que, nos dias atuais, o rápido fluxo de informações que a internet e as redes sociais – além de artifícios que as compõem, como os algoritmos – oferecem acabam favorecendo a disseminação de informações falsas que, uma vez compartilhadas, podem afetar a sociedade.

Levando isso em consideração, analisei discursos de três *fake news* relacionadas tanto ao uso quanto ao histórico da cloroquina a partir de construtos de cronotopo, abordado por Blommaert (2015) e indexicalidade, abordado por Silverstein (2006). Com isso, concluo que, através desses construtos teórico-analíticos, é possível perceber que as notícias falsas aqui discutidas invocam diferentes tempos e espaços que conectam discursos e ideologias a favor da visão de governo do ex-presidente do país. Esses espaços que, conectando diferentes discursos e ideologias, indexam a fricção de múltiplas visões científicas a respeito da cloroquina, fomentando, também, uma disputa de cunho político-partidário. Por isso, faz-se necessário um investimento em um letramento informacional para o combate a esse tipo de desinformação.

REFERÊNCIAS

BLOMMAERT, J. (2015). Chronotopes, scales and complexity in the study of language in society. *Annual Review of Anthropology*, 44(44), 105-116. <http://dx.doi.org/10.1146/annurev-anthro-102214-014035>

BLOMMAERT, J. Ideology. In: *Discourse: Key topics in sociolinguistics*. Cambridge: CUP, 2005, p. 158-202.

BURKHARDT, J.M. (2017). History of Fake News. In *Library Technology Reports (Ed.), Combating Fake News in the Digital Age*. Acesso em: 31 ago., 2022, <https://journals.ala.org/index.php/ltr/article/viewFile/6497/8631>.

DELEUZE, G. (1990/1992). *Conversações*. Trad Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34. Post-scriptum sobre as sociedades de controle.

FABRÍCIO, B. F. Linguística aplicada como espaço de "desaprendizagem": Redescrições em curso. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da *et al*, (org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. cap. 1, p. 47-65. ISBN 978-85-88456-49-5.

GIANSIRACUSA, N. *How Algorithms Create and Prevent Fake News: Exploring the Impacts of Social Media, Deepfakes, GPT-3, and More*. 1. ed. Nova Iorque: Apress, 2021. 239 p. ISBN 978-1-4842-7155-1. E-book (239 p.).

LÖWY, M. (2019) Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro. In: *A terra é redonda*. Disponível em < <https://aterraeredonda.com.br/neofascismo-um-fenomeno-planetario-o-caso-bolsonaro/> > Acesso em 31 de agosto de 2022.

MOITA LOPES, L. P. da *et al*, (org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. ISBN 978-85-88456-49-5.

SANTAELLA, L. A Semiótica das Fake News. *Verbum*, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 9-25, 30 set. 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verbum/article/view/50522>. Acesso em: 10 out. 2022.

SILVERSTEIN, M. Pragmatic indexing. In: Jacob Mey. *Concise Encyclopedia of Pragmatics*. London: Elsevier, 2006, p.756-759.

TUFECKI, Z. *Algorithmic harms beyond facebook and google: emergent challenges of computational agency*. COLO. TECH. LJ. (vol. 13), 2015.

ANÁLISE SISTÊMICO-FUNCIONAL DO SISTEMA DE TRANSITIVIDADE EM EDITORIAIS LATINO-AMERICANOS SOBRE A DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO

SYSTEMIC-FUNCTIONAL ANALYSIS OF THE TRANSITIVITY SYSTEM IN LATIN AMERICAN EDITORIALS ON ABORTION DECRIMINALIZATION

Luana Ingrid Gomes Maia¹

RESUMO: Nos últimos anos, tem-se observado um aumento das mobilizações femininas em torno do direito ao aborto legal. Tais esforços, por sua vez, surtiram efeito em alguns países latino-americanos, como o México e a Colômbia, onde, por meio de decisão judicial, a prática do abortamento foi descriminalizada. Neste estudo, partiu-se do arcabouço teórico da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 2004; CUNHA; SOUZA, 2011) para verificar como a imprensa dessas nações reverberou tal despenalização e de que maneira as mulheres e a Corte foram retratadas nesses episódios, com foco no sistema de transitividade e seus processos e participantes. Em última instância, objetiva-se identificar se o país de origem e o posicionamento do jornal influenciaram a escolha de tais elementos. Com vistas à consecução desses objetivos, analisaram-se seis editoriais (três mexicanos e três colombianos) publicados nos dias posteriores à descriminalização do aborto em cada um desses lugares. Os resultados apontaram que a distribuição de processos e participantes atrelados à mulher foi determinada majoritariamente pelo país de origem do periódico (especificamente no que tange ao histórico de acesso ao aborto legal no território), ao passo que, no que concerne à Justiça, esse arranjo foi influenciado sobretudo pela postura do veículo de imprensa quanto à resolução judicial.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística Sistêmico-Funcional. Sistema de transitividade. Editoriais. Descriminalização do aborto.

ABSTRACT: In recent years, the mobilizations of women around the right to legal abortion have increased. These initiatives have been successful in some Latin American countries, such as Mexico and Colombia, where abortion practice was decriminalized by judicial decision. In this regard, this article applies the theoretical framework of Systemic-Functional Linguistics (HALLIDAY, 2004; CUNHA; SOUZA, 2011) to verify how the press of these nations reverberated the decriminalization and how the women and the Court were described in these episodes, with an emphasis on the transitivity system and its processes and participants. Ultimately, it seeks to identify whether the country and position of the newspaper influenced the choice of such elements. To achieve these goals, this work analyzed six editorials (three from Mexico and three from Colombia) published in the days after abortion decriminalization in each of these places. The results indicate that women's processes and participants were mostly determined by the country of the newspaper (specifically with regard to the history of access to legal abortion in the territory), whereas those of the Court were mainly influenced by the journal's opinion on the judicial resolution.

KEY WORDS: Systemic-Functional Linguistics. Transitivity system. Editorials. Abortion decriminalization.

¹ Mestranda em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: luana_maia26@outlook.com.

Introdução

Conhecida por sua histórica e ampla adesão ao Cristianismo, a América Latina é um dos continentes em que a promoção dos direitos reprodutivos – a exemplo da oferta de educação sexual nas escolas, o acesso a métodos anticoncepcionais e a possibilidade de interrupção da gravidez – ocorre de forma mais limitada, visto que tais tópicos muitas vezes se contrapõem aos dogmas basilares da fé cristã. Quando se trata de direitos reprodutivos femininos, o panorama se apresenta de modo ainda mais restritivo, dado que, em uma região onde as mulheres frequentemente se veem despojadas de sua dignidade², o fato de que as elas possam ter autonomia sobre seus corpos e sobre sua sexualidade é visto por alguns setores como uma afronta aos valores sociais e morais historicamente construídos. (RUIBAL, 2014)

Dentre os direitos anteriormente mencionados, o acesso ao aborto legal é o que costuma despertar maiores controvérsias, tanto que, em vários países latino-americanos, esse tema está majoritariamente circunscrito à esfera jurídico-criminal, e não ao âmbito da saúde pública. Apesar disso, nos últimos anos, graças à mobilização de movimentos feministas, tem havido uma paulatina mudança de perspectiva no que tange à despenalização do abortamento, por considerar-se que o emprego de práticas punitivistas fere a dignidade das mulheres. Foi o que aconteceu, por exemplo, no México e na Colômbia, os quais começaram a rever seus ordenamentos penais em setembro de 2021 e fevereiro de 2022, respectivamente.

Desse modo, valendo-se do arcabouço teórico da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 2004; CUNHA; SOUZA, 2011), este estudo analisará o sistema de transitividade de seis editoriais (três mexicanos e três colombianos) que versam sobre a descriminalização do aborto. Com isso, almeja-se verificar como as imprensas mexicana e colombiana concebem a despenalização e retratam as mulheres e a Corte em seus textos. Em última instância, objetiva-se identificar se o país de origem e o posicionamento do jornal influenciam a escolha dos participantes e processos associados à mulher e à Justiça.³

² A título de exemplo, salienta-se a taxa de feminicídios, crime que representa a manifestação mais extrema da violência contínua contra as mulheres. Nesse sentido, segundo relatório divulgado pelo Observatório da Igualdade de Gênero da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em 2020, mais de quatro mil mulheres foram vítimas desse delito na América Latina e no Caribe. (NAÇÕES UNIDAS, 2021)

³ Nesse sentido, cumpre destacar que a opção por trabalhar com a Linguística Sistêmico-Funcional se deve ao fato de ela entender a língua como um sistema semiótico cuja função é criar sentidos, os quais, além de abarcarem concepções pessoais, também se veem fortemente influenciados pelas convenções socioculturais. Logo, a referida teoria mostra-se adequada a este trabalho por permitir relacionar a dimensão semântica do texto com o contexto sócio-histórico de cada país. Já a utilização do sistema de transitividade se justifica porque é a partir dele que se realiza a metafunção ideacional, a qual dá conta da representação que o falante faz do mundo. À vista disso, a

Para cumprir tais propósitos, esta pesquisa seguirá a seguinte estrutura retórico-discursiva: inicialmente, apresentar-se-á o cenário do aborto na América Latina, detalhando especialmente como se deu a despenalização da prática nos territórios mexicano e colombiano. A posteriori, explicar-se-á como se estrutura o sistema de transitividade desde a perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 2004), focando nas categorizações de processos e participantes. Posteriormente, explicitar-se-ão a metodologia e a construção do *corpus* de investigação para, em seguida, expor a análise dos textos. Por último, constarão as considerações finais.

O panorama do aborto na América Latina

Devido a diversos fatores – dentre os quais se sobressaem o forte ativismo conservador e a histórica influência de segmentos religiosos nos sistemas políticos (RUIBAL, 2014) –, a América Latina é um dos continentes mais restritivos no que tange à garantia dos direitos reprodutivos femininos, especialmente quando se trata do acesso ao aborto legal. Na maioria das nações latino-americanas, ele apenas é permitido em circunstâncias específicas (como quando a gravidez advém de violência sexual ou quando há risco de vida à mãe), ao passo que, em sete países (El Salvador, Nicarágua, Honduras, República Dominicana, Jamaica, Suriname e Haiti), a proibição se estende a qualquer caso. Por fim, somente seis territórios da região (Argentina, Uruguai, Guiana, Guiana Francesa, Cuba e Porto Rico) preveem, em suas legislações, que, durante as primeiras semanas de gestação, as mulheres têm o *direito* de fazê-lo em estabelecimentos de saúde públicos e privados, independentemente do motivo.

Apesar desse cenário efetivamente limitante, nos últimos anos, os movimentos feministas conseguiram avanços importantes em algumas zonas, especialmente no que concerne à descriminalização do aborto. Em tais contextos, ainda que não haja uma lei que garanta a oferta do serviço de maneira ampla, gratuita e segura para todas as mulheres que o desejarem, aquelas que, por quaisquer razões, realizarem esse procedimento não podem receber punições legais. Foi o que aconteceu, por exemplo, no México e na Colômbia, países de onde provêm os editoriais a serem analisados neste artigo.

No caso mexicano, tal como noticiado por Pamatz (2021), a prática do aborto já era legalizada em quatro localidades (Ciudad de México, Oaxaca, Hidalgo e Veracruz); nas demais, o ato era considerado um crime, exceto em determinadas conjunturas (sendo a gravidez

transitividade se impõe como uma gramática da experiência, o que permitirá depreender o ponto de vista dos jornais a partir da maneira como se deu a organização interna da língua em seus editoriais.

decorrente de violação a única causa permitida em todas as entidades federativas). No entanto, no dia 07 de setembro de 2021, a *Suprema Corte de Justicia de la Nación* (SCJN) julgou inconstitucional um artigo do Código Penal do estado de Coahuila, o qual impunha até três anos de cárcere à pessoa gestante que abortasse de forma voluntária e àqueles que a ajudassem⁴. Embora tal decisão não tenha descriminalizado oficialmente o aborto no país norte-americano (o que efetivamente só ocorreu em 06 de setembro de 2023⁵), ela abriu caminho para a despenalização nacional ao indicar que, a partir daquele momento, os magistrados mexicanos deveriam descartar quaisquer processos que visassem punir uma mulher por abortar.

Já no que diz respeito à Colômbia, anteriormente, o aborto só era lícito em casos de estupro, inviabilidade fetal ou quando havia risco à saúde física ou mental da gestante; nas outras situações, sua prática era punível com até quatro anos e meio de prisão. Todavia, no dia 21 de fevereiro de 2022, a *Corte Constitucional de Colombia* autorizou a descriminalização do procedimento até a 24ª semana de gravidez⁶, o que significa que as mulheres que o fizerem dentro desse prazo já não serão perseguidas ou indiciadas. Entretanto, por ora, a decisão não regulamenta ou garante o acesso ao aborto nos hospitais públicos, o que só poderá ser estabelecido após decisão do Congresso Nacional. (PALOMINO; TORRADO, 2022)

Findas as explicações de ordem contextual, passar-se-á agora à exposição dos fundamentos teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional.

A Linguística Sistêmico-Funcional

Situada no rol das teorias funcionalistas, a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) concebe a linguagem como uma semiótica social, como um sistema de significados que provê aos falantes diferentes opções, as quais são selecionadas dependendo da necessidade comunicativa e do contexto cultural em que os indivíduos estão inseridos (HALLIDAY, 2004). Nesse sentido, portanto, a língua se norteia pelas funções que desempenha na vida social, servindo ao cumprimento de determinadas demandas de interação.

⁴ A decisão da Suprema Corte mexicana se deu de forma unânime, o que sugere que há um entendimento consolidado, ao menos entre os ministros da SCJN, de que não se deve tratar o aborto desde uma perspectiva penal. Ademais, considerando que havia entidades federativas que já tinham legalizado a prática anteriormente – algumas há bastante tempo, como é o caso da capital, que o fez em 2007 –, pode-se pressupor que, a nível nacional, o debate no México já estava mais avançado e contava com aceitação social em algumas localidades.

⁵ Nesta ocasião, a SCNJ ordenou que o Congresso reforme o Código Penal Federal para suprimir todos os artigos que busquem penalizar o aborto voluntário.

⁶ A votação da Corte colombiana teve um resultado acirrado, de 5 votos a favor e 4 contra, o que denota que, mesmo entre os magistrados, não houve um consenso quanto à descriminalização do aborto. A partir disso, é cabível deduzir que, embora despenalizada, essa prática ainda desperta controvérsias expressivas no país sul-americano.

Considerando que o sistema que codifica a linguagem é a gramática, esta também se estrutura em torno dos propósitos que guiam aquela. Assim, as finalidades da linguagem são reverberadas no conteúdo das estruturas linguísticas, o que ocorre tanto no plano semântico (o que o falante pode significar) quanto no lexicogramático (o que o falante pode dizer). No que diz respeito ao primeiro, isso se dá mediante três metafunções: (1) ideacional, a qual dá conta da interpretação e compreensão de mundo do falante; (2) interpessoal, que alude à interação e aos papéis sociais desempenhados na situação discursiva; e (3) textual, que atua como um instrumento para as outras duas, organizando os seus conteúdos em sequências coerentes. Neste ponto, cabe destacar que as metafunções supracitadas são simultâneas e gerais, ou seja, estão presentes em qualquer uso. No entanto, cada uma delas se manifesta a nível lexicogramático por meio de diferentes sistemas: a ideacional se realiza pelo sistema de transitividade; a interpessoal, pelo sistema de modo e modalidade; e a textual, pelo sistema de tema e rema. Visto que o objeto de análise deste trabalho é a transitividade, explanar-se-á de modo mais detalhado somente a metafunção ideacional e os elementos a ela associados.

A metafunção ideacional

Conforme mencionado anteriormente, a metafunção ideacional está relacionada à representação das experiências e concepções de mundo do falante e se realiza por meio da transitividade. Esta, por sua vez, constitui-se como o sistema que estrutura a oração, a qual “exerce um papel central na linguagem, porque corporifica o princípio geral da construção da experiência – o princípio de que a realidade é feita de entidades, circunstâncias e processos.” (CABRAL, 2015, p. 13)

Posto isso, o sistema de transitividade também se compõe por meio desses três elementos: os processos, os participantes e as circunstâncias. Os primeiros se manifestam através dos grupos verbais e fazem referência às ações realizadas. Os segundos, a seu turno, são evidenciados por meio dos grupos nominais e aludem às entidades envolvidas nessas atividades. Por fim, as terceiras – que se concretizam mediante grupos adverbiais e locuções preposicionais – detalham as condições em que ocorrem os processos. Cada um desses elementos se divide em diferentes categorias, as quais serão detalhadas a posteriori seguindo a classificação de Halliday (2004).

No que tange aos processos, estes se subdividem em seis tipos, sendo três principais e três secundários. Entre os mais relevantes, há, por exemplo, os processos materiais, os quais remontam a ações realizadas ou provocadas por alguém, ou seja, a experiências externas que

geram mudanças visíveis e perceptíveis. De modo geral, os verbos associados a esses processos se inserem no domínio do *fazer/acontecer* e, normalmente, implicam a presença de dois participantes⁷: o Ator (aquele que realiza a ação) e a Meta (aquele que é impactado por ela).

Em seguida, constam os processos mentais, que tratam das experiências internas, dos sentimentos e pensamentos. Nesse caso, não há mudanças físicas e notórias, mas sim sensações vivenciadas pelo locutor, circunscrevendo tais processos, por conseguinte, ao âmbito do *sentir*. Assim sendo, os verbos a eles costumeiramente associados estão atrelados à cognição (*entender, saber*), à afeição (*gostar, amar*) e à percepção (*ver, ouvir*). Ademais, nessas situações, dois participantes são mobilizados: o Experienciador, que é aquele que sente, que gosta, que percebe, e o Fenômeno, que é aquilo que se sente, de que se gosta, que se percebe.

Igualmente, existem os processos relacionais, que são empregados quando se deseja conectar o participante à sua descrição ou identificação. Nesses casos, opera-se na esfera do *ser*, do *simbolizar*, e a relação que emerge dessas operações pode indicar intensidade, circunstância e possessividade, tal como assinalam Cunha e Souza (2011)⁸. Ademais, os verbos podem ter um caráter atributivo (quando se faz uma descrição das idiosincrasias de determinada entidade) ou identificativo (quando se indica um ente por meio de outro). Nas ocorrências de processos relacionais atributivos, os participantes envolvidos são o Portador e o Atributo (sendo este a singularidade conferida àquele), ao passo que nos processos relacionais identificativos são a Característica e o Valor (em que a primeira é a entidade definida e o segundo, o termo definidor).

Já no que se refere aos processos secundários, pode-se afirmar que estes ficam no limiar entre dois processos principais. Entre os processos relacionais e mentais, há os processos verbais, os quais indicam relações simbólicas que se constroem na mente e que posteriormente se concretizam na língua por meio da enunciação e da significação. Aqui, como aponta Perez (2012), os verbos se encontram no domínio do *dizer* e pressupõem a existência de um Dizente (aquele que fala), de uma Verbiagem (o que se fala) e, em algumas ocasiões, de um Receptor (a quem se fala).

Outro caso são os processos comportamentais, que se referem a verbos de percepção mental que involucram alguma ação física, indicando condutas fisiológicas ou psicológicas

⁷ Todavia, é importante salientar que, em algumas situações, podem aparecer outros participantes, a exemplo da Extensão, que alude ao domínio sobre o qual o processo ocorre, do Escopo, que consiste em uma entidade que não é atingida pelo processo, e do Beneficiário, isto é, aquele que é beneficiado pela ação. (CABRAL, 2015)

⁸ Conforme apontam as autoras, a relação de intensidade se dá quando se atribui uma qualidade a uma entidade, como em “Maria é inteligente”. Já a de circunstância ocorre quando essa atribuição faz referência a um tempo ou lugar, como em “Maria está na biblioteca”. Por último, a de possessividade indica uma relação de posse, como em “Maria tem vários livros”.

particularmente humanas – como “*respirar, sonhar, sorrir, tossir*” (GERMANO, 1997, p. 69) –. Esses processos se encontram na fronteira entre os processos materiais e mentais e se enquadram no campo do *comportar-se*. No que concerne aos seus participantes, o mais proeminente⁹ é o Comportante, que é “aquele que tem (ou não) o comportamento realizado pelo processo”. (RAMALHO, 2016, p. 35)

Similarmente, na divisa entre os materiais e os relacionais, estão os processos existenciais, que remontam a fenômenos que existem ou ocorrem. Aqui, o único participante é o Existente, que é a entidade que existe.

Por último, além de processos e participantes, o sistema de transitividade também comporta as circunstâncias, as quais, à diferença dos outros dois, não aparecem em todas as orações (HALLIDAY, 2004). Sua função – realizada predominantemente por grupos adverbiais e locuções preposicionais – é introduzir significados adicionais, como tempo, espaço, causa, finalidade etc. Neste trabalho, o foco recairá sobre processos e participantes, de maneira que as circunstâncias não serão analisadas.

Metodologia e *corpus* de investigação

O *corpus*¹⁰ analisado no presente trabalho se constitui de seis editoriais (três mexicanos e três colombianos), veiculados nos sítios eletrônicos de jornais de grande circulação dos referidos países¹¹. No que tange às delimitações temática e temporal, todos os textos versavam sobre a descriminalização do aborto e foram publicados nos dias posteriores à decisão judicial que permitiu a prática em cada uma dessas nações¹².

Já no que concerne à análise, optou-se por focar somente nos processos que trouxessem, como um de seus participantes, termos alusivos às mulheres ou à Corte de Justiça, visto que estas foram os atores sociais que estiveram intimamente relacionados aos fatos. A Tabela 1 detalha a quantidade de ocorrências identificadas segundo o periódico e o grupo social envolvido:

⁹ Halliday (2004) assinala a existência de outro participante, o Behaviour, o qual funciona como uma extensão do verbo, definindo seu escopo. No entanto, o elemento em questão não costuma aparecer com frequência nas orações.

¹⁰ O acesso aos textos analisados se dá por meio do seguinte link:

<https://www.dropbox.com/sh/8ikx1yy31udkx8k/AABb-IlnGqDO6HbiHktwgbSxa?dl=0>

¹¹ A seleção dos periódicos se deu em duas etapas. Primeiramente, buscou-se quais eram os principais veículos jornalísticos do México (KIOSCO, 2022) e da Colômbia (MOBIMETRICS, 2022). Em seguida, selecionaram-se aqueles que tinham publicado editoriais sobre a descriminalização do aborto nos dias posteriores à decisão judicial.

¹² No caso dos editoriais mexicanos, todos foram divulgados em 08 de setembro de 2021, no dia seguinte à decisão da Suprema Corte. Quanto aos textos colombianos, as publicações ocorreram em 22, 23 e 24 de fevereiro de 2022, nos três dias subsequentes à mudança efetuada pelo Poder Judiciário.

Tabela 1: Divisão das ocorrências segundo o periódico e o grupo social envolvido

PERIÓDICO	GRUPO SOCIAL ENVOLVIDO		TOTAL
	Mulheres	Corte de Justiça	
MX-P1	19	12	31
MX-P2	14	4	18
MX-P3	3	15	18
CO-P1	8	2	10
CO-P2	11	5	16
CO-P3	10	11	21
TOTAL	65	49	114

Fonte: elaborado pela autora

Após a identificação de tais ocorrências, tratou-se de classificar seus processos segundo as categorias expostas na subseção “A metafunção ideacional”, bem como identificar que tipo de participante as mulheres e a Justiça desempenharam nas referidas orações. Os resultados serão expostos a seguir.

Análise

A análise dos editoriais se dará da seguinte forma: primeiramente, será feita uma síntese do posicionamento do jornal acerca da descriminalização do aborto. Posteriormente, serão apresentados os processos e participantes relativos à mulher, seguidos daqueles referentes à Corte. Ao final da seção de cada periódico, constará uma avaliação do que se pode depreender do sistema de transitividade do editorial, considerando a postura do jornal. Por último, os resultados obtidos nos veículos mexicanos serão cotejados com os dos seus correspondentes colombianos, a fim de perceber se houve mudanças expressivas a depender do país ou se, ao contrário, foi a perspectiva do periódico o que teve maior influência no sistema de transitividade.

Periódicos mexicanos

MX-P1

O primeiro editorial mexicano analisado posiciona-se a favor da decisão da Suprema Corte, frisando que é preciso, acima de tudo, resguardar a liberdade e a dignidade das mulheres, de modo que questões de dogma ou fé devem ser desconsideradas.

No texto, foram constatadas 19 ocorrências que traziam a mulher como participante. De modo geral, ela apareceu associada a processos materiais (10), mentais (3), comportamentais (3) e relacionais (3) e se instaurou como seis tipos de participante diferentes: ator (8), meta (1), beneficiário (1), experienciador (3), comportante (3) e portador (3):

- a. [...] el Código Penal de Coahuila determinaba hasta tres años de cárcel para mujeres¹³ que **abortaran** e instauraba un impedimento legal para **ser asistidas** por personal médico si **acudían** de forma voluntaria.
- b. Es inconstitucional criminalizar el aborto voluntario, viola el derecho a la libertad y la dignidad de las que **debe gozar toda mujer** [...].
- c. [...] en vez de **penalizarla**, se deben garantizar las condiciones para que **pueda hacerlo** de la manera más segura para su salud y sin ninguna clase de estigmatización por parte de la sociedad.
- d. En este siglo XXI no se puede ni debe criminalizar a la mujer por **decidir** sobre su cuerpo.

No exemplo (a), tem-se o participante *mujeres* associado a três processos materiais (*abortar*, *asistir* e *acudir*), os quais implicam ações. No caso do primeiro e do terceiro, as mulheres ocupam a função de ator, já que são elas que executam o ato de abortar e o de buscar atendimento médico; no segundo, a seu turno, elas aparecem na condição de sujeito paciente da oração passiva e se instauram como um beneficiário da ajuda prestada pelos agentes de saúde.

No caso do exemplo (b), o participante *toda mujer* aparece associado à locução verbal *debe gozar*, formada pelo verbo *deber*, classificado como comportamental – já que, conforme assinala Perez (2012), pressupõe simultaneamente um trabalho físico e mental – e pelo verbo relacional *gozar*, o qual, na acepção que assume na frase, faz referência ao fato de se ter algo bom ou agradável (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, 2014b), enquadrando-se, portanto, no domínio da possessividade abarcado por esse tipo de processo. Já em (c), que faz parte do mesmo parágrafo de (b), o participante *toda mujer* está sintetizado no pronome de objeto direto *la* e atua como meta do processo material *penalizar* (já que é o alvo da ação), comportante do processo comportamental *poder* e ator do processo material *hacer*. Por último, em (d), *mujer* aparece como experienciador do processo mental *decidir*, que possui um caráter cognitivo.

O Poder Judiciário, por sua vez, apareceu em 12 ocorrências, sendo associado a processos mentais (4), comportamentais (4), verbais (2), materiais (1) e existenciais (1), nos

¹³ Nos exemplos retirados dos editoriais, o participante analisado aparecerá sublinhado, e o processo, em negrito.

quais se impôs, respectivamente, como experienciador (4), comportante (4), dizente (2), ator (1) e existente (1).

e. Como bien **reiteró** el ministro Arturo Zaldívar, la Corte no **está** para **enjuiciar** la moralidad del aborto, sino [...] **impedir** que una mujer vaya a la cárcel [...].

No trecho (e), observa-se primeiramente a menção a *Arturo Zaldívar*, presidente da SCJN, junto ao processo *reiterar*, que se classifica como verbal porque está no domínio do dizer. Assim, o ministro se configura como dizente, pois foi ele quem asseverou o conteúdo mencionado. Depois, aparece o participante *la Corte* associado aos verbos *estar*, *enjuiciar* e *impedir*. O primeiro se trata de um processo existencial, visto que foi empregado no sentido de existir – o que é previsto no rol de significados de *estar* em espanhol (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, 2014a) –. Nesse caso, então, *la Corte* se instaura como existente. Em seguida, no que tange a *enjuiciar*, este consiste em um processo mental, de modo que o participante apontado é o experienciador, aquele que pensa. Finalmente, no que diz respeito a *impedir*, o processo é material e a Corte, o ator.

Em suma, constata-se que MX-P1 optou por apresentar as mulheres como sujeitos do fazer, uma vez que elas apareceram sobretudo na condição de ator. A partir dessa condição (e da quantidade superior de ocorrências envolvendo as mulheres), percebe-se o protagonismo que lhes foi concedido no texto, bem como o apoio do veículo à autonomia feminina. Esse posicionamento, por sua vez, também é manifestado pelos outros tipos de processos aos quais elas se vinculam: verbos como *decidir*, *poder* e *deber* são frequentemente atrelados a esse grupo – sempre em contextos afirmativos, que reiteram os direitos das pessoas gestantes –. Por fim, à Corte se concedeu um papel majoritariamente cognitivo, seja como experienciador ou comportante, de modo que a função que lhe coube foi a de examinar e adotar posturas ou proferir as percepções por meio de palavras (assumindo, respectivamente, a posição de comportante ou dizente). Ao fim e ao cabo, a organização textual mostra que a incumbência da Justiça é a análise, ao passo que a ação pertence às mulheres.

MX-P2

O segundo editorial do México também se mostra favorável à decisão do Poder Judiciário, a qual classifica como uma “conquista civilizatória” que pôs fim à “inércia institucional” que manteve no limbo o direito fundamental à liberdade. Apesar disso, ressalta

que ainda se faz necessária a regulamentação por parte do Legislativo do país, o que supõe um enorme desafio.

No texto, identificaram-se 14 ocorrências que traziam a mulher como participante. Os processos envolvidos nesses casos eram materiais (8), mentais (4) e relacionais (2), e os tipos de participante, ator (5), meta (2), beneficiário (1), experienciador (4), portador (1) e valor (1).

- f. [...] el triunfo **es** de todas las mujeres que durante décadas **han luchado** en defensa de su dignidad, su soberanía y sus derechos hasta **lograr** el reconocimiento jurídico de la inalienable potestad que **poseen** sobre sus propios cuerpos.
- g. [...] en el camino para dismantelar el régimen de opresión que **han padecido** las mujeres.

No exemplo (f), tem-se, inicialmente, o processo relacional identificativo *ser*, em que *todas las mujeres* aparece como valor, já que é o participante que está identificando o termo *triunfo*. Posteriormente, há dois processos materiais, *luchar* e *lograr*, nos quais o sujeito em questão se configura como ator. Já no caso de *poseer*, o verbo também se configura como relacional, porém tem uma natureza atributiva, de sorte que *todas las mujeres* é um participante portador. Quanto a (g), o verbo *padecer* é um processo mental, o que torna *las mujeres* um experienciador.

A Justiça, por sua vez, apareceu em 4 ocorrências, as quais implicavam processos verbais (3) e relacionais (1). Nelas, o ator social em questão participou como dizente (3) e como valor (1).

- h. A los integrantes de la Suprema Corte **corresponde** el mérito [...]
- i. Como **informó** el ministro presidente, Arturo Zaldívar, este fallo establece un criterio obligatorio [...]

A oração (h) traz um processo relacional identificativo, em que o verbo *corresponder* estabelece uma relação de posse entre a característica *mérito* e o valor *a los integrantes de la Suprema Corte*. Já em (i), constata-se a presença do processo verbal *informar* associado ao dizente *el ministro presidente, Arturo Zaldívar*.

Em síntese, pode-se dizer que, em MX-P2, as mulheres também apareceram associadas ao campo da ação, porém nem sempre como o sujeito que vai executá-la; em certos exemplos, elas se instituíram como aquelas que serão impactadas pelos atos de outrem, em especial de

agentes de saúde, salientando que, para a prática do abortamento, a mulher precisa receber assistência médica. Ademais, o jornal permite entrever sua posição pró-escolha mediante, especialmente, processos mentais e relacionais possessivos, já que frisa que o corpo é propriedade da gestante e que ela tem o direito de fazer com ele o que desejar. Quanto à Corte, esta apareceu em poucos casos e quase sempre como dizente, o que lhe atribui uma função basicamente de comunicador, de quem se pronuncia sobre um tema, mas que não detém o protagonismo da situação.

MX-P3

Finalmente, o terceiro editorial mexicano evita se posicionar de forma clara quanto à decisão da Suprema Corte, limitando-se a assinalar que, não obstante ser um fato histórico – já que o tema debatido é bastante controverso –, o tribunal não tem faculdade para criar leis. Dessa maneira, cabe ao Congresso reformar a legislação local para estabelecer as regras e condições que tornarão o aborto um direito, o que o jornal espera que seja feito mediante uma discussão “ampla e séria”.

No texto, foram encontradas somente 3 ocorrências que mencionavam as mulheres, cujos processos eram materiais (1), mentais (1) e relacionais (1). Neles, a mulher atuou respectivamente como ator (1), experienciador (1) e portador (1).

j. [...] una fórmula que **convertía** en delincuentes a las mujeres que **decidieran interrumpir** un proceso de gestación.

O período (j) mostra o participante *las mujeres* como portador do processo relacional atributivo *convertir*, em que *delincuentes* representa o qualificativo que lhes era concedido antes da decisão da Corte. Posteriormente, aparecem os processos *decidir* e *interrumpir* (respectivamente, mental e material), que trazem o referido participante como experienciador e ator.

Em compensação, o Judiciário foi involucrado em 15 processos, sendo eles materiais (8), verbais (3), mentais (2), relacionais (1) e comportamentais (1). Sua participação se deu, respectivamente, como ator (8), dizente (3), experienciador (2), portador (1) e comportante (1).

k. La Corte, sin embargo, no **tiene** facultades para **colocar** otra norma en lugar de la que **eliminó**.

1. [...] es la primera ocasión en la cual nuestra Suprema Corte se pronuncia en torno a uno de los elementos más controversiales del debate en torno al aborto.

No caso de (k), percebe-se a existência de três processos (*tener, colocar e eliminar*), em que o primeiro é relacional atributivo de natureza possessiva e os dois últimos, materiais. Com isso, exemplifica-se a postura da Justiça como portador e ator, nessa ordem. Já (l) traz a corte como dizente do processo verbal *pronunciarse*.

À diferença dos outros dois editoriais mexicanos, neste, o foco recai sobre o Poder Judiciário; as mulheres apareceram em somente um período, o qual se encontra em um contexto maior alusivo à SCJN (“*lo que la Corte hizo ayer fue ‘expulsar’ del sistema normativo de Coahuila [...] una fórmula que convertía en delincuentes a las mujeres que decidieran interrumpir un proceso de gestación.*”). Percebe-se, assim, que o protagonismo recai sobre a Justiça, e esta aparece mormente na condição de ator, circunscrevendo-se ao âmbito do fazer. Verbos como *hacer, generar, colocar e eliminar* trazem os juízes como participante executor, o que sugere que, em comparação com as mulheres, são eles que detêm o controle. Todavia, os processos relacionais e comportamentais – os quais, no texto, aparecem sintetizados na noção do *tener e poder* – recebem uma nuance de limitação, de maneira a marcar que a Corte não pode e nem tem a faculdade necessária para legislar, o que cabe ao Congresso. Assim, nota-se que MX-P3 estabelece uma hierarquia de autoridade no que concerne ao aborto: primeiro o Legislativo, depois o Judiciário e, por fim, as mulheres.

Periódicos colombianos

CO-P1

O primeiro editorial colombiano qualificou a decisão da Corte como “um passo transcendental” e “um marco de autonomia reprodutiva” que possibilitará reduzir a mortalidade materna advinda de complicações por abortos clandestinos. Contudo, admite que é um tema sensível, especialmente dado o limite de 24 semanas de gestação no qual a prática pode ser feita sem punições.

No texto, foram achadas 8 ocorrências nas quais a mulher participava. Os processos, nesses casos, eram mentais (3), materiais (2), relacionais (2) e comportamentais (1), ao passo que os papéis desempenhados pelo grupo social em questão foram os de experienciador (3), ator (2), portador (2) e comportante (1).

m. [...] lo aprobado fortalece las libertades y el empoderamiento de las mujeres, quienes **tendrán** la responsabilidad de **decidir**, sin ninguna presión distinta a la de su conciencia, conocimiento y autonomía, si **quieren continuar** o no con la gestación.

O exemplo (m) ilustra o pronome *quienes* (que faz referência a *mujeres*) associado a quatro processos: um relacional atributivo (*tener*), dois mentais (*decidir* e *querer*) e um material (*continuar*). Em tais casos, a mulher se instaura como portador, experienciador e ator, respectivamente.

Já a Justiça apareceu em 2 ocasiões, ambas associadas ao verbo *despenalizar*. Esse processo, a seu turno, é de caráter material, de forma que o tribunal participava como ator – conforme se vislumbra em (n) –:

n. [...] el mismo Tribunal **despenalizó** el aborto en tres causales.

Em suma, a distribuição das ocorrências permite deduzir que nem as mulheres nem a Corte ocuparam o papel principal, já que houve poucos casos de ambos – na verdade, muitas das construções deste editorial se valiam de estruturas deônticas impessoais, como *hay que, es necesario que, urge, es imperativo* etc. No entanto, comparando-se os dois grupos em questão, as mulheres apareceram mais vezes, majoritariamente associadas a processos mentais, de modo a enfatizar não tanto as suas ações, mas sim o seu desejo. Cabe destacar, igualmente, que os casos de processos relacionais se enquadravam no domínio da possessividade, de modo que a mulher se instaurava como quem detinha a posse; porém, os atributos a ela atrelados correspondiam a termos como *responsabilidad* e *riesgo*, o que realça a severidade do assunto.

CO-P2

O segundo editorial da Colômbia também congratula a decisão dos magistrados, caracterizando-a como “uma desafiante aposta para assegurar o cumprimento dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres colombianas”. No entanto, menciona que somente isso não é suficiente para garantir a dignidade feminina, sendo imprescindível o estabelecimento de uma política pública integral, que abarque igualmente a educação sexual e o acesso a métodos contraceptivos.

No texto, identificaram-se 11 ocorrências nas quais a mulher participava. Os processos, nesses casos, eram materiais (8), relacionais (2) e mentais (1), ao passo que os papéis

desempenhados pelo grupo social em questão foram os de ator (6), beneficiário (1), meta (1), portador (2) e experienciador (1).

o. [...] las mujeres en Colombia, sometidas a inaceptables barreras que les impiden llevar una vida libre.

Nota-se, no exemplo (o), que a mulher se associa a dois processos: *impedir* e *llevar*. No primeiro, material, o ator é *barreras e las mujeres*, condensado no pronome de objeto indireto *les*, é a meta. Já no que concerne a *llevar*, esse processo normalmente é classificado como material (já que pressupõe a ação de conduzir algo de um lugar a outro), porém, nesse caso, sua natureza é relacional atributiva, pois se insere no campo da possessividade, podendo, inclusive, ser substituído por *tener*. Por conseguinte, nessa ocasião, o participante se caracteriza como portador.

O Poder Judiciário, por sua vez, apareceu em 5 processos, sendo eles materiais (2), comportamentais (1), verbais (1) e relacionais (1). No que diz respeito ao tipo de participante, o papel desempenhado foi o de ator (2), comportante (1), dizente (1) e portador (1).

p. [...] la Corte Constitucional – en una decisión claramente dividida – **aprobó** la despenalización del aborto hasta la semana 24 de gestación, **situando** a Colombia a la vanguardia en este tipo de políticas en América Latina.

Em (p), o participante *la Corte Constitucional* aparece como comportante de *aprobar* (o qual é comportamental, já que abarca um processo cognitivo que, em se tratando do Poder Judiciário, também terá implicações acionais) e como ator de *situar* (caracterizado como material, já que implica o ato de colocar algo ou alguém em algum lugar).

De modo geral, neste editorial, as mulheres aparecem vinculadas ao campo do fazer, porém, nos casos em que elas se configuram como ator, as ações detalhadas pressupõem periculosidade (*acudir a abortos clandestinos, poner en riesgo sus vidas...*), e, quando surgem como meta, os processos indicam proibição (*negar, impedir*). Assim, enfatizam-se as dificuldades enfrentadas por esse grupo social no que tange ao aborto. Já o Judiciário teve frequência reduzida e semelhante para diferentes tipos de participante, de sorte que seu papel se mostra mais difuso, como se não lhe coubesse uma função específica.

CO-P3

Por último, o terceiro editorial colombiano critica abertamente a decisão da *Corte Constitucional*, sustentando que a descriminalização do aborto não é de alçada do Judiciário, mas sim do Congresso. Ademais, alega que a resolução “não é garantia de respeito, dignidade e igualdade” e que pode fomentar a irresponsabilidade dos homens, de modo que as mulheres seriam levadas a abortar, ainda que não quisessem fazê-lo.

No texto, foram constatadas 10 ocorrências que traziam a mulher como participante. De modo geral, ela apareceu associada a processos materiais (6), mentais (2), comportamentais (1) e relacionais (1) e se instaurou como cinco tipos de participante diferentes: ator (4), meta (2), experienciador (2), comportante (1) e característica (1).

- q. La Organización Mundial de la Salud ha dicho que las mujeres que **practican** abortos por razones terapéuticas **son** las que **corren** el riesgo de problemas mentales [...].
- r. [...] Esta clase de decisiones podría levantar un monumento a la irresponsabilidad del varón, creando una fuerte presión social para que la mujer se vea obligada a **abortar**, a menudo contra su voluntad, **considerando** incluso el aborto un método de control natal.

Observa-se em (q) a presença de dois processos materiais (*practicar* e *correr*, os quais involucram *las mujeres* como ator) e de um processo relacional identificativo (*ser*). Neste último, a mulher – mais especificamente a mulher que aborta – aparece no papel de característica, já que será identificada como a que tem maior risco de desenvolver problemas de saúde mental. Quanto a (r), há os processos mentais *verse* e *considerar*, que remetem à percepção e à cognição, respectivamente, e o processo material *abortar*. Nesses casos, o participante *la mujer* se enquadra como experienciador e como ator.

Já o Poder Judiciário apareceu em 11 ocorrências, sendo associado a processos materiais (4), comportamentais (4), e mentais (3), nos quais se impôs, respectivamente, como ator (4), comportante (4) e experienciador (3).

- s. Los cinco magistrados que **aprobaron** el aborto **deben comprender** que la opinión pública colombiana merece una explicación legal, científica y sociológica, no una simple visión ideológica, pasional, interesada o electoral.

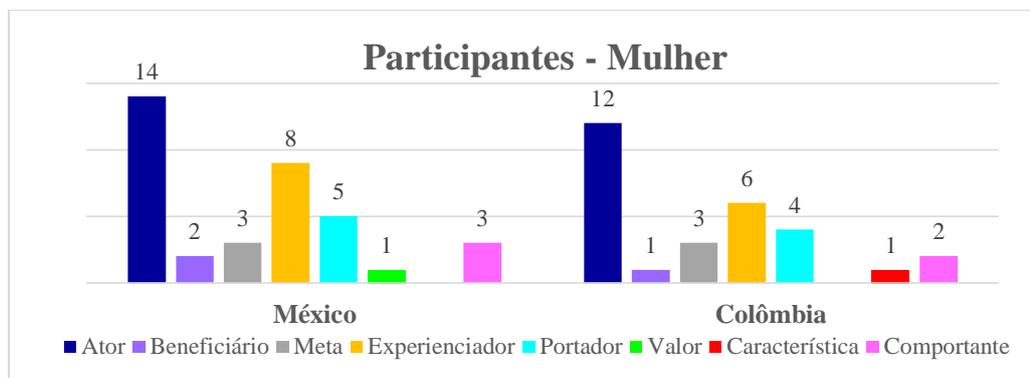
O exemplo (s), por fim, traz a Justiça (*los cinco magistrados*, em referência aos juízes que aprovaram a descriminalização) na condição de comportante e experienciador: o primeiro, com os verbos comportamentais *aprobar* e *deber*; o segundo, com o processo mental *compreender*.

Em conclusão, CO-P3 foi, dentre os periódicos analisados, o que trouxe maior paridade quantitativa de ocorrências relativas à mulher e à Corte. Qualitativamente, não obstante, o caráter atribuído a elas é diametralmente oposto, uma vez que, embora ambas apareçam associadas especialmente a processos materiais, as mulheres se instauram como títeres que se deixam conduzir por outrem e que tomam decisões guiadas pela imposição dos demais, como os homens. Com isso, percebe-se a negação da autonomia feminina, como se esse grupo não pudesse decidir por conta própria. Já a Justiça é mostrada como um sujeito consciente do que faz e que está, conforme a avaliação do jornal, adotando medidas equivocadas. No que diz respeito aos processos comportamentais e mentais atrelados à Corte (*poder, deber, comprender...*), nota-se um tom impositivo mediante o uso da negação, de maneira a marcar que o entendimento atual do Poder Judiciário está errado, que ele não pode decidir sobre o aborto e que deve relegar essa responsabilidade ao Congresso.

Visão geral

A partir dos dados arrolados, verifica-se que, tanto na imprensa mexicana quanto na colombiana, as mulheres apareceram sobretudo associadas a processos materiais, seguidos de processos mentais, relacionais e comportamentais. Quantitativamente, a distribuição dos participantes também se assemelhou, conforme se observa no Gráfico 1:

Gráfico 1: Participantes atrelados à Mulher

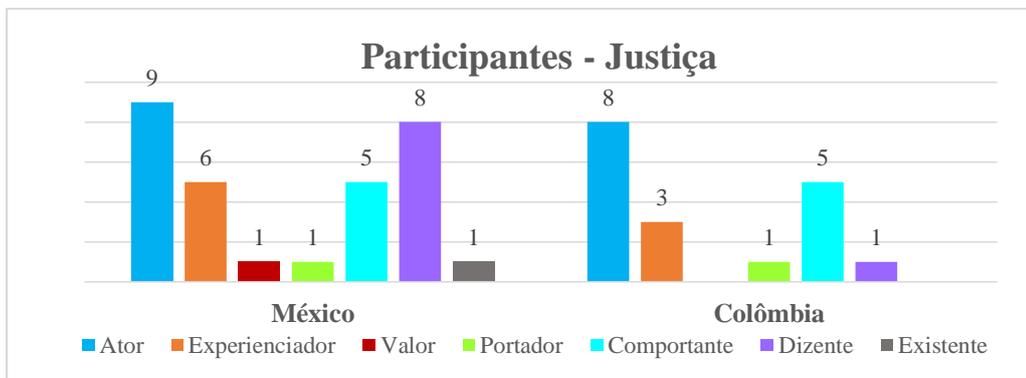


Fonte: elaborado pela autora

Apesar disso, qualitativamente, o tratamento dado diferiu: enquanto na maior parte dos editoriais mexicanos as ações, procedimentos cognitivos e conexões relacionais ligados à mulher enfatizavam sua autonomia, nos textos colombianos, esses mesmos elementos remetiam à periculosidade e severidade da prática do abortamento clandestino. Isso, talvez, possa ser explicado pelo fato de que não havia um histórico de aborto amplo e legal no país sul-americano, à diferença do que ocorria na nação da América do Norte, onde algumas entidades federativas já tinham permitido a prática. Dado esse precedente, pode-se supor que há um maior entendimento no México quanto aos riscos que um aborto ilegal implica para as gestantes, de modo que importa destacar muito mais o direito à liberdade.

Já no que se refere à Justiça, a distribuição dos processos foi diferente: nos textos mexicanos, esse grupo social apareceu vinculado sobretudo a verbos materiais e verbais, enquanto, nos editoriais colombianos, prevaleceram os materiais e comportamentais. Isso, evidentemente, refletiu-se nos participantes, conforme atesta o Gráfico 2:

Gráfico 2: Participantes atrelados à Justiça



Fonte: elaborado pela autora

Cabe frisar, em um primeiro momento, que, no caso mexicano, o número superior de aparição da Justiça como ator foi impulsionado pelo editorial de MX-P3, já que, nos outros dois, à Corte se concedeu um papel majoritariamente cognitivo e verbal, de experienciador e dizente, de modo que as funções que lhe couberam foram as de analisar eventos e proferir percepções por meio de palavras. No entanto, no referido texto, os juízes apareceram frequentemente como participante executor, o que sugere que, em periódicos pouco afeitos à descriminalização do aborto, a tendência é colocar o Judiciário como sujeito do fazer, minimizando o poder de ação da mulher – o que também se percebeu no editorial de CO-P3, que se mostrou abertamente contrário à decisão.

Por fim, cumpre salientar que, à exceção do terceiro editorial colombiano (que menciona reiteradas vezes a Justiça para criticá-la), nos outros dois textos do país (CO-P1 e CO-P2), esse grupo teve frequência reduzida e semelhante para diferentes tipos de participante, de sorte que seu papel se mostra mais difuso, como se não lhe coubesse uma função específica. Quiçá pelo caráter repentino da decisão – diferente do que ocorreu no México, onde havia ações nesse sentido há mais de 10 anos –, os meios de comunicação não tenham tido tempo hábil para habituar-se ao fato, de forma que, nos dias seguintes ao julgamento, parecia haver uma certa ausência de clareza quanto à atribuição efetiva da Corte.

Considerações finais

O presente trabalho teve por objetivo verificar de que modo as imprensas mexicana e colombiana reverberaram a despenalização do aborto em seus editoriais e como as mulheres e o sistema Judiciário foram retratados nessa ocasião. Para isso, partiu-se do arcabouço teórico da Linguística Sistêmico Funcional (HALLIDAY, 2004; CUNHA; SOUZA, 2011), com foco no sistema de transitividade. Este, por sua vez, pertence à metafunção ideacional e se estrutura em torno de três elementos: os processos, os participantes e as circunstâncias, dos quais somente os dois primeiros foram considerados na análise.

De modo geral, percebeu-se que a distribuição de processos e participantes ligados à Justiça foi determinada muito mais pela postura do periódico quanto à descriminalização do aborto que pelo país de origem: veículos contrários à decisão deram mais ênfase à Corte e a instauraram como ator, como sujeito do fazer, minimizando o poder de ação da mulher. Já nos jornais a favor, os juízes apareceram majoritariamente como experienciador e dizente, de modo que as funções que lhe couberam foram as de analisar eventos e proferir percepções por meio de palavras.

No que tange às mulheres, a abordagem variou segundo a nação: embora em ambos os países esse grupo social tenha sido atrelado a processos materiais, mentais e relacionais, nos editoriais mexicanos as ações, procedimentos cognitivos e conexões atributivas referentes à mulher enfatizavam sua autonomia, ao passo que, nos textos colombianos, esses mesmos elementos remetiam à periculosidade e severidade da prática do abortamento clandestino.

Por último, acentua-se que, tal como pressupõe Halliday (2004), a necessidade comunicativa e o contexto em que os indivíduos estão inseridos se refletem nas escolhas linguísticas. Conhecer o histórico associado à descriminalização do aborto naquele território, o encadeamento das ações que levaram a isso e o posicionamento do jornal quanto ao tema

permite entender melhor o que motiva a seleção de determinados tipos de processos e participantes, sinalizando, assim, que a cultura é um aspecto precípuo à compreensão da linguagem.

Referências

CABRAL, Sara Regina Scotta. Transitividade e auto/representação em um debate político. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 16, n. 1, p. 9-35, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/download/38250780/15561-48421-1-PB.Transitividade_e_Autorrepresentacao.pdf. Acesso em: 21 abr. 2022.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da; SOUZA, Maria Medianeira de. *Transitividade e seus contextos de uso*. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

GERMANO, Maria do Socorro Pires. O sistema de transitividade de Halliday: aplicação a “I Spy” de Graham Greene. *Revista de Letras*, n. 19, p. 68-76, 1997. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/16802>. Acesso em: 21 abr. 2022.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. *An introduction to functional grammar*. London: Hodder Arnold, 2004.

KIOSCO. *Periódicos de México*. 2022. Disponível em: <https://es.kiosko.net/mx/general.html>. Acesso em: 07 abr. 2022.

MOBIMETRICS. *Los periódicos más leídos por los colombianos*. 2022. Disponível em: <https://mobimetrics.co/stats/los-periodicos-mas-leidos-por-los-colombianos/>. Acesso em: 07 abr. 2022.

NAÇÕES UNIDAS. *Mais de 4 mil mulheres foram vítimas de feminicídio na América Latina e no Caribe em 2020*. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/160367-mais-de-4-mil-mulheres-foram-vitimas-de-feminicidio-na-america-latina-e-no-caribe-em-2020>. Acesso em: 01 jul. 2022.

PALOMINO, Sally; TORRADO, Santiago. *Despenalización del aborto en Colombia: la historia de lucha de miles de mujeres*. 2022. Disponível em: <https://elpais.com/sociedad/2022-02-22/despenalizacion-del-aborto-en-colombia-la-lucha-de-las-mujeres-por-una-conquista-historica.html>. Acesso em: 01 jul. 2022.

PAMATZ, Daniela. *Aborto legal, una garantía a la seguridad y a la salud pública*. 2021. Disponível em: <https://www.gaceta.unam.mx/aborto-legal-una-garantia-a-la-seguridad-y-a-la-salud-publica/>. Acesso em: 01 jul. 2022.

PEREZ, Raphael dos Santos Miguelez. A transitividade na música gospel brasileira sob a ótica da Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday. *Revista e-escrita*, v. 3, n. 2A, p. 46-64, 2012. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/268395011.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2022.

RAMALHO, Heryzânya Alves. *Aspectos da transitividade em textos argumentativos de alunos de inglês: um estudo sistêmico-funcional*. 2016. 125 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/22365/1/HeryzanyaAlvesRamalho_DIS_SERT.pdf. Acesso em: 01 jul. 2022.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. Estar. In: Real Academia Española. *Diccionario de la Lengua Española*. 23. ed. Madrid: Espasa Calpe, 2014a. Disponível em: <https://dle.rae.es/estar?m=form>. Acesso em: 11 jul. 2022.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. Gozar. In: Real Academia Española. *Diccionario de la Lengua Española*. 23. ed. Madrid: Espasa Calpe, 2014b. Disponível em: <https://dle.rae.es/gozar?m=form>. Acesso em: 11 jul. 2022.

RUIBAL, Alba. Feminismo frente a fundamentalismos religiosos: mobilização e contramobilização em torno dos direitos reprodutivos na América Latina. *Revista Brasileira de Ciência Política [online]*. 2014, n. 14, pp. 111-138. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220141405>. Acesso em: 17 abr. 2022.

EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS COM O ELEMENTO ZONÍMICO EM DICIONÁRIO BILÍNGUE - REVELANDO ALGUNS SENTIDOS PELO CONTEXTO

ZOONYMIC IDIOMS IN BILINGUAL DICTIONARIES - REVEALING SOME MEANINGS BY CONTEXT

Mariana Santos¹
Rosana Budny²

RESUMO: A pesquisa visa a identificação de expressões idiomáticas compostas por elemento zoonímico presentes no dicionário bilíngue intitulado “Novo dicionário de expressões idiomáticas americanas”, de autoria de Luiz Lugani Gomes. A metodologia consiste na leitura, seleção e digitalização de expressões para armazenamento em banco de dados. As expressões idiomáticas estão presentes nas mais diversas línguas, contudo, diferentemente das palavras simples, são unidades chamadas complexas, pois se formam a partir da junção de dois ou mais termos cujo sentido é geralmente idiomático e metafórico. A problemática se dá quando um indivíduo se depara com essas expressões em um diálogo escrito e/ou oral e não é capaz de compreender o sentido devido à não composicionalidade semântica da expressão. A justificativa está na tentativa de auxiliar no entendimento dos seus significados ao contribuir para a elaboração de um glossário bilíngue dessas expressões. Toma-se a Lexicografia e a Fraseologia para alicerce teórico com autores como Xatara (1998), Biderman (2001), Ortiz Alvarez (2000; 2008), Welker (2004), entre outros. Como resultado oferece-se uma amostra de expressões idiomáticas zoonímicas em inglês, com seus respectivos significados na Língua Portuguesa, e uma breve análise em relação ao seus contextos de uso. Conclui-se afirmando que um glossário zoonímico dessa natureza pode contribuir para o processo de ensino/aprendizagem da língua inglesa como suporte para professores e aprendizes.

PALAVRAS-CHAVE: Fraseologia. Lexicografia. Expressões idiomáticas zoonímicas.

ABSTRACT: The research aims to identify idioms composed of zoonymic elements present in the bilingual dictionary entitled “Novo dicionário de expressões idiomáticas americanas”, by Luiz Lugani Gomes. The methodology consists of reading, selecting and digitizing expressions for storage in a database. Idioms are present in the most diverse languages, however, unlike simple words, they are called complex units, as they are formed from the junction of two or more terms whose meaning is generally idiomatic and metaphorical. The problem arises when an individual is faced with these expressions in a written and/or oral dialogue and is not able to understand the meaning due to the semantic non-compositionality of the expression. The justification is in the attempt to help in the understanding of their meanings by contributing to the elaboration of a bilingual glossary of these expressions. Lexicography and Phraseology are taken as a theoretical foundation with authors such as Xatara (1998), Biderman (2001), Ortiz Alvarez (2000; 2008), Welker (2004), among others.

¹ Acadêmica do 8º semestre do curso de Letras - Português/Inglês, orientanda do PIBIC da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: marianasantos.mah@gmail.com.

² Professora Dra. Rosana Budny, orientadora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e do Programa de Pós-graduação em Letras da UFGD. E-mail: rosanabudny@ufgd.edu.br.

As a result, a sample of zoonymic idioms in English is offered, with their respective meanings in Portuguese, and a brief analysis in relation to their contexts of use. It concludes by stating that a zoonymic glossary of this nature can contribute to the teaching/learning process of the English language as a support for teachers and learners.

KEYWORDS: Phraseology. Lexicography. Zoonymic idioms.

Introdução

À medida que aprendemos uma língua conseguimos nos expressar dentro do coletivo e também compreendê-lo. Nesse sentido, a língua se caracteriza como um sistema que viabiliza a nossa comunicação. Contudo, é significativo salientar que ela não é estática. Conforme Bagno (1999, p. 144), “a língua é viva, dinâmica, está em constante movimento”, ou seja, ela sofre frequentes transformações e, diante dessas mudanças, como acrescenta Wagner (2009, p.67), “o léxico de uma língua nunca está pronto, pois depende do contexto, das circunstâncias”. Portanto, ter conhecimento de aspectos gramaticais e lexicais de uma língua pode contribuir para que se tenha domínio sobre ela. No entanto, ter apenas esse conhecimento não é o suficiente. Isso porque, existem elementos mais subjetivos que compõem a imensa gama de expressões diárias que são formatadas a partir dos costumes do povo que as utilizam, e elas se modificam diante de diferentes cenários, dificultando a sua compreensão em totalidade, como é o caso das Expressões Idiomáticas (doravante EIs).

No que diz respeito às EIs, elas estão presentes nos mais diversos idiomas, e carregam traços culturais de cada um dos lugares em que são faladas. Assim, aqui no Brasil, por exemplo, é comum usar a expressão “botou galha” para se referir a uma pessoa que foi infiel dentro de um relacionamento. E, poderíamos dizer que esse fraseologismo (categoria que engloba as EIs) é mais corriqueiro ainda nos estados do Nordeste, onde, igualmente, é muito habitual dizer que um indivíduo “não empurra um prego em um mamão maduro”, quando se trata de alguém que é preguiçoso. Consequentemente, em relação ao Inglês, isso não poderia ser diferente. As EIs fazem parte do cotidiano da língua, e podem ser observadas, tanto na forma oral ou na forma escrita, em variados âmbitos, como na TV, em filmes, em séries, em revistas, em livros, em sites da internet, entre outros. No seriado estadunidense “Gilmore Girls”,³ lançado no ano 2000, pode-se constatar o uso de uma dessas expressões, no nono episódio da primeira temporada, em que a personagem Emily, em um diálogo com sua filha Lorelai, faz perguntas sobre o namorado

³ E: What do you know about this boy? L: I know that Rory about this him and that his parole officer has high hopes for his rehabilitation. E: Does he drink? L: Like a fish. E: That’s not a crazy question. L: It is a crazy question mom, because if I knew he was a drinker, he would not be with Rory now. E: Yes, but... L: Mom, please relax. (GILMORE GIRLS, 2000) Disponível em <https://getyarn.io/yarn-clip/da98bda9-44b2-4573-aeed-3416f87fda88> Acesso 03/07/2023.

da neta Rory. Ela questiona: *Does he drink?*, e a filha Lorelai responde: *Like a fish*, referindo-se a expressão *Drink like a fish*, cujo significado é o de alguém que bebe com muita frequência ou que, até mesmo, tem vício em bebida alcoólica. Nesse sentido, para indivíduos que estão aprendendo o Inglês como língua estrangeira, as expressões idiomáticas podem se constituir um obstáculo à compreensão da linguagem e torna-se importante facilitar o acesso a elas, por meio de manuais didáticos e dicionários e glossários sobre os seus usos e sentidos.

O presente artigo, portanto, se propõe a apresentar um estudo que faz parte do Projeto Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), que teve como objetivo a identificação e o agrupamento de expressões idiomáticas que, especificamente, possuem elementos zoonímicos na sua composição, com base em dicionário de expressões idiomáticas no sentido inglês-português, e que nesta pesquisa, restringe-se à obra “Novo dicionário de expressões idiomáticas americanas” de autoria de Luiz Lugani Gomes.

Vale considerar que, o desenvolvimento dessa pesquisa pretende contribuir para a constituição da base de dados para o projeto denominado *Glossário Português-inglês de Fraseologia Zoonímica – Criação de um banco de dados*, realizado pela docente orientadora Dra. Rosana Budny, com a finalidade de auxiliar aprendizes da Língua Inglesa a compreenderem melhor esses fraseologismos e a se comunicarem de maneira mais fluída e satisfatória.

Na sequência, apresentamos os conceitos fundamentais das áreas de estudos das EIs, a metodologia que guiou este trabalho, conjuntamente com os resultados e considerações gerais sobre ele.

Lexicografia e Fraseologia – Áreas Fundadoras deste Projeto

A Lexicografia é uma das disciplinas basilares do presente trabalho, uma vez que trata das questões ligadas aos dicionários. Segundo Biderman (2001, p. 17), essa área do conhecimento é considerada “a ciência dos dicionários”, tendo como objeto de estudo o léxico. Welker (2004, p. 11), ampliando o conceito, expõe que a Lexicografia pode ser utilizada em duas vertentes, na sua concepção prática que é qualificada como um fazer lexicográfico técnico para a elaboração de um dicionário; e na sua concepção teórica que é definida dentro do campo da metalexigrafia, pois envolve o estudo dos dicionários, a abordagem crítica de como são elaborados, dos problemas que apresentam nessa elaboração, da forma como são utilizados, da tipologia que os caracterizam, e ademais, historicamente, como a “arte” de fazer dicionários se deu ao longo do tempo.

No contexto que se está desenvolvendo este artigo, ou seja, o das expressões idiomáticas, há que se conceituar igualmente a Fraseologia, que é a disciplina que norteia os estudos e pesquisas com relação às unidades fraseológicas ou fraseologismos, área em que estão categorizadas, entre outras, as expressões idiomáticas, objeto desta pesquisa.

Nogueira (2008, p. 43-44) evidencia que:

a Fraseologia corresponde à uma subdivisão da Lexicologia, e tem como objetivo o estudo das chamadas Unidades Fraseológicas, dentro do que abrange a área do léxico. O autor afirma que as UFs são “formadas por meio da combinação de dois ou mais elementos, com um certo grau de fixação, cunhadas ao longo dos anos, cada uma com suas características”, e podem ser locuções, colocações, ou expressões idiomáticas e, ainda, as parêmsias: refrões e provérbios, entre outros enunciados fraseológicos.

Convergente à definição de Fraseologia que apresentamos no parágrafo anterior está a de Ortiz Alvarez (2011, p. 9), que declara que a Fraseologia é “a ciência que estuda as combinações de elementos linguísticos de uma determinada língua relacionados semântica e sintaticamente [...]. Essas combinações fraseológicas, ou como se costuma chamar de UFs ou fraseologismos, pertencem ao léxico cristalizado de uma comunidade ou de uma língua. A autora define os fraseologismos como sendo um

[...] conjunto de combinações de elementos linguísticos de uma determinada língua, relacionados semântica e sintaticamente, e que não pertencem a uma categoria gramatical específica e cujo significado é dado pelo conjunto de seus elementos. Nela se incluem todas as combinações onde os componentes possuem traços metafóricos geralmente estáveis (em alguns casos a estabilidade é parcial permitindo algumas alterações sem perder o significado total da expressão) (ORTIZ ALVAREZ, 2008, p. 498).

Desse conjunto de combinações podemos citar alguns exemplos de fraseologismos do português como, *chutar o balde*, *tomar chá de cadeira*, *quebrar o galho*, entre outras expressões que permeiam os diálogos orais e escritos do dia-a-dia.

Breve histórico sobre a Lexicografia e a Fraseologia

A Lexicografia é a ciência que tem contribuído para os estudos e achados lexicográficos, uma vez que o fazer lexicográfico vem de longa data, ou seja, os dicionários têm sido produzidos amplamente no decorrer da história. Entretanto, diferente de como os conhecemos hodiernamente, pois, no passado, eles se referiam a simples listas de palavras.

De acordo com Farias (2007, p.89), há registros dessas listas no século VII a.C., com os povos Acádios, que habitavam o centro da Mesopotâmia. Eles produziam listas bilíngues, com termos Sumérios traduzidos para o acadiano, geralmente, envolvendo as atividades mercantis peculiares desse momento. Portanto, conforme a autora, a produção lexicográfica se

desenvolveu muito antes da Antiguidade, fase que Welker (2004, p. 61), mencionando Boisson, Kirtchuk e Béjoint, denomina de ‘Paleolexicografia’. Dos tempos antigos, especificamente, há menções de obras lexicográficas gregas, como os glossários de Alexandria e o *Appendix Probi* (obra latina), datadas do século III D.C. (FARIAS, 2007, p. 90).

No que diz respeito ao período da Idade Média, Biderman (1984, p. 1) destaca a obra “Etimologias” de autoria de Santo Isidoro de Sevilha. Segundo a pesquisadora, essa criação “têm escasso ou nulo valor científico e linguístico”, pois a coletânea é deveras fantasiada, reportando-se a concepções místicas e religiosas. Contudo, ela esclarece que foi na Modernidade que a atividade lexicográfica se intensificou, elucidando que, durante o século XV surgiram os primeiros dicionários bilíngues espanhóis, o *Dicionário castelhano-latim Universal Vocabulario*, de Alonso Palencia (1490), o *Vocabulario Latino Español* da autoria de Antonio de Nebrija, que publica, mais tarde em 1507, um dicionário latim-catalão.

Farias (2007, p. 9) ressalta o surgimento de vários dicionários bilíngues em toda a Europa, no século XVI, principalmente nos países da Espanha, Itália, França e Portugal, e complementa que, no período renascentista os dicionários passaram a ser denominados como thesaurus (tesouro). Além disso, a autora explica que, nessa etapa, foram igualmente publicadas gramáticas das línguas vernáculas desses mesmos países.

No que diz respeito à língua portuguesa, consoante Welker (2004, p. 69), as obras destacadas são o *Dicionário da Língua Portuguesa*, da autoria de Antônio de Moraes e Silva, que foi editado em Portugal no ano de 1789 e a obra de longo nome, *Elucidario de palavras e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros, e preciosos, que entre nós se conservam*, de autoria do Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, produzido em Lisboa em 1798.

Sucessivamente, já no século XX, segundo Farias (2007, p. 95), a produção das obras lexicográficas foi acelerada. Do Brasil, é possível mencionar o surgimento do *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Antenor Nascentes, feito entre 1961-1967; o *Vocabulário da Língua Portuguesa* de 1981 e o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de 1975, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira; o *Michaelis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa* de 1998; o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, feito em 2004; e o *Dicionário UNESP o português contemporâneo*, também de 2004, de Borba e colaboradores.

A atividade lexicográfica persiste atualmente, apresentando cada vez mais atualizações, em virtude da língua ser considerada um elemento dinâmico.

A Fraseologia, por sua vez, é uma área de estudos relativamente recente e tem atraído pesquisadores na tentativa de conhecer melhor os blocos de palavras, chamadas cientificamente de unidades fraseológicas. Expressões populares não eram aceitas facilmente nos escritos padrão em função de suas características coloquiais.

Pode-se afirmar que historicamente, segundo Vaz (2013, p. 24), as primeiras publicações sobre a Fraseologia foram feitas na Rússia, onde Lomonosov, no século XVIII publicou a obra *Gramática da Língua Russa*, em que destacava as combinações de palavras e expressões existentes na língua. Já entre 1863 e 1866 o também autor Russo, Vladimir Dahl publicou *Provérbios do povo Russo*. Ainda, no que diz respeito ao panorama histórico, Vaz (2013, p. 24-25) destaca que a Fraseologia se firmou de fato como uma área científica no século XX, por meio de pesquisas de Vinogradov, que tratavam da tipologia, da estrutura, da base semântica e da relação entre as palavras dentro das unidades fraseológicas que ele classificou. A autora (op.cit.) complementa que a difusão da Fraseologia como ciência também se deve às pesquisas feitas na Espanha e em Cuba, com contribuições de autoras cubanas como Carneado Moré e Tristá Perez, nos anos 1980, e a espanhola Corpas Pastor, que publicou em 1996 seu *Manual de Fraseologia Española*, em que trata de descrever, sistematizar e classificar os fenômenos fraseológicos.

No Brasil, de acordo com Nogueira (2008, p. 55), a Fraseologia é referida no início do século XX, com a obra *Frases feitas: estudo conjectural de locuções, ditados e provérbios* (1960), do autor João Ribeiro, além de diversos dicionários de expressões populares e de provérbios. Nogueira (2008) neste estudo intitulado *A presença das expressões idiomáticas na sala de aula de espanhol - língua estrangeira para brasileiros*, ainda cita outras pesquisas que dão conta de trabalhos desenvolvidos na área de fraseologia entre os anos 1980 e na atualidade.

Presentemente, a área da Fraseologia tem atraído o interesse de muitos pesquisadores, que têm promovido avanços nos estudos da área. Nesse âmbito, as unidades fraseológicas se enquadram como objeto central, trazendo categorizações diversas e entre elas as expressões idiomáticas.

As Unidades Fraseológicas e as Expressões Idiomáticas - Características Recorrentes

Apesar dos estudos fraseológicos existentes estarem cada vez mais avançados, não existe um consenso entre os autores sobre a classificação das unidades fraseológicas. Uma descrição que pode se fazer pertinente para este trabalho é a da espanhola Corpas Pastor, citada

por Ortiz Alvarez (2008), que subdivide as UFs em três esferas: colocações, locuções, e enunciados fraseológicos. Vaz (2013), que menciona em sua dissertação essa mesma categorização, afirma que Corpas Pastor enquadra as expressões idiomáticas como locuções, uma vez que para a autora, “as locuções não constituem enunciado completo e atuam como elementos oracionais” (2013, p. 27).

Porém, a despeito das divergências na forma de categorizá-las, é possível destacar algumas características recorrentes das UFs, entre elas, a polilexicalidade, a fixação, a convencionalidade, a idiomaticidade, e a variabilidade.

Caldas (2014, p.13) define as UFs como “unidades lexicais complexas, que apresentam uma polilexicalidade e uma estabilidade relativa e cuja carga semântica de seus elementos é dada pela unidade fraseológica que não depende da soma dos significados de cada um deles”. Diante disso, podemos compreender que as unidades fraseológicas são constituídas de mais de um item lexical, e que o sentido que elas possuem, está diretamente ligado à ordenação e à imobilidade desses elementos que as compõem.

Com relação às expressões idiomáticas, pode-se afirmar que são elementos presentes nas mais diversas línguas, e fazem parte da comunicação cotidiana de seus falantes. Contudo, diferente das unidades léxicas simples, são componentes constituídos de uma maior complexidade, uma vez que trazem consigo muito da cultura das comunidades, refletindo até mesmo aspectos de sua construção social. Como aponta Rupert (2016, p. 5), “as expressões idiomáticas fazem parte da língua e da cultura de um povo. Conhecê-las significa ampliar os conhecimentos semânticos, pragmáticos e culturais e, portanto, a capacidade de comunicação”. De maneira muito semelhante, Ortiz Alvarez assevera que essas expressões

[...] refletem, especialmente, por sua natureza metafórica, a história, a cultura e a forma de pensar de determinada comunidade, elas constituem a síntese dos valores espirituais, dos costumes e da idiosincrasia de um povo. Sua função é representar metaforicamente um conceito tornando-o mais expressivo (ORTIZ ALVAREZ, 2000, p.16).

Dessa forma, para um indivíduo que está aprendendo uma língua estrangeira, a compreensão dessas expressões pode se tornar um empecilho. Visto que são pontos que, muitas vezes, no momento de uma conversação ficam subentendidos. Isso quer dizer que, as expressões idiomáticas apresentam um sentido figurado, ou seja, que se difere do literal, de modo que para uma pessoa estrangeira, que tem a tendência de analisar as palavras de um enunciado de forma composicional, elas podem causar muita confusão na hora de se comunicar. De acordo com Carvalho (2012),

As expressões idiomáticas são elementos linguísticos formados por duas ou mais

palavras que apresentam fixação/repetição no uso, cujo valor semântico não corresponde à soma de seus elementos constituintes. As EI são fortemente influenciadas pela cultura que subjaz à língua em questão e, geralmente, não são compreendidas por falantes que não compartilham desta cultura (CARVALHO, 2012, p. 1).

Desse mesmo modo, Xatara (1998, p.149), autora muito citada nessa área, define EI como “uma lexia complexa indecomponível, conotativa e cristalizada em um idioma pela tradição cultural”. Logo, as expressões idiomáticas estão presentes na fala diária das pessoas, nos mais diversos cenários, como na TV, no rádio, em uma palestra, em letras de música, em revistas, livros, etc. E têm seu significado compreendido a partir da união dos termos pelos quais são formadas, sendo aplicadas dentro de um contexto específico. Como, por exemplo, quando dizemos que uma pessoa “está com a cabeça nas nuvens”, para indicar que ela está desatenta, ou que alguém “agarrou o emprego com unhas e dentes”, para expressar que de forma extrema ele não desperdiçou a oportunidade de trabalho. Assim, o aprendizado das EIs, principalmente por parte de estrangeiros, pode proporcionar uma conversação e compreensão muito mais efetivas.

A pesquisa em pauta faz um recorte de Expressões Idiomáticas, trabalhando, especificamente, na bibliografia alvo, com a verificação e análise daquelas que contém na sua composição os chamados zoônimos. Nesse contexto, Budny (2022, p. 341) explica que “as expressões idiomáticas são uma das categorias das chamadas unidades fraseológicas [...]” e, dentre essas, as que incluem zoônimos são descritas pela autora como “combinações fraseológicas que levam pelo menos um nome de animal em sua formação”.

Apresenta-se, a seguir, a metodologia utilizada para o desenvolvimento do estudo, assim como alguns dos resultados alcançados.

Metodologia

A metodologia do trabalho em questão é bibliográfica e descritiva. Inicialmente foram coletadas as expressões idiomáticas da língua inglesa, que possuem elementos zoonímicos, da obra intitulada “Novo dicionário de expressões idiomáticas americanas”, de autoria de Luiz Lugani Gomes.

Para realizar esse levantamento foi necessário, primeiramente, a leitura do dicionário, passando por todos os termos presentes em cada uma de suas laudas, a fim de verificar quais deles possuíam nomes de animais em sua composição. Em seguida, com auxílio do aplicativo de celular *CamScanner*, os verbetes selecionados eram digitalizados e salvos na galeria do aparelho em formato JPEG. Posteriormente, essas imagens foram passadas para um computador

e organizadas alfabeticamente em documento *Word*, por meio de tabelas.

Dessa forma, precisamente, cada tabela foi igualmente dividida em duas colunas, em que a primeira referia-se ao nome da expressão idiomática e a segunda à imagem escaneada que a ela correspondia na obra.

Ademais, de maneira intercalada à investigação e agrupamento das EIs na obra alvo, foram efetuados encontros do grupo PIBIC 2021-2022, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em que foram discutidos textos conceituais, como artigos, teses e dissertações de pesquisadores relevantes tanto da área da Lexicografia, como da Fraseologia.

A seguir, apresenta-se alguns exemplos dos verbetes compilados:

Quadro 1: Bee

EXPRESSÃO IDIOMÁTICA	IMAGEM CORRESPONDENTE NA OBRA
<i>(as) busy as a bee</i>	BEE (as) busy as a bee ocupadíssimo <i>I'm sorry that I can't help you now. I'm (as) busy as a bee.</i>
<i>have a bee in one's bonnet</i>	have a bee in one's bonnet [col] ter uma idéia fixa, uma obsessão <i>She has a bee in her bonnet about cleanliness and punctuality.</i>

Fonte: Produzido pelas autoras.

Quadro 2: Butterfly

EXPRESSÃO IDIOMÁTICA	IMAGEM CORRESPONDENTE NA OBRA
<i>butterflies in one's stomach</i>	BUTTERFLY butterflies in one's stomach [col] sensação de medo, nervosismo, ansiedade, tensão <i>He gets butterflies in his stomach when he goes down a dark road alone.</i>
<i>social butterfly</i>	social butterfly pessoa que frequenta muitas festas, sempre presente a reuniões sociais ... <i>she asked her host ... for a job. He, taking her for a social butterfly, refused. -T/87. ♦ Zelda McCallister was a social butterfly who flitted from one party to the other.</i>

Fonte: Produzido pelas autoras.

Quadro 3: Cow

EXPRESSÃO IDIOMÁTICA	IMAGEM CORRESPONDENTE NA OBRA
<i>holy cow/cats/mackerel/moses/smoke</i>	<p>COW holy cow/cats/mackerel/Moses/smoke Santo Deus! caramba! puxa vida! "Holy cow!" he exclaimed when the shooting started. ♦ Holy smoke! Look at those flames! ♦ "Holy Mackerel!", said Mrs. Snell. -SJD,79.</p>
<i>sacred cow</i>	<p>sacred cow pessoa, instituição, coisa etc. considerada acima de crítica <i>Science has often been called a sacred cow.</i> ♦ <i>Until Nixon the Presidency was considered a sacred cow.</i></p>
<i>till the cows come home</i>	<p>till the cows come home [gir] para sempre, eternamente <i>You can wait till the cows come home for the fulfillment of his promise.</i> v. (un) till HELL freezes over</p>

Fonte: Produzido pelas autoras.

Resultados

Na sequência, damos uma amostra de algumas expressões idiomáticas com uma pequena análise:

(1) Bull in a China shop

Zoônimo: Bull

Expressão: *Bull in a China shop*

Contexto: *We told her it was a delicate situation, but she went into the meeting like a bull in a china shop.*

Significado: refere-se a um indivíduo que por ter maneiras estabanadas, acaba gerando estragos.

(2) Bear hug

Zoônimo: Bear Expressão: *Bear hug*

Contexto: *He was a big personality and always willing to give his bear hugs.*

Significado: designa um abraço apertado Correspondente tradutório possível: "Abraço apertado"

(3) Butterflies in one's stomach

Zoônimo: Butterflies

Expressão: *Butterflies in one's stomach*

Contexto: *I had butterflies in my stomach when I was called to the stage.*

Significado: situação de medo, nervosismo, ansiedade, tensão. Correspondente tradutório possível: “Frio na barriga”

(4) Chicken out

Zoônimo: Chicken Expressão: Chicken out

Contexto: *I was going to go bungee jumping, but I chickened out. / Sometimes people chicken out of swimming in the river when they find out that alligators have been here occasionally.*

Significado: A expressão diz respeito ao ato de perder a coragem, de se acovardar diante de algo.

Correspondente tradutório possível: “dar para trás”, “amarelar”

(5) Charley horse

Zoônimo: Horse Expressão: *Charley horse*

Significado: concerne a câimbra, uma contração inesperada de um músculo do corpo que gera muita dor e pode ser causada por diversos fatores.

Contexto: *Oh my god! I'm having a charley horse on my right leg!*

(6) Let the cat out of the bag

Zoônimo: Cat

Expressão: *Let the cat out of the bag*

Contexto: *While they know the outcome, he said it's been difficult to not let the cat out of the bag.*

Significado: refere-se ao fato de revelar um segredo, involuntariamente ou propositalmente.

Correspondente tradutório possível: “dar com a língua nos dentes”, “entregar o jogo”.

Considerações finais

No início deste projeto objetivamos pesquisar as EIs com elemento zoonímico, buscar no material lexicográfico sua presença e consequentes significados e correspondentes. No andamento, foram levantadas dezenas de expressões da Língua Inglesa, com suas equivalências no Português do Brasil, dentro da bibliografia especificada.

Esse conjunto de EIs reunidas são de extrema valia, pois o agrupamento realizado até o momento contribuirá para a elaboração de um material que se caracteriza em um glossário zoonímico bilíngue português-inglês, que pode auxiliar aqueles que estão aprendendo inglês como língua estrangeira a compreenderem melhor as EIs e as aplicarem em sua comunicação de forma natural. Como explica Vaz (2013, p.17), por meio do conhecimento dessas expressões “os aprendizes têm a chance não somente de interagir de maneira eficaz com os indivíduos que fazem parte da comunidade falante da língua na qual se encontram inseridos e onde realizam suas atividades rotineiras, como também de decodificar os aspectos mais sutis, relacionados ao contexto de uso de tais expressões”.

Além disso, a constituição desse material pode auxiliar no processo de ensino/aprendizagem da língua inglesa dentro das instituições escolares, tanto públicas como privadas, funcionando como suporte para professores e discentes. Em uma outra perspectiva, não só a pesquisa relacionada aos dicionários, mas também as leituras teóricas e discussões efetuadas pelos pesquisadores discentes no decorrer dos encontros de estudo colaboraram para o aumento de seu repertório de informações e sua formação em Letras – Português/Inglês, como futuros docentes da língua inglesa.

Por conseguinte, os dicionários existentes sobre o tema, atuando como apoio às consultas necessárias dos ainda inexperientes na prática do idioma, cumprem um importante papel na quebra das barreiras comunicativas que as Expressões Idiomáticas podem impor. No entanto, como afirma Oliveira (2010, p. 344), a estruturação destes está totalmente vinculada à língua, que não é inerte, não está paralisada. Diante da sua dinamicidade, sempre haverá a demanda de renovação dessas obras ou a criação de novos materiais lexicográficos que acompanhem tais mudanças que a percorrem.

Ademais, o traço cultural das EIs explicita que, muitas vezes, a percepção apenas do seu significado se mostra insuficiente, no sentido de que, a exigência do emprego delas dentro de um contexto requer que essas novas ferramentas lexicais as contemplem cada vez mais.

Referências

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é como se faz*. Ed.49. São Paulo: Loyola,

1999.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *A ciência da lexicografia*. São Paulo: Alfa, 1984. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/107589/ISSN1981-5794-1984-28-1-26.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. 2 ed. Campo Grande – MS: Ed. UFMS, 2001 (p. 13 – 22).

BUDNY, Rosana. As unidades fraseológicas com zoônimos em livros didáticos e algumas possibilidades de ensino. *Entrepalavras*, Fortaleza, v.11, n. esp., e2100, p. 340 - 356, mar. 2022. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/65329/1/2022_art_rbudny.pdf

CALDAS, Ivy Muriel Mattos. *De grão em grão a galinha enche o papo: a presença dos animais nos provérbios brasileiros*. UNB, Brasília, 2014. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/9341/1/2014_IvyMurielMattosCaldas.pdf

CARVALHO, Gislene Lima. *Expressões Idiomáticas: Elementos culturais no ensino de PLE*. Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste – UFPB, 2012. Disponível em: <http://www.gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2012/arquivos/%C3%A1reas%20tem%C3%A1ticas/Aquisi%C3%A7%C3%A3o%20e%20ensino%20de%20l%C3%ADnguas%20adicionais/Gislene%20-%20EXPRESS%C3%95ES%20IDIOM%C3%81TICAS.pdf>

FARIAS, Emilia Maria Peixoto. Uma breve história do fazer lexicográfico. *Revista Trama*, vol. 3, n. 5. Marechal Cândido Rondon – PR, 2007, pg. 89 – 98.

GOMES, Luiz Lugani. *Novo dicionário de expressões idiomáticas americanas*. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

NOGUEIRA, Luís Carlos Ramos. *A presença das expressões idiomáticas (EIs) na sala de aula de espanhol - língua estrangeira para brasileiros*. Brasília - DF, 2008. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8866/1/2008_LuisCarlosRamosNogueira.pdf

OLIVEIRA, Sirlene Terezinha de. A busca de fraseologismos em dicionários bilíngues brasileiros. In: *Anais do VII Seminário de Língua Estrangeiras: a transdisciplinaridade e o ensino das línguas estrangeiras*, Goiânia, UFG, 2010, p. 343 - 348.

ORTIZ ALVAREZ, Maria Luisa. *A língua(gem) nossa de cada dia: o componente fraseológico no ensino de línguas próximas (ELE e PLE)*. São Paulo, 2008. Disponível em: https://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca_ele/publicaciones_centros/PDF/saopaulo_2008/42_ortiz.pdf

ORTIZ ALVAREZ, Maria Luisa. *Expressões idiomáticas do português do Brasil e do espanhol de Cuba: estudo contrastivo e implicações para o ensino de português como língua estrangeira*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – IEL, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

ORTIZ ALVAREZ, Maria Luisa. *Uma (re)visão da teoria e da pesquisa fraseológicas*, eds. MariaLuiza Ortiz Alvarez, Enrique Huelva Unternbäumen, Pontes, Campinas 2011, pp. 323.

RUBERT, Andréa de Araújo. *Na ponta da língua: expressões idiomáticas na aula de português como língua adicional*. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/157005/001017985.pdf?sequence=1>

VAZ, Cristhiane Miranda. *Tintim por tintim: um material didático de português para falantes de espanhol com foco nas expressões idiomáticas*. Brasília: Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2013, n f 130.

XATARA, Claudia Maria. *O campo minado das expressões idiomáticas*. Alfa, São Paulo, v. 42 (n.esp.), p. 147-158, 1998.

WAGNER, Luiz Roberto. A dinamicidade da língua portuguesa e sua interferência na comunicação moderna. *Interface Tecnológica*, v. 6, n. 1, 2009. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/index.php/interfacetecnologica/article/view/38>

WELKER, Herbert Andreas. *Dicionários – uma pequena introdução à lexicografia*. 2 ed. – revista e ampliada. Brasília: Thesaurus, 2004.

PERFORMATIVIDADE E SUBJETIVIDADE: PARALELAS QUE SE CRUZAM NA ANÁLISE DE UM DISCURSO MÉDICO DO SÉCULO XIX

PERFORMATIVITY AND SUBJECTIVITY: PARALELS CROSSING IN THE ANALYSIS OF A MEDICAL DISCOURSE FROM 19TH CENTURY

Silvana Silva¹

João Gabriel Alcântara Manfrim²

RESUMO: Temos como objetivo analisar a relação entre o discurso científico da Medicina e sua prática tal como depreendida a partir de um Manual localizado no acervo do Museu de História da Medicina de Porto Alegre. Realizamos a análise a partir do *Manual de saúde ou medicina popular* (1860), de François-Vincent Raspail, elegendo as categorias analíticas de *performatividade* e *subjetividade*, advindas do diálogo que travamos entre Austin (filosofia da linguagem) e Benveniste (linguística da enunciação). Optamos pela análise do décimo capítulo da Primeira Parte, intitulado “CAPITULO X - Meios preservativos e curativos contra as causas moraes de nossas doenças”. Os resultados principais indicam não só que o diálogo entre os dois autores e seus conceitos não é impossível, como pode ser prolífico na análise do discurso médico.

PALAVRAS-CHAVE: Acervos públicos. Século XIX. Performatividade. Discurso médico. Linguística da enunciação

ABSTRACT: This paper purpose is to analyze the relationship between the Medicine’s scientific discourse and it’s practice as it’s seen in a Manual locatedl in the archive of Museu de História da Medicina de Porto Alegre. We engage the analysis with the *Manual de saúde ou medicina popular* (1860), by François-Vincent Raspail, choosing *Performativity* and *Subjectivity* as analytical categories related to the dialogue between Austin (Philosophy of Language) and Benveniste (Linguistics of Enunciation). We choosed to analyse the tenth chapter from the Primeira Parte, entitled “CAPITULO X - Meios preservativos e curativos contra as causas moraes de nossas doenças. ”. The main results indicate that not only the dialogue between the authors and their concepts is possible, but it can also be prolific for an analysis of the medical discourse.

KEYWORDS: Public archives. 19th century. Performativity. Medical discourse. Linguistics of Enunciation.

¹ Professora Adjunta - Instituto de Letras – UFRGS.E-mail: ssilvana2011@gmail.com

² Graduação em andamento em Letras - Português e Francês E-mail: jgredfield8@gmail.com

Introdução

A medicina constitui uma área de prática e de saber que, facilmente, torna-se mistificada diante da ambivalência que, na realidade de sua atuação, surge dos constantes atritos entre o saber científico e a prática humana. No entanto, esse paradigma refere-se a uma perspectiva recente em que a medicina se institui segundo uma noção de verdade científica neutra e em que a figura do médico passa a ser vista como extensão dessa mesma verdade. Assim, no que diz respeito a registros materiais da área, qualquer presença de um sujeito com sua subjetividade marcada não passaria de uma voz diáfana, seja nos produtos de suas perscrutações, seja na forma de seus métodos. Na história da Medicina, porém, não é exclusivamente dessa forma que encontramos o paradigma em questão. Por excelência, a arte de curar é um advento cultural que toma a ação do ser humano como um contínuo a ser entendido e avaliado em diferentes tempos.

Tendo isso em mente, nosso objetivo aqui é vislumbrar, dentro de seu paradigma, a imagem de um médico de outro tempo e, a partir de registros materiais, procurar a presença de marcas linguisticamente ligadas a um sujeito e que corroborem ideologias e valores pessoais daquele que teve na mão a pena que passou na tinta. Dessa forma, pretendemos mostrar a interpelação quase íntima (por isso não estranha) entre um discurso enviesado e uma base de prática científica – que, em última instância, fazem-se da cultura, ao mesmo tempo que a produzem. Nos termos do historiador francês da Escola dos *Annales*, Jacques Le Goff, é o que constitui a ideia de “documento-monumento”, em que a perspectiva tradicional de “documento” – uma fonte “neutra”; resíduo imparcial da história – se concilia com a noção marcada e intencionada de “monumento”. Assim, o conceito de documento-monumento “traz essa intencionalidade para o próprio documento, cuja produção resulta das relações de força que existiram e existem nas sociedades que o produziram” (ALBERTI, 2014, p. 183).

Portanto, para empreender tal objetivo, teremos como foco material um gênero de escritos de instrução muito popular no Brasil das últimas décadas do século XIX: o *Manual de Saúde popular*. Procurando servir como uma introdução ao assunto, centraremos a análise num manual específico: traduzido do francês para o português e datado de 1860, *O manual de saúde ou medicina popular*, de François-Vincent Raspail – cuja tradução, vinda de Lisboa, encontra-se presente no Museu da História da Medicina de Porto Alegre.

F.V. Raspail, o médico que se formou químico

François-Vincent Raspail (1794-1878) foi um químico, político republicano e praticante de medicina francês que, hoje, aparece como um precursor na área da saúde pública e na divulgação de teorias microbianas de doenças.

Na juventude, publicou diferentes artigos e relatórios de química que não o renderam grande notoriedade acadêmica – muito provavelmente devido a suas posições políticas (WEINER, 1959, p. 150). Antes de se tornar um médico de consultório extremamente requisitado nos subúrbios de Paris, desde jovem, Raspail foi um republicano de oposição ferrenha – o que o levou a diferentes condenações e exílios durante toda a vida (WEINER, 1959, p. 149). Entretanto, foi em meios aos reboliços da ação política que Raspail se voltou à medicina – tanto à prática de foco popular quanto à publicação de seus primeiros livros sobre saúde. Já nessas obras, são visíveis a concepção higienista de Raspail e seu apelo por uma conscientização da saúde pública e privada, algo que, gradativamente, amalgamou-se no que o próprio autor intitulou de “Sistema de medicina Raspail”: um sistema firmado no discurso de que a saúde mental e física se dispõe em consonância com a moralidade, numa espécie de homeopatia. Essa característica – junto a uma escrita direta e cheia de apelos –, certamente, foi um dos fatores a tornar seus escritos tão populares na época.

No entanto, em meio a essa construção intensa de uma vida pública, o que torna a figura de Raspail realmente distinta é o fato de ele ter sido um médico praticante não-licenciado. Em outras palavras, Raspail não era reconhecido por nenhuma instituição médico-legal de seu tempo – na verdade, recebera a chance de um diploma que recusara –, o que, mesmo tendo lhe rendido o infame título de “charlatão”, acabou sendo uma das fortunas de seu sucesso. Convicto de que a verdadeira competência nascia da prática, acreditava que “O diploma, ele assegurava, custaria a ele a confiança do povo, pois pessoas simples suspeitavam de qualquer um endossado por uma instituição legal”³ (WEINER, 1959, p. 151).

³ “The parchment, he asserted, would cost him the people's confidence, because plain folk suspected anyone endorsed by an official institution.” (WEINER, 1959, tradução nossa).

Esse detalhe da desconfiança popular na figura do médico ressalta um dos pontos importantes da atuação da medicina na França da época – mas que também se mostra análogo ao Brasil: o contato e a insuficiência de profissionais diante de uma população em constante crescimento. É por conta desse fator que os manuais populares de medicina se tornaram tão profícuos e disseminados. Portanto, vejamos mais sobre os manuais e sua função no Brasil do final do século XIX.

O Manual de Saúde e a medicina no Brasil imperial

No século XVIII, a expulsão dos padres jesuítas acarretou ao Brasil-colônia um severo período de desordem na instrução pública. Assim, em consonância com a constante supressão de escritos e do descaso ao advento da pesquisa científica, parte desse século caracterizou-se por estabelecer uma cultura de *subprofissionais* na área médica.

Como no país não havia faculdades e a instrução de medicina se resumia, principalmente, a eventuais aulas régias, os poucos médicos formalmente instruídos da época dividiam espaço com aqueles que se "pontificavam barbeiros, cirurgiões-barbeiros, sangradores, práticos, curiosos e charlatães" (GURGEL, 2018, p. 457). Em outras palavras, profissionais nunca plenamente qualificados para o empreendimento da clínica, mas que, mesmo assim, a empreendiam por comporem o grande número de seu corpo. O desfalque dessa realidade, no entanto, revela-nos importante movimento: um abrandamento na relação do conhecimento formal com o popular. Mais especificamente: a transição de um tipo de conhecimento científico que passa a ser difundido sem ressalvas ou correções.

Dessa forma, em 1807, com a fuga da família real e suas consequências materiais no desenvolvimento de diferentes áreas, o Brasil instituiu sua primeira ligação com novos paradigmas científico-culturais, moldando terreno para o advento de novas formas de explorá-los. É assim que as primeiras faculdades de medicina são fundadas na Bahia e no Rio de Janeiro – o que, gradualmente, promove a estabilização da Medicina no país e, por consequência, a chegada dos Manuais de Saúde.

O período médico-científico em que tanto o gênero dos Manuais quanto a figura de médicos como Raspail se inserem e representam diz respeito a um momento de intensa disputa

entre diferentes “doutrinas” num mesmo campo. Em total consonância com o já mencionado “Sistema-Raspail”:

O Século XIX foi, sem dúvida, um tempo histórico povoado por múltiplos sistemas explicativos sobre a saúde e a doença, marcando um período de lutas e de poderes entre a Medicina Científica, que almejava dominar esse campo, e as outras ‘medicinas’ e terapêuticas que povoavam o cotidiano das práticas. (POMBO, 2011, p. 32).

Retomando a noção de construção cultural relacionada à arte de curar, vemos o Manual de Saúde Popular como um gênero que alcança e elucida certas dinâmicas histórico-culturais, ao mesmo tempo que não deixa de revelar traços individuais de seus autores, traços esses que, num “documento-monumento”, tornam-se interessantes de serem analisados em sua materialidade linguística a partir de teorias enunciativas e pragmáticas. Para tanto, vejamos nossa escolha de bases teóricas.

Referencial teórico

Com o objetivo de empreender uma análise da prosa do *Manual* de Raspail, optamos por escolher dois autores que, apesar das diferenças adjacentes de suas respectivas áreas, encontram-se na descrição de um fenômeno específico: a performatividade na linguagem. Esses autores são o linguista Émile Benveniste e o filósofo John L. Austin. Procuraremos conciliar, em certa medida, as ideias convergentes dos dois autores, buscando aproveitar as contribuições mais notórias que tanto a teoria da enunciação de Benveniste quanto a filosofia da linguagem de Austin têm a oferecer.

Benveniste – Do Eu que se ergue pela linguagem

Em *Da subjetividade na linguagem* (1958), Benveniste propõe analisar a relação da linguagem com a subjetividade, entendendo essa não como uma “sensação do eu em ser eu-mesmo”, mas como uma asserção de permanência da consciência num tipo de empreendimento (abstrato ou material) “que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne” (BENVENISTE, 1991, p. 286). Esse entendimento, portanto, destaca-se por realçar uma

propriedade fundamental dessa relação, que é específica da linguagem. Segundo Benveniste, se é *ego* que diz “*ego*”, então aí está a afirmação de nossa subjetividade:

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido **a si mesmo** e procurando conceber a existência do **outro**. **É um homem falando que encontramos no mundo**, um homem falando com outro homem. (BENVENISTE, 1991, p. 285, grifos nossos).

Essa constatação desencadeia a ideia de que as formas da língua revelam traços de subjetividade *sui-generis* que podem ser analisados a partir de suas categorias – categorias essas que são concebidas como uma das (diversas) tríades enunciativas: *Ego, Hic, Nunc* (Eu, Aqui, Agora). Disso, Benveniste articula dois importantes pontos: 1) a evidência de uma condição alocucionária no emprego da linguagem – quando há um Eu, há necessariamente um Tu (independentemente do nível de abstração) – e 2) a evidência da projeção de subjetividade que o emprego da tríade *Ego, Hic, Nunc* confere, junto de certas formas verbais, à proposição de um enunciado. E é esse segundo ponto que leva o autor a aludir a uma noção de performatividade.

Nessa projeção de subjetividade, no primeiro exemplo em que apresenta a diferença entre *Je sens (que)* e *Je crois (que)*, Benveniste – usando de parâmetro a primeira pessoa do singular no presente do indicativo – aponta que, apesar da “simetria formal”, há um grau de pessoalidade em *Je sens* que decai, quando passado para *Je crois*. Entretanto, a grande revelação aqui é de que, mesmo no caso de *Je crois (que)*, explicita-se uma conversão “numa enunciação subjetiva o fato asseverado impessoalmente, isto é, [*Je crois que*] *le temps va changer*, que é a verdadeira proposição” (BENVENISTE, 1991, p. 291). Ou seja, a partir do uso de formas verbais somadas à presença do “Eu”, é possível “subjetivar” (por isso, influenciar) de diferentes maneiras a proposição de um enunciado.

Em outros exemplos, como *Je suppose (que)* e *Je présume (que)*, o autor reitera que, quando são incluídos no discurso, tais formas implicam “o fato de que tomo certa atitude quanto ao enunciado que se segue” (BENVENISTE, 1991, p. 291) – sendo a proposição seguinte a “*que*” o “verdadeiro enunciado”, enquanto a forma verbal-pessoal passa a ser um “indicador de subjetividade”. E, por fim, capitalizando nesse veículo de subjetividade, Benveniste traz outros exemplos, como do verbo *Jurer*, que faz parte de “verbos que denotam pelo seu sentido um ato

individual de alcance social” (BENVENISTE, 1991, p. 292). Ou seja, o ato de falar *Je jure* não expressa um caráter propriamente descritivo – como seria o caso de “eu ando”, “eu escrevo”, etc. –, mas, sim, reflete o efeito de sua própria enunciação. Nas palavras do autor: “A enunciação *Je jure* é o próprio ato que me compromete, não a descrição do ato que eu cumpro.” (BENVENISTE, 1991, p. 292). Benveniste não a denomina como tal em nenhum momento de seu texto, mas eis, aqui, a nossa performatividade vislumbrada em simples termos.

Austin – A performatividade que subjaz a linguagem

Também em 1958, J. L. Austin apresenta o texto *Performatif-Constatif*. Nele, com base na tradição da filosofia analítica, é introduzida brevemente a distinção entre enunciados “constativos” – que veiculam uma descrição fora do enunciado em seu proferimento, promovendo a asserção de um fato (analisado como verdadeiro ou falso) – e enunciados “performativos” – distintos por serem autossuficientes; por referirem-se ao conteúdo da própria enunciação e por imporem algum tipo de “efeito” a partir dela. Anos adiante, Austin mostraria esses conceitos melhor desenvolvidos na sua publicação póstuma, *How to do things with words* (1962).

A partir da obra de 1962, iniciam-se perscrutações a partir dos conceitos de sua conferência de 1958. Ao fim, o texto termina com conceitos que, apesar de ainda ancorados da dicotomia inicial “performativo/constativo”, são de um nível de análise diferente, uma vez que não levam em conta somente a natureza das proposições, mas sua relação com os emissores e receptores de tais proposições. Esses conceitos finais são os de uma (outra) tríade descritiva da enunciação: atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários – três momentos, traduzidos, grosso modo, como o proferimento, a intenção e o efeito de um enunciado.

Nisso, é importante destacar que Austin escolhe a fala cotidiana como parâmetro, permitindo, assim, tanto uma noção de implicatura nos seus exemplos quanto permitindo que a contexto de um proferimento linguístico entrem na análise. Essa decisão corrobora a ideia de que o ato de falar pode ganhar o status autônomo de ação nas devidas circunstâncias – que não são poucas: “Uma vez que percebemos que o que temos que examinar **não é a sentença, mas o ato de emitir um proferimento numa situação linguística**, não se torna difícil ver que **declarar é realizar um ato.**” (AUSTIN, 1990, p. 115, grifos nossos). Com “declarar”, Austin

está, propriamente, referindo-se ao enunciado constativo e postulando que, mesmo nas declarações mais, supostamente, “neutras” (verdadeiro ou falso), há intenções que subjazem a proposição. A consequência disso é o fato de Austin tratar especialmente do ato ilocucionário (a etapa da intenção) a partir do que ele denomina sua “força ilocucionária” – um esquema aludido já no seu texto de 1958: “Poderíamos sempre atribuir um sentido, mesmo que se trate de um feixe de significações e intenções extremamente complexas para uma expressão como 'dormi mal esta noite'...” (OTTONI, 1998 p. 134, grifos nossos).

Dessa forma, no último capítulo do livro (1962), Austin empreende uma tentativa de categorizar essas forças ilocucionárias com base em certos parâmetros linguísticos, levando sempre em consideração certo nível de contextualidade ou, mais precisamente, de convenção nas suas aplicações enunciativas. Austin, de maneira muito similar ao Benveniste de 1958, vê a performatividade a partir da “primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa” (AUSTIN, 1990, p.122) – somada a certos tipos de formas verbais relacionadas a sua proposição. O grande diferencial, aqui, seria a importância dada às diferentes formas verbais compatíveis com força ilocucionária, em vista que Austin faz justamente uma tentativa de formalização por categorias:

Em suma, podemos dizer que o **vereditivo** é um exercício de julgamento, o **exercitativo** é uma afirmação de influência ou exercício de poder, o **comissivo** é assumir uma obrigação ou declarar uma intenção, o **comportamental** é a adoção de uma atitude e o **expositivo** é o esclarecimento de razões, argumentos e comunicações. (AUSTIN, 1990, p. 131, grifos nossos).

Nesse empreendimento, no entanto, o próprio autor reconhece as complicações em catalogar, de maneira definitiva, cada forma verbal em vista de diferentes contextos, optando por concluir que “há famílias mais gerais de atos de fala relacionados e sobrepostos parcialmente [...]” (AUSTIN, 1990, p. 122). Ou seja, considera que existirão termos com ligações mútuas de classe; que se comportam diferentemente em diferentes contextos e que, por isso, precisarão ser definidos de maneira diferente: “Há amplas possibilidades de que se apresentem casos marginais ou embaraçosos, ou casos de sobreposições entre essas classes.” (AUSTIN, 1990, p. 124).

Assim, teremos formas como “[eu] juro” entendidas numa sequência de pares análogos que variam de “[eu] me comprometo a” e “[eu] garanto” até “[eu] tenho a intenção de” e “[eu]

farei x” – que imperam a noção performativa que Austin descreve como “comprometer quem o usa a uma determinada linha de ação.” (AUSTIN, 1990, p. 127) –, mas que, igualmente, apresentam uma aproximação a outras categorias, como a dos vereditivos, por exemplo, em que o ato de declarar intenção e o compromisso assumido entram em consonância a partir de uma convenção de autoridade de fala veiculado pelo veredito.

Performatividade e Subjetividade: entraves e caminhos

Com este panorama das seletas ideias dos autores, percebemos como ambos chegaram a um terreno em comum a partir de problemas iniciais diferentes: enquanto Benveniste releva a performatividade a partir da noção de marcas linguísticas da subjetividade, Austin a trabalha como uma quebra e expansão de um paradigma filosófico descritivo da linguagem. Essa contiguidade pode aludir a uma concordância entre os dois, entretanto, ela se confina numa escolha teórica de seus textos.

Em 1963, Benveniste retoma a performatividade em *A Filosofia Analítica e a linguagem* – artigo em que cita diretamente a tese de Austin e seus exemplos de 1958, assim como sublinha os pontos destoantes entre ele o filósofo quanto aos critérios da performatividade. E isso revela uma diferença de abordagem de ordem fundamental.

Para Benveniste (1963), a performatividade de um enunciado se encontra a partir de uma sequência de certas formas alocadas: a presença do Eu, seguida de um verbo (declarativo-jussivo) na primeira pessoa do presente do indicativo e mais um *Dictum*. A mudança desses fatores acarreta na perda da performatividade do enunciado, pois o torna ou uma descrição – *Dictum* passa para *Factum*, e é a proposição que seria o verdadeiro enunciado, não a forma verbal que a governa – ou o faz perder a subjetividade da enunciação – como é o caso dos imperativos: “Vem! É realmente uma ordem, mas **linguisticamente é totalmente diferente** de dizer ordeno que venhas” (BENVENISTE, 1991, p. 304, grifos nossos)

Retomando a adesão de contextualidade e, principalmente, de implicatura dos Atos de Fala, Austin, por outro lado, enxerga performatividade nos imperativos a partir de uma noção de forma implícita – que, em última instância, apresenta a mesma “força ilocucionária” da forma explícita, sendo, por isso, igualmente válida. Esse detalhe acaba por se mostrar o mais

importante, pois expressa o escopo no qual Benveniste trabalha a performatividade – como uma função da subjetividade, que está subordinada a critérios formais (OTTONI, 1998, p. 45) –, em contraposição ao de Austin:

Austin utiliza-se de enunciados performativos da linguagem ordinária para argumentar, para elaborar uma nova visão de linguagem, enquanto Benveniste se utiliza de enunciados performativos como exemplos, como dados empíricos para fortalecer uma abordagem específica da linguagem, neste caso, a da subjetividade. (OTTONI, 1998, p. 65)

Dessa forma, o desacordo de escopo entre os dois aparece como uma seletiva distinção do que separaria, a princípio, a linguística da filosofia. Entretanto, no texto *O aparelho formal da enunciação* (1970), Benveniste, apesar de não retomar a performatividade e a subjetividade nos mesmos termos, estabelece um tipo de base descritiva para a análise enunciativa – e, com isso, volta a se aproximar de Austin.

Em *O aparelho formal*, além de reforçar conceitos já estabelecidos no texto de 1958, há a postulação de que a enunciação é um ato individual de apropriação da Língua que não só se renova a cada instância como também “determina os caracteres linguísticos da enunciação” (BENVENISTE, 1989, p. 82). Buscando uma descrição desses dois pontos, numa escolha que lembra Austin, Benveniste destaca, primeiramente, que se vale do “[francês] usual e da língua da conversação” (BENVENISTE, 1989, p. 83).

Dentre eles, está o que compreende a enunciação como um amplo processo a ser observado sob diferentes etapas – que, logo, são estabelecidas no seguinte trajeto: “Na enunciação consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, a situação em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização” (BENVENISTE, 1989, p. 83). No que tange aos instrumentos, Benveniste caracteriza dois tipos: os índices específicos, – que se fazem das qualidades fundamentais da tríade *Ego, Hic e Nunc* –, e os procedimentos acessórios – aqueles que agem sobre a tríade, modalizando sua composição para diferentes funções.

Nisso, Benveniste cita como exemplos a finalidade da *interrogação*, da *intimação* e até mesmo da *asserção* – todas modalidades que desenrolam, cada uma a sua maneira, uma construção enunciativa típica. E, nessa construção, está contemplado tanto aspectos formais quanto aspectos de natureza pragmática. Isso ressalta, para o autor, o fato de que, tal como a

asserção do Eu, há diferentes elementos da realidade linguística que se fazem apenas por meio do ato enunciativo, ou seja, “Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua” (BENVENISTE, 1989, p. 83). Dessa forma, a instância do discurso se caracteriza na sua condição tanto de “possibilidade efetivada” quanto de situação alocucionária de fala – em que o discurso “emana de um locutor, [e é] forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno [uma resposta]” (BENVENISTE, 1989, p. 84).

Certamente, Benveniste não está, a partir disso, em contiguidade direta com as ideias de Austin – afinal, a performatividade sequer é mencionada explicitamente –, entretanto, quando o autor entende que “na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de **uma certa relação com o mundo**” (BENVENISTE, 1989 p. 84, grifos nossos) e descreve que “Desde o momento em que **o enunciador se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário**, ele dispõe para este fim de um aparelho de funções” (BENVENISTE, 1989, p. 86, grifos nossos), percebe-se uma grande semelhança de ideias entre os autores.

Como relação a isso, gostaríamos de destacar uma importante característica da obra de Benveniste, tal como é explicitada por Flores (2019). Segundo Flores (2019, p. 146): “não se pode dizer que Benveniste tenha feito um estudo metódico, organizado, sistemático, de caráter hipotético e sintético da enunciação”. Em outras palavras, não há, propriamente, uma teoria enunciativa benvenistiana bem delimitada. O que há são conceitos advindos da análise do amplo fenômeno da enunciação, o qual o autor construiu em diferentes períodos e a partir de diferentes interesses temáticos, de forma a erguer esse arcabouço teórico de possibilidades metodológicas que Flores (2019) incentiva a ser encarado e trabalhado de maneira autônoma, a depender do objetivo. O que essa orientação salienta é a possibilidade de tratar os artigos de Benveniste dentro de seu próprio contexto (terminológico e conceitual), estabelecendo pontes por afinidade do contexto – como se cada texto fosse uma ilha num grande arquipélago temático da enunciação.

Com tudo isso em mente, buscaremos empreender, para fins metodológicos, uma conciliação teórica entre os autores circundando seu ponto de conflito: a performatividade. Procuramos, assim, utilizar o que, nas teses de Austin (1962) e de Benveniste (1958, 1970), há

de mais prolífico para uma análise discursiva-textual de marcas e formas linguísticas presentes no *Manual de Saúde*, de François-Vincent Raspail.

Metodologia

O *Manual de Saúde, ou Medicina e Pharmacia Domésticas* (1860)⁴, dispõe de 250 páginas, compostas por uma introdução dos tradutores, uma introdução de Raspail (Prolegômenos⁵), uma seção de 3 Partes (p. 15-204), um inserto de Manual de Veterinária (p. 205-222) e mais um índice da obra (p. 223-250). Tanto os artigos introdutórios quanto o Manual de Veterinária e o índice não serão compreendidos aqui, optando-se por uma escolha de texto dentro da unidade contextual das 3 Partes.

A Primeira Parte (p. 15-47) é descrita como “Explicações theoricas sobre as causas de nossas doenças, e sobre os meios geraes e hygienicos que se devem empregar para nos preservar dellas, ou curar-nos” (RASPAIL, p. 15). É composta por dez capítulos. A Segunda Parte (p. 48-101) é descrita como “Pharmacia domestica e portatil, ou instrução pratica sobre a preparação e emprego dos medicamentos do novo methodo” (RASPAIL, p. 48). É composta por vinte e nove capítulos. A Terceira Parte (p. 102-204) é descrita como “Medicina domestica, ou applicações particualres dos principios desenvolvidos nas duas partes precedentes ao tratamento das molestias mais communs” (RASPAIL, p. 102). É composta por SECCÃO 1 e SECCÃO 2, seguidas por um dicionário de moléstias – que segue, por item, o padrão descritivo: Causas - Efeitos - Medicação - Exemplo de Cura.

Buscando uma análise concisa do conteúdo do *Manual* – que disponha o material linguístico procurado em consonância com os aspectos do gênero literário destacados na seção de panorama histórico –, optamos pela análise do décimo capítulo da Primeira Parte, intitulado “CAPITULO X - Meios preservativos e curativos contra as causas moraes de nossas doenças”. Trouxemos o texto na íntegra, preservando suas convenções ortográficas.

Neste fim da Primeira Parte de seu *Manual*, Raspail expõe claramente pela primeira vez o seu sistema de saúde moral e as ligações que este estabelece com a saúde do corpo. Tendo,

⁴ Disponibilizado digitalmente pelo Museu de Medicina do Rio Grande do Sul. Site: https://www.muhm.org.br/pdf/cat_obras_raras.pdf.

⁵ A análise dos *Prolegômenos* do Manual de Raspail pode ser encontrada em Silva (no prelo).

assim, um espaço inteiramente próprio para a veiculação disso, o autor dispõe de uma expressão argumentativa mais subjetivada e intencionada.

Essa escolha se baseia tanto na compreensão de que o capítulo em questão expressa uma unidade semântica que representa, de maneira competente, o *Manual de Saúde* quanto pelas postulações teóricas de Austin e Benveniste sobre o ato enunciativo estar condicionado pela situação em que ele surge e que, igualmente, compõe. Procuramos, assim, preservar a identidade contextual do capítulo e analisá-lo sequencialmente e na sua própria unidade, ao invés de compartimentá-lo em trechos.

De nossos pontos norteadores para a análise: de Benveniste, contemplaremos a própria noção de subjetividade pautada nas marcações dêiticas de alteridade (Eu-Tu) – para, dessa forma, analisar as relações de interlocução que se estabelecem entre o Eu que escreve e o Tu a quem o texto evoca. Já de Austin, em consonância com, principalmente, os índices acessórios (instrumentos linguísticos de modulação), contemplaremos o interesse de avaliar as formas verbais segundo sua contextualização de proferimento – levando em conta as classes de “forças ilocucionárias” que regem a situação linguística geral, tal como são propostas pelo filósofo. Tudo isso de forma a considerar que os autores atingem um ponto conjunto a partir da brecha que a *intenção* abre – podendo, dessa forma, argumentar em favor de uma descrição competente da proposta inicial, que se ancora no que chamaremos de *índices de performatividade*.

Destacamos abaixo os conceitos-chave que utilizaremos para a análise, considerando que são oriundos de deslocamentos teóricos para a análise de texto escrito:

Enunciado: seguindo Benveniste, é a materialização efetiva da enunciação – ato individual de apropriação da língua marcado nas suas circunstâncias de composição. A diferença, aqui, está na qualidade material - o texto escrito. Com isso em mente, vamos de encontro às marcações típicas que regem os índices específicos e acessórios, mas tendo sempre em vista as singularidades que a produção escrita contrasta com a da fala: das escolhas de pontuação gráfica à consciência de uma estrutura de orações e parágrafos meditados.

Força e Referência: compartilhado entre locutor-alocutário, a *referência* é o elemento de composição único à situação de produção do enunciado. Aqui, como não há um trato viável para se pensar em referência de lugar e tempo na produção escrita, compreendemo-las dentro do contexto histórico já trabalhado. Fora isso, a referência pode ser entendida segundo o meio que o livro representa em seu conjunto de ligações (tema, autor, necessidade, interesse pessoal do leitor, etc.). Dessa espécie de pacto, a *força* (ilocucionária) surge nos termos de Austin, definindo-se como a intenção prática das escolhas do autor em seu texto. Isso, certamente, não se confunde com o esclarecimento dos efeitos da persuasão:

“[...] podemos tornar totalmente claro o fato de estar alguém argumentando ou não sem tocar na questão de a pessoa estar ou não convencendo alguém” (AUSTIN, 1990, p. 91).

Locutor e Alocutário: *Locutor* é aquele que enuncia – aqui, escrevendo. Ele expressa, a partir da referência compartilhada, uma força – a intenção de algo a ser compartilhado também. No texto, é ele quem permite (e proíbe) todo tipo de voz (sua ou contrária). O *Alocutário* não é aquele que lê, mas aquele que o locutor tanto se dirige quanto permite irromper no texto – de forma a corroborar na construção de sentido que empreende.

Índices de performatividade: Tal como pressupõe a ação (passar de x para y), a performatividade se encontra ou no jogo alocucionário, ou na relação locutor-convenção. Portanto, seus índices tratam justamente da recorrência destes dois pontos de atrito no discurso – a partir, inclusive, do contraste e soma das *forças* que a impulsionam.

Análise

Capítulo X

1 A natureza deu-nos a razão para descobrirmos os perigos presentes, prevermos os
2 futuros, aproveitarmos a lição do passado para evitarmos os primeiros, e tomarmos cautella
3 contra os segundos. A vista do perigo presente nos inquieta ou nos aterra; a previsão do futuro
4 nos contrista ou desespera; a lembrança de nossos perigos passados é um remorso, quando não
5 é uma lição ou uma satisfação.

6 A ausencia do perigo, o sentimento precioso de nossa segurança, deixam-nos a na alma
7 uma expressão de satisfação, e de doce alegria, que é toda a felicidade.

8 O contentamento e a alegria são a expressão do triumpho e da victoria: é a satisfação
9 gloriosa de ter escapado a um perigo pela combinação de nossa força physica e de nosso poder
10 moral. O prazer e o gôzo são o enlevo que resulta de ter cumprido fielmente com um dever, em
11 si mesmo penoso ou fatigante.

12 O deboche e a libertinagem voluntários são observações moraes de gente que quer com
13 o espirito, o que não tem a força de executar com os sentidos. É a blasphemia da impotencia, é
14 o phrenesi da vergonha, é a irritação de um ser, que não tendo a força sufficiente para cumprir
15 um dever, gasta o que lhe resta em dissimulá-lo.

16 Desgraçada sociedade aquella em que a miséria impõe o deboche como o meio de ter
17 pão! Os mesmos anjos pedem a Deus perdão para este crime do corpo, em que não tem parte
18 alguma a alma humilhada.

19 Estudae bem o mecanismo de todos os males physicos que dimanam de causas moraes,
20 e chegareis a esta conclusão – que as causas moraes de nossas doenças se reduzem, em
21 definitiva, á vergonha, ao medo, aos remorsos, á previsão, á lembrança do passado, e á
22 apprehensão do futuro.

23 A loucura é uma desordem physica produzida na organização do cerebro, quer por uma
24 lesão material, quer por uma impressão moral. A loucura é curavel ou incuravel, segundo que
25 esta lesão é susceptivel ou não de desaparecer e de curar.

26 A vergonha e o medo podem obrar como o raio e alterar nossa saude, tanto mais grave
27 quanto a impressão moral é mais profunda, e quanto maior importancia damos ao seu objecto.

28 O pensamento, esta elaboração do cérebro, está em estado de concentrar todas as faculdades do
29 órgão sobre um espaço incapaz de as conter, e que parece romper-se pelo esforço. Vem daqui
30 que uma idéa, uma só idéa mata; porque obra immediatamente sobre o órgão da vida.

31 As moléstias, em resultado de causas moraes, serão tanto mais raras quanto melhor
32 organizada fôr a sociedade. Uma sociedade bem organizada deve ser um seguro mutuo, em que
33 cada um concorrendo para a existencia commum, em que não tendo o homem mais nada a
34 recear da parte do homem, e em que o passado seja resgatado por uma reparação, não haja mais
35 que fogo do céu, ou as aguas do diluvio, que sejam capazes de fazer tremer sobre os azares do
36 futuro. Hoje a hygiene pública, já tão defeituosa na parte physica, é nulla completamente quanto
37 ao moral.

38 Contra uma sociedade tão madrastra não é permittido insurgir-nos senão pela philosophia
39 e resignação. A philosophia reduz á sua mais simples expressão a importância do objecto, e a
40 resignação a importância de nossos soffrimentos. De quantos generos de molestias nos não
41 preservaríamos se soubéssemos avaliar bem os males e os bens da vida! Duram elles tão pouco,
42 que se gasta mais tempo a esperá-los e a temê-los, do que a gozá-los e a soffrê-los.

43 Aprendamos cedo a considerar a vida como um dever, e a morte como um accidente ou
44 uma necessidade. O sentimento do dever é um gozo sancto; o sentimento da necessidade é uma
45 docil resignação. Defendamo-nos das sugestões do odio e das aberrações do amor.

46 O amor nunca deve ser um capricho, porém uma necessidade e uma satisfação de
47 procrear. Tal é o fim que o sanctifica e o preserva de todos os seus desvarios. Eu estimaria que
48 fosse adoptado, que um homem que seduziu uma mulher para ter o prazer de a deshonrar, fosse
49 mais deshonrado do que ella. Porque, emfim, a mulher não mentia, e ele mentiu, quando a
50 mentira é um crime. Nós, pois, ainda estamos no estado selvagem, nós que honrâmos o
51 mentiroso, e desprezâmos o ser debil que foi a victima!

52 Rogo a todos os doentes, a quem o meu tratamento tiver curado, que me próvem seu
53 reconhecimento, fazendo vêr ás mulheres enganadas, que poderem descobrir, as palavras
54 seguintes:

55 “Minhas pobres filhas, não morraes de vergonha; e não tenhaes o pensamento de fazer
56 morrer, antes de ter nascido, o frueto innocente de um momento de fraqueza em que o mentiroso
57 vos surpreendeu; o que é mais grave.

58 “Lembrae-vos que a opinião pública perdoa a falta da donzella pela ternura de mãe.
59 Creae vosso filho, educae-o com desvelo, amae-o como uma pobre creaturinha abandonada no
60 berço por seu protector natural. Eu vou permittir-vos uma pequena vingança. Quando vosso
61 seductor se tiver casado para esposar a riqueza que vós não tinheis, com elle terá filhos menos
62 bellos e menos fortes que o vosso, porque os filhos do cárculo são sempre rachiticos ou
63 escrophulosos, passae muitas vezes por diante delle com o vosso, para que ele compare o que
64 abandonou pelo que preferiu. Ensinae depois a vosso filho, que não é deshonra ter sido
65 abandonado por seu páe, porque ninguem é deshonrado pelo crime dos outros. Vergonha para
66 quem lhe deitar em rosto o seu nascimento, e não tiver em nenhuma conta suas boas
67 qualidades.”

68 Nunca deis o nome de prazer áquillo que se compra á custa do repouso e da bolsa, ainda
69 menos áquillo que se não poderia confessar em público; isso não são mais do que fadigas
70 sumptuosas, ruinosas, e muitas vezes tediosas.

71 Sêde econômicos, e nunca avaros. Não imiteis aquelles trabalhadores, que se fazem
72 capitalistas quando já não teem a força de gozar de suas rendas; usurarios, depois sovinas,
73 offendendo quasi sempre sua consciência, e alterando sua saúde, só para deixarem seu outro a
74 um dissipador e a um filho prodigo.

75 Evitae as querelas e demandas, com o mesmo cuidado com que evitaes um máo
76 encontro; ganhareis assim o tempo que tiverdes pedido, e a paz do coração que é a trama da
77 vida, de que o tempo é o tecido, e emfim, os gastos da justiça, que pezam em definição, tanto
78 sobre o que ganha, como sobre o que perde.

79 Eu tenho um methodo para conservar a minha saúde e curar-me de minhas doenças;
80 tenho um methodo para guardar ou para recobrar o contentamento. Tem-se adoptado o primeiro
81 methodo; por que se não adopta o segundo? Um é incompleto sem o outro; nunca passareis
82 completamente bem senão possuindo os dous methodos. Lembrae-vos que não ha males que eu
83 não tenha soffrido em minha vida, humilhação de que não tenha sido saciado; teem-me
84 despojado de tudo, menos de minha alegria, e de minha sympathia para aquelles que soffrem.
85 Com estas duas causas só, eu sou mais feliz do que os meus espoliadores.

86 Em uma palavra, vós mataes-vos tanto por vossos erros de imaginação com por vossos
87 erros de regimen. Para passar bem nunca basta ser são do corpo, é preciso também ser são do
88 espirito e do coração.

Inicialmente, podemos dizer, de maneira panorâmica, que, no jogo alocucionário do texto, estabelece-se, desde o início, um "Eu" do autor, que caminha entre sua representação individual e a coletiva, o "Nós". Nessa segunda representação, há duas noções interligadas de coletividade: uma que diz respeito à impessoalidade geral (ligada à espécie humana) e outra em que está o "Eu" do autor junto do "Tu" do leitor – um "Tu", no entanto, bastante específico, na medida em que se estabelece como aquele que segue os preceitos morais do autor senão à risca, ao menos parcialmente. O que, então, resulta num contraste para a presença do "Outro/Ele", que, apesar de exterior ao discurso, é referido e caracterizado como expoente do oposto do sistema moral trabalhado aqui.

Assim, o locutor visa, em seu discurso, aproximar-se do alocutário de forma a, intersubjetivamente, juntos numa única categoria de pessoa, guiá-lo e, ao mesmo tempo, persuadi-lo pela referência do sistema moral de saúde que apresenta.

Em via disso, percebe-se que o pronome dêitico "Eu" e as formas verbais conjugadas na primeira pessoa do singular do presente do indicativo são relativamente escassas. Aparecem substancialmente em apenas três instâncias: na carta aberta do autor às mães solteiras (Linha 50 à Linha 70); ao penúltimo parágrafo (Linha 82), em que é exposta a efetividade do "Sistema-Raspail" de saúde e em seletos casos de performatividade implícita no discurso – que, em todo

caso, realça o fato de se tratar da voz do autor que permeia a infraestrutura na composição textual do discurso. As recorrências da marcação de pessoa e das formas verbais decorrentes aparecem em dois tipos: 1) na primeira pessoa do plural do indicativo (Nós) nos três tempos; 2) em formas declarativas-assertivas – também nos três tempos (*x é/será/serão/foi...*) – que empreendem uma noção de neutralidade impessoal e 3) no modo imperativo, sob diferentes propósitos.

Portanto, não sem motivo, os primeiros parágrafos do capítulo destacam-se pelas formas verbais conjugadas na terceira pessoa, dando corpo tanto a uma noção inicial de intersubjetividade entre autor e leitor quanto à intenção do primeiro em guiar o segundo por suas propostas. Para isso, o locutor cria primeiramente um referencial comum para o Nós – a racionalidade do ser humano – e o explora e o relaciona com sua tese por meio dessa ação "conjunta" expressa em formas verbais e pronominais:

A natureza **deu-nos** a razão para **descobrirmos** os perigos presentes, **prevermos** os futuros, **aproveitarmos** a lição do passado **para evitarmos** os primeiros, e **tomarmos** cautella contra os segundos. **A vista do perigo presente nos inquieta** ou **nos aterra**; a **previsão do futuro nos contrista** ou desespera; a **lembrança de nossos perigos** passados é um remorso, quando não é uma lição ou uma satisfação” (Linhas 1 a 5, grifos nossos).

Junto a isso, as frases declarativas em abundância no capítulo denominam conceitos-chave para argumentação geral do autor, como, primeiramente, é o caso do “perigo” e seu contraste com o “contentamento e a alegria” (linhas 7 e 8). Com a definição desses conceitos, o autor entrelaça propriamente sua tese médica com a noção de felicidade como fruto da ausência do “perigo” – algo a ser buscado (a preservação da saúde e a prevenção da moléstia) e algo que ele pode prover. Assim, relaciona também essa ausência com o prazer de "ter cumprido fielmente com um dever" (Linhas 10-11), de forma que, segundo o autor, a manutenção da saúde se destaca como uma obrigação cujo acatamento resulta vitoriosamente de "**nossa** força physica" e de "**nosso** poder moral" (Linhas 9 e 10) – o que, em última instância, a partir do próprio caráter possessivo, empondera o leitor nessas qualidades.

Outra função que as frases declarativas-assertivas assumem é a de caracterizar o “outro” do discurso. Nas linhas 12 e 13-14, temos uma sucessiva atribuição de conceitos a partir do verbo “ser” na terceira pessoa do presente do indicativo para definir os vícios (e suas

motivações) daqueles que vão ao desencontro da norma moral estabelecida até aqui. E isso de forma a aludir a uma noção de reprovação do locutor ao alocutário que lê e é inclinado a temer e a reprovar a conduta – ou, então, que lê e (possivelmente) identifica-se nela (envergonhado) em algum nível. A constatação disso encontra-se no movimento expresso no parágrafo seguinte, em que o autor faz referência à sociedade na sua distante generalidade, condenando-a com destaque exclamativo por promover a conduta dos vícios.

O interessante aqui é isso ser feito num caso de “forma implícita” – entendida aqui como “Eu declaro...”, um expositivo de carga exercitiva (análogo a “condenar”), na medida em que conduz uma acusação em prova e, dado o contexto do discurso, promove também uma reinvidicação. Em outras palavras, dessa forma, o autor repreende, ao mesmo tempo em que alivia essa reprimenda sobre aqueles considerados previamente como “debochados e libertinos”:

[**Declaro**] Desgraçada sociedade aquella em que a miséria impõe o deboche como o meio de ter pão! Os mesmos anjos pedem a Deus perdão para este crime do corpo, em que não tem parte alguma a alma humilhada. (Linha 16 a 18)

Na sequência do discurso, o locutor, num caráter instrutivo, traz a referência de conceitos abstratos, como a loucura, o pensamento, as ideias, a vergonha e o medo, de forma a justificar a interligação entre a noção fisiológica da saúde e a noção moral. Faz isso de maneira impessoal, buscando definições com declarativas-assertivas – como nas Linhas 23 e 24, (“A loucura é...”), na Linha 30 (“Vem daqui que uma idéa, uma só idéa mata...”) ou na Linha 26 (“A vergonha e o medo podem...”) –, enquanto procura manter a mesma perspectiva conjunta inicial da terceira pessoa: “obrar e alterar **nossa** saúde...” (Linha 26). Em meio a isso, temos o primeiro caso de imperativo – uma forma que, tanto aqui quanto mais adiante, destaca-se pelo seu caráter dialogal.

Corroborando sua natureza, linguisticamente, impessoal, o locutor utiliza o imperativo para se dirigir ao alocutário e com o objetivo não de ordem, mas de instrução – caráter que se destaca em vista das formas verbais na sequência do (con)texto, dando a impressão de recompensa pelo uso do tempo futuro: “**Estudae bem o mecanismo** de todos os males physicos (...) e **chegareis** a esta conclusão...” (Linhas 19, 20) e “**Evitae as querelas** e demandas (...); **ganhareis** assim o tempo que tiverdes pedido...” (Linhas 78, 79).

Estabelecida a relação entre saúde e moral, o autor realça sua importância com um cenário hipotético, veiculado tanto pelo futuro verbal quanto pelo presente idealizado: “As moléstias, em resultado de causas moraes, **serão...**” (Linha 32) e “Uma sociedade bem organizada **deve...**” (Linha 33). Novamente em realce, há, na sequência, a interpelação contrastiva de um tempo delimitado no presente escrito: “**Hoje** a hygiene pública, já tão defeituosa na parte physica, **é nulla** completamente quanto ao moral” (Linhas 37-38).

Portanto, como que voltando ao presente, o locutor se vale da descrição da sociedade tal como a vê – junto a todas suas limitações –, lamentando-a por isso e trazendo de novo a pessoa conjunta de “Nós”. No entanto, essa terceira pessoa aparece aqui não só no presente do indicativo, como também no pretérito imperfeito do subjuntivo e numa espécie de campo cinza entre o imperativo e o presente do subjuntivo – capitalizando ainda mais na lamentação desse locutor que fala “pelo conjunto”, padece diante de suas incapacidades e que, por isso, propõem contramedidas:

Contra uma sociedade tão madraستا **não é permitido insurgir-nos** senão... (...)
 De quantos generos de molestias **nos não preservariámos se soubéssemos...** (...)
Aprendamos cedo a considerar a vida como um dever... (...)
Defendamo-nos das sugestões do odio e das aberrações do amor. (Linhas 39, 41-42, 45 e 47-48, respectivamente).

Dando continuidade às unidades temáticas do discurso, o locutor enlaça o novo tema por meio de uma declarativa-assertiva – “O amor nunca deve ser um capricho” (Linha 49) – que logo dá espaço tanto à primeira marcação explícita do “Eu” no texto (Linha 50) quanto a uma nova iteração de função dos imperativos.

Primeiramente, o uso do pronome pessoal que o locutor irrompe no texto serve para tomar autoria na (polêmica) sugestão que propõe (“**Eu estimaria** que fosse adoptado...”), assim como no rogo que faz em seguida, dirigindo-se diretamente a certo tipo de alocutário (“**Rogo** a todos os doentes, **a quem o meu tratamento** tiver curado...”, Linha 55). Esse rogo destaca-se pelo seu caráter performativo que, apesar da natural conexão com Exercitivos, aqui, encaixa-se na categoria dos Comportamentais. Austin define os primeiros como “tomar uma decisão a favor ou contra um determinado curso da ação, ou advogá-la” (AUSTIN, 1990, p. 126) e “Eu rogo” se encaixaria nisso e de maneira análoga a “Eu suplico”. Entretanto, esse não é mais um

exercício de autoridade e convenção do que é a externalização de uma vontade interna. A categoria dos Comportamentais é a que expõe “a ideia de reação diante da conduta **e da sorte dos demais**, e de atitudes e expressões de atitudes **diante da conduta passada ou iminente do próximo**” (Idem, p. 129, grifos nossos) – o que, justamente, confere o aspecto apelativo ao discurso do autor, no sentido de se firmar intimamente na relação com o “Tu” que o texto evoca.

Quanto aos imperativos, estes destacam-se aqui por aparecem de maneira menos impessoal: surgem logo na carta aberta às mães solteiras, diferenciando-se por serem vinculados ao “Eu” da voz do autor anunciada previamente. Dessa forma, a noção impessoal do modo imperativo se dilui, já expressando, então, com certa clareza, seu aspecto performativo – aqui entendido nas linhas de “Eu peço/imploro (para) que...” ou “Eu advogo que...”, encaixando-se na categoria dos Exercitivos, mas com claras afinidades aos Comissivos. Isso porque, mais do que um caráter de suplicio – que, como no caso anterior, poderia se aproximar dos Comportamentais –, estes imperativos veiculam uma noção de *autoridade e compromisso* por parte do autor, que se alinham perfeitamente com o outro irrompimento do “Eu” – em toda sua autoridade –, no meio da carta (“**Eu vou permitir-vos** uma pequena vingança”, Linha 63):

“(...) **não morraes de vergonha; e não tenhaes...** (...)”
Lembrae-vos que a opinião pública perdoa... (...)”
Creae vosso filho, educae-o com desvelo, amae-o como... (...)”
“(...) **passae** muitas vezes por diante delle com o vosso... (...)”
Ensinae depois a vosso filho que não é deshonra...
Vergonha para quem lhe deitar em rosto o seu nascimento” (Linhas 58, 61, 62, 66, 67 e 69-70, respectivamente).

Em sequência à carta, o autor, mantendo o aspecto que podemos definir como exortativo, continua também os imperativos com ares de conselho. Entretanto, esses imperativos destacam-se pela sua função de negação e caracterização – tanto por via formal quanto semântica nas escolhas verbais: “**Nunca deis** o nome de prazer áquillo que...” (Linha 71), “**Sêde econômicos, e nunca avaros. Não imiteis** aquelles trabalhadores...” (74) e “**Evitae as querelas** e demandas...” (78). Nestes casos, talvez até mais do que a boa-fé dos conselhos, o que se veicula é a construção de perfil do Outro no discurso – o Outro que espelha inversamente os valores apresentados até aqui e que, por isso, é atribuído a diferentes falhas (de

saúde e caráter). Esse perfil, curiosamente, traz um senso de persuasão por resolução, quando levado em consonância com as referências religiosas (Linha 36) e a ideia de retribuição que permearam o texto até esse ponto e que se concluem logo que o autor justifica os conselhos pela ação "[d]os gastos da justiça que pezam em definição..." (Linha 80).

Por fim, nos últimos dois parágrafos, o autor expõe ao máximo o caráter persuasivo de seu discurso. O “Eu”, embrumado até agora, aparece de maneira explícita como forma de, novamente, asseverar a experiência: “**Eu tenho** um methodo para conservar a minha saúde...” (Linha 82), “[eu] **tenho** um methodo para guardar...” (83). E esse método evidenciado é posto em cheque com a pergunta da Linha 84, no sentido de que retoma toda a argumentação sobre moral-saúde e se endereça ao alocutário de forma indireta, mas intencionada – com declarativas-assertivas no futuro, como: “**nunca passareis** completamente bem senão possuindo os dous methodos.” (Linha 85).

E essa forma indireta toma mais corpo quando o imperativo “Lembrae-vos” (Linha 85) – análogo ao da carta aberta (Linha 61) – serve para, mais uma vez, atribuir ao “Eu” do autor uma bagagem específica, que tanto dá espaço involuntário ao(s) aparente(s) ataque(s) do(s) Outro(s) no discurso (“**teem-me** despojado de tudo...” , Linha 87) quanto corroboram o aspecto persuasivo-apelativo do autor, que diz nunca cessar de prezar por “**aquelles** que soffrem.” (Linha 88).

Finalizando o discurso, o locutor traz o imperativo (Linha 90) para evidenciar a visão nublada do alocutário e reitera, numa declarativa-assertiva, que “**é preciso** também ser são do espirito e do coração” (Linha 91-92). Apresenta, assim, uma disposição de maior distanciamento entre alocutários, seguindo, assim, o caráter de autoridade do parágrafo anterior e, ao mesmo tempo, contrastando com o caráter mais “agregado” do início do capítulo.

Considerações finais

Concluída a nossa análise, o que ela nos revela sobre o discurso de Raspail, a partir de seus pontos norteadores, é seu inerente objetivo de persuasão que, apesar dos diferentes caminhos que o autor empreende, nunca deixa de escapar na leitura. Assim como diria Austin, a tentativa de convencer, a parte de seu efeito, aparece sensível no discurso – ainda mais no caso de um texto, em que as formas nunca são acidentais, mas conscientes e premeditadas.

O uso paramétrico da performatividade na análise ajuda a capitalizar justamente o seguinte: como, a partir de diferentes incidências performativas, os índices de performatividade mudam conforme o contexto – adequando-se a uma função pré-estabelecida no discurso. E isso é algo que, em consonância com os parâmetros benvenistianos, apenas contribuiu para trazer a intenção do discurso ao primeiro plano, ao mesmo tempo em que também evidencia a permanência desse “Eu” que permeia sempre cada parte do discurso.

Por fim, lembrando o “documento-monumento” e seu estado de ação e influência, o que a análise igualmente revela é a variedade de perscrutações aplicáveis ao gênero vislumbrado de textos médico-populares. Há diferentes conotações e pontos de foco que não receberam espaço aqui, mas que, seja no discurso de Raspail, seja no de autores análogos do período, apresentam enorme gama de possibilidades tanto na área da Linguística quanto na da História. Ao mesmo tempo, as aproximações e entaves entre Benveniste e Austin certamente não se resumem ao que é trabalhado aqui – em especial quando considerada a extensão da obra de ambos. Portanto, reiterando a orientação de Flores (2019), para seleção temática como auxílio na construção do método, concluímos que a performatividade, embora não plenamente associada às mesmas problemáticas de Austin e de Benveniste, pode ser compreendida como uma paralela que se cruza com diversas problemáticas da subjetividade, entre elas, o ‘direito’ ao exercício do discurso médico.

Referências

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. IN: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014, p. 155-202.

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer - palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BENVENISTE, Émile. Da subjetividade da linguagem. IN: ____. *Problemas de linguística geral I*. 3.ed. Campinas, SP: Pontes, 1991, p. 284-292.

____. A filosofia analítica e a linguagem. IN: ____. *Problemas de linguística geral I*. 3.ed. Campinas, SP: Pontes, 1991, p. 294-305

BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. IN: ____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989, p. 81-90.

FLORES, Valdir. Teoria da Enunciação. In: ROMERO, Márcia et al. *Manual de linguística: Semântica, Pragmática e Enunciação*. Petrópolis, RJ: Vozes 2019. p. 145-173.

GURGEL, Cristina Brandt. Físicos, cirurgiões-barbeiros, boticários e curandeiros: os primeiros médicos que vieram ao Brasil. IN: REZENDE, Joffre. Marcondes de et. al. (orgs.). *Seara de Asclépio: uma visão diacrônica da Medicina*. Goiânia: UFG, 2018, p. 447-456.

OTTONI, Paulo Roberto. *Visão Performativa da Linguagem*. Editora da Unicamp: Campinas, SP, 1998.

POMBO, Dulce. O Livro D'Ouro do Povo - O Sistema Médico de Raspail em Portugal no Século XIX. *RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*. Rio de Janeiro, v5, n.4, p. 32-44, 2011. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/767>. Acesso em: 10/09/2023.

RASPAIL, François Vincent. *Manual de Saúde, ou Medicina e Pharmacia Domesticas*. Lisboa: Typographia de M. da Madre de Deus, 1860.

SILVA, Silvana. Uma análise enunciativa do discurso médico do século XIX. *Todas as Letras*, 2023. (no prelo).

WEINER, Dora. Francois-Vincent Raspail: Doctor and Champion of the Poor. *French Historical Studies*, 1(2), p. 149–171, 1959 Disponível em: <https://doi.org/10.2307/286253>. Acesso em: 20/04/2023.

LETRAMENTO ACADÊMICO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE NO CURSO DE LETRAS-INGLÊS DA UEVA

ACADEMIC LITERACY AND TEACHING PROFESSIONALISATION AT UEVA ENGLISH LANGUAGE UNDERGRADUATE PROGRAM

José Raymundo Figueiredo Lins Jr.¹

RESUMO: Este estudo objetiva compreender, nos discursos de estagiários do curso de Letras, conhecimentos linguísticos e didático-pedagógicos desenvolvidos durante a formação inicial, necessários ao ensino de língua inglesa na Educação Básica, de acordo com a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Acreditamos que é nesta etapa da formação docente que os professores de inglês são expostos a saberes docentes que se desenvolvem por toda a vida. Nesse sentido, tomamos como referencial teórico: (i) a Análise Dialógica do Discurso – ADD (BAKHTIN, 2006), que considera a língua um evento comunicativo em que atos responsivos e responsáveis se entrelaçam, (ii) o conceito de letramentos (STREET, 2014) e Oliveira (2014), no que diz respeito aos conhecimentos básicos necessários para professores de línguas adicionais. A pesquisa é um estudo de caso, de natureza qualitativa e de abordagem interpretativista, é constituída de duas etapas: (i) a coleta de diários de leitura desenvolvidos pelos(as) discentes no componente curricular Estágio Supervisionado, durante o semestre 2023/1, e (ii) análise dos dados fundamentada pela ADD. Como resultado, percebemos que os tanto os princípios da BNCC quanto a compreensão sobre língua/linguagem se mostram presentes nos discursos dos alunos de forma diferenciada, o que influencia diretamente suas práticas nas vivências como estagiários.

PALAVRAS-CHAVE: Letramentos. Formação de professores de línguas. Saberes docentes.

ABSTRACT: This study aims to understand, through the narratives of trainees in the Languages undergraduate program, the necessary linguistic and didactic-pedagogical knowledge for teaching, according to the Base Nacional Comum Curricular (BNCC). We believe that at this stage of teacher training, English teachers-to-be are exposed to a variety of teaching knowledge that will be developed throughout their entire lives. The theoretical framework is based on: (i) the Dialogical Discourse Analysis – DDA (BAKHTIN, 2006), which considers language a communicative event in which responsive and responsible acts are intertwined, (ii) the concept of literacy (STREET, 2014) and Oliveira's (2014) discussion about the essential knowledge for teachers of additional languages. This qualitative case study follows an interpretive approach and was developed in two stages: (i) the collection of reading diaries, developed by the students in the Supervised Internship curricular component, in the semester 2023/1, and (ii) data analysis based on the DDA. As results, we found that both the principles of the BNCC and the understanding of language/language are present in the students' narratives in different ways, which directly influence their practices in the internship.

KEYWORDS: Literacy. Language teachers' training. Teaching knowledge.

¹ Doutor em Linguística (UFPB), com estágios pós-doutorais em Linguística Aplicada (UECE) e Estudos Portugueses (UAb). Professor Adjunto do Curso de Letras da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA), em Sobral/CE. E-mail: lins_junior@uvanet.br.

Introdução

Os problemas acerca da compreensão de uma língua adicional na Educação Básica são questões recorrentes nas pesquisas em Linguística Aplicada (doravante LA) há décadas. Muito se tem discutido desde que a LA era vista apenas como uma *aplicação* de estudos da linguística para o ensino de um outro idioma (MOITA LOPES, 1996). Hoje, a compreensão de Linguística Aplicada (MOITA LOPES, 2006; RAJAGOPALAN, 2003) e da era pós-método (KUMARAVADIVELU, 1994; 2001; 2006) nos levam a pensar essas questões para além de simples aplicação de métodos e estratégias, baseadas em abordagens “estanques”.

Questões como identidade (docente e discente), que expressam subjetividades distintas, e que envolvem o ambiente de trabalho, o(s) tipo(s) de relacionamento com a gestão educacional em todos os âmbitos – do espaço escolar aos órgãos públicos –, a(s) políticas linguísticas nos currículos, entre tantas outras questões, estão configurando essa linguística in(ter)disciplinar, sustentada pelos autores supracitados. Nesse sentido, faz-se necessário entender a adequação dos cursos de Letras às demandas do ensino de Língua Inglesa (doravante LI) na Educação Básica brasileira. Por isso, esse estudo busca entender como os discursos dos alunos do curso de Letras – Habilitação em Língua Inglesa, da Universidade Estadual Vale do Acaraú, representam os conhecimentos linguísticos e didático-pedagógicos necessários para desenvolver as habilidades e competências necessárias para o ensino-aprendizagem de uma língua adicional.

O percurso para a realização desse estudo teve início com um projeto de intervenção, através da escrita do gênero diário de leitura, uma vez que foram detectados problemas na compreensão dos textos sugeridos em componetes curriculares ministrados em semestres anteriores. Após a coleta dos textos produzidos pelos alunos de Estágio Supervisionado II em Língua Inglesa, ofertada no semestre 2023/1, no curso de Letras da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA²), foi possível traçar um panorama da formação de professores de inglês para a Educação Básica, no curso de Letras da instituição pesquisada, através da atividade linguageira expressa nessas narrativas.

² Utilizo essa sigla (em vez de UVA, como nos documentos oficiais) como ato político, uma vez que as demais IES do estado trazem uma letra que as identifica como universidades do Governo do Estado: UECE (Universidade Estadual do Ceará) e URCA (Universidade Regional do Cariri), a fim de evitar confusão com a Universidade (particular) Veiga de Almeida, no Rio de Janeiro.

Conhecendo os muros e o entorno da universidade: formação docente e multiletramentos

Se desde os extintos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a Educação Básica brasileira deveria ser pautada nos princípios da inter- e transdisciplinaridade, como norteadores para combater o ensino tecnicista e monológico, em que o professor é o centro do processo, agora, após uma crise pandêmica que nos confinou, por quase dois anos, às atividades realizadas de maneira online – o que exigiu de nós maior autonomia nas escolhas e decisões e responsabilidade sobre suas consequências –, a exigência de professores que se oponham a essa forma de ensino se faz obrigatória. Atualmente, os princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) exigem professores que saibam interpretá-los e executá-los em suas salas de aula. Mas como, se para Bagno (2017), a situação dos cursos de Letras no Brasil é catastrófica?

Estabelecer uma relação pedagógica pautada no diálogo entre a prática e a teoria nos cursos de licenciatura, além de favorecer o processo de ensino-aprendizagem com resultados mais eficazes para a formação de professores, pode levar os acadêmicos a participarem do seu processo formativo como sujeitos que podem construir, investigar e reconstruir os seus conhecimentos, saindo da posição passiva de meros receptores de informações apresentadas. Para isso, o Conselho Nacional de Educação definiu diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de professores (BNC-Formação). Esse último documento reconhece

que a formação de professores exige um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, que estão inerentemente alicerçados na prática, a qual precisa ir muito além do momento de estágio obrigatório, devendo estar presente, desde o início do curso, tanto nos conteúdos educacionais e pedagógicos quanto nos específicos da área do conhecimento a ser ministrado; [o] fortalecimento da responsabilidade, do protagonismo e da autonomia dos licenciandos com o seu próprio desenvolvimento profissional; [e o] aproveitamento dos tempos e espaços da prática nas áreas do conhecimento, nos componentes ou nos campos de experiência, para efetivar o compromisso com as metodologias inovadoras e os projetos interdisciplinares, flexibilização curricular, construção de itinerários formativos, projeto de vida dos estudantes, dentre outros. (BRASIL, 2019, p. 4).

Para tanto, os cursos que se dedicam aos Estudos da Linguagem (nome mais apropriado e atual do que *Letras*) necessitam abandonar a (de)formação de professores com base em uma estrutura obsoleta de um (suposto) bacharelado (idealizado), capacitando docentes aptos a adentrarem o âmbito escolar na Educação Básica. Em outras palavras, a língua e a linguagem precisam ser ensinadas/estudadas a partir de sua concretude discursiva, e não mais através de sua estrutura abstrata. O problema persiste porque, ainda,

muitos dos profissionais que atuam nos *cursos de Letras* parecem se negar (consciente ou inconscientemente) a admitir que a vocação natural do curso é a formação de

docentes de *português* e/ou de línguas estrangeiras, numa recusa que se contrapõe às diretrizes do próprio Ministério da Educação no que diz respeito à formação docente. Os mestres e doutores que professam nas *Letras* se comportam como se estivessem ali para formar grandes escritores e críticos literários, ou filólogos e gramáticos do perfil mais tradicional possível. Alguns poucos, bem-intencionados, mas iludidos, acreditam que vão formar futuros linguistas, pesquisadores sintonizados com a ciência moderna (BAGNO, 2017³, s/p, grifos do autor).

Dessa forma são deixados de lado, ou mesmo ignorados completamente, componentes curriculares que favorecem a profissionalização docente, resultando em uma formação em que os licenciados não são capazes de, por exemplo, dominar a teoria gerativista “(o que, aliás, é impossível porque seu fundador destrói e reconstrói regularmente a teoria a cada tantos anos...)” (BAGNO, 2017, s/p). Em outras palavras,

em praticamente todos os *cursos de Letras*, milhares de estudantes saem da universidade sem sequer ter ouvido falar (ou tendo ouvido falar muito vagamente) de gramaticalização, pragmática, discurso, letramento, gênero textual, enunciação, sociocognitivismo, sociointeracionismo, sociologia da linguagem, políticas linguísticas, crioulização, diglossia, teorias da leitura, relações fala/escrita... áreas de pesquisa e de ação fundamentais para que se tenha uma visão coerente do que é uma língua e do que significa ensinar língua (BAGNO, 2017, s/p, grifos do autor).

As críticas levantadas pelo professor da Universidade de Brasília (UnB) apontam para uma formação contrária a sua finalidade e inteiramente inadequada à formação docente proposta pela BNC-Formação (BRASIL, 2019). O fato é que a formação acadêmica brasileira, para um professor que atuará na Educação Básica, é inadequada, precária de conhecimento profissional decorrente da falta de práticas e discernimento dessas práticas, pois as disciplinas ofertadas, em nada (ou em muito pouco), auxiliarão o docente em sala de aula. Por isso, faz-se urgente uma formação que ultrapasse os muros da universidade e permita-se dialogar com a escola, com as condições de trabalho docente e com a sociedade em geral, a fim de possibilitar os multiletramentos para uma formação docente comprometida e eficaz.

Não pretendo fazer uma gênese do conceito de (multi)letramento(s)⁴, uma vez que, ao longo dos anos, esse conceito tem sido abordado por diversos vieses (ROJO, 2012; 2013; GAYDECZKA; KARWOSKI, 2015), o que lhe propiciou uma evolução significativa; focarei em como o conceito pode desencadear, no processo de formação inicial, estratégias de letramento acadêmico para os professores de línguas. Afinal, a educação é um processo humano

³ O texto é escrito em 2017, mas refere-se a uma fala de 2012, e que continua sendo percebida nos estudos já realizados nesse curso (LINS JR., 2019; 2023; LINS JR., MORAES, 2023). Ressaltamos, ainda, que isso não representa todos os professores do curso, mas uma grande maioria, conforme esses mesmos estudos apresentados demonstram.

⁴ O conceito de multiletramentos envolve outras semioses além dos signos verbais e gestuais (no caso das línguas de sinais). Podemos, citar, por exemplo, imagens, sons, recursos de digitalização, e programas de edição.

que acontece em toda a parte, antes mesmo da criação das instituições escolares (BRANDÃO, 2003). Esse fato nos leva a refletir sobre a importância de proporcionar aos alunos experiências de ensino e aprendizagem que sejam relevantes, contextualizadas e que estimulem o desenvolvimento de habilidades diversas. O letramento, então, vai além da simples aquisição de habilidades de leitura e escrita, envolvendo também a participação em práticas sociais, culturais e cotidianas.

Dessa forma, as instituições de ensino, necessárias para a formação cidadã, não podem isolar-se em sua configuração tempo-espacial, sob o risco de se tornar uma “tecnologia de época desatualizada” (SIBILIA, 2012). A escola precisa entender-se como uma instituição que, na segunda década do século XXI, não pode mais trabalhar apenas entre as *paredes* de sua fundação, mas através de *redes* em que circulam as novas subjetividades de suas alunas e de seus alunos. E, uma vez que um número cada vez maior de pessoas interage em diversas instâncias e ambientes sociais, utilizando-se de múltiplas semioses, aprender a ler e escrever, apenas, não basta (SOARES, 2012, p. 45).

Afastando-se da compreensão de letramento autônomo, em que a alfabetização é uma habilidade neutra e universal que permite às pessoas se envolverem efetivamente em atividades sociais e econômicas, ou seja, uma série de habilidades individuais e técnicas, geralmente associadas a abordagens tradicionais, como a decodificação e compreensão de textos escritos, habilidades gramaticais e de escrita, Street (2014) propõe um modelo de letramento ideológico que defende a indissociabilidade entre a alfabetização e o contexto social e as relações de poder. Segundo essa abordagem, as formas de leitura e escrita são moldadas por estruturas sociais e desigualdades, em que diferentes grupos têm acesso diferenciado a recursos e práticas de letramento. Esse modelo enfatiza a importância de compreender a escrita e a leitura como prática social, reflexiva e política. Assim, o letramento ideológico, modelo que adotamos neste estudo, é concebido

como se fosse uma coisa, distanciada tanto do professor quanto do aluno e impondo sobre eles regras e exigências externas, como se não passassem de receptores passivos; usos “metalinguísticos” – as maneiras com os processos sociais de leitura e escrita são referenciados e lexicalizados dentro de uma voz pedagógica como se fossem competências independentes e neutras, e não carregadas de significação para as relações de poder e ideologia (STREET, 2014, p. 131).

Definido e explicado o conceito de letramento que adotamos, bem como a ampliação do termo para multiletramentos, quando associadas outras semioses à linguagem verbal, partimos para as práticas e os eventos de letramento, conceitos que se correlacionam e são, geralmente, utilizados na forma plural.

Os termos remetem a modelos analíticos utilizados por pesquisadores que buscam compreender os usos e os significados da escrita e da leitura para diferentes grupos sociais e as consequências educacionais, políticas e sociais de tais usos e significados para os indivíduos e para os grupos a que pertencem (FRADE *et al*, 2014, s/p).

Um evento de letramento é qualquer situação em que a presença de um texto escrito é parte integrante das interações entre os participantes (HEATH; STREET, 2008). Dessa forma, compreender os *eventos de letramento* como variados e contextualizados permite uma abordagem mais ampla e inclusiva no ensino, reconhecendo e valorizando as diferentes formas de participação e expressão dos alunos nas diversas práticas de leitura e escrita, ou seja, trata-se de entender *quando, onde e como* as pessoas leem ou escrevem, discutem sobre um texto ou interagem por meio da escrita. As *práticas de letramento*, por sua vez, afastam-se do contexto imediato em que os eventos ocorrem, e os interpretam a partir de contextos institucionais e culturais, em que os significados atribuídos à escrita e à leitura são definidos pelos próprios participantes. Para os autores, enquanto prática social, a linguagem é uma forma que os etnógrafos têm para estudar “como os indivíduos produzem estruturas simbólicas entre si⁵” (HEATH; STREET, 2008, p. 3). Este ponto nos parece relevante na formação de professores de línguas, que precisa ultrapassar os modelos não dialógicos e perceber que a formação de um professor de línguas é muito diferente da formação de um bacharel em Letras.

Ao defender uma formação que se fundamente em uma maior articulação entre os conteúdos teóricos e práticos e as práticas de leitura e escrita, estabelecemos como meta de discursividade, nos componentes curriculares de Estágio Supervisionado, a produção de diários de leitura, que são, inicialmente, compartilhados entre os colegas, para apreciação e comentários, para, em seguida ser entregue ao professor orientador, a fim de ampliar os comentários iniciados. Pimenta (2005) (e, mais tardiamente, PIMENTA; LIMA, 2012), destaca(m) que a formação integrada entre teoria e prática possibilita aos alunos a compreensão das relações entre os conhecimentos adquiridos e sua aplicação no cotidiano, além de promover uma aprendizagem mais significativa e contextualizada.

A essência da atividade (prática) do professor é o ensino-aprendizagem. Ou seja, é o conhecimento técnico prático de como garantir que a aprendizagem se realize em consequência da atividade de ensinar. Envolve, portanto, o conhecimento do objetivo, o estabelecimento de finalidade e a intervenção no objeto para que a realidade seja transformada enquanto realidade social. Isto é, a aprendizagem precisa ser compreendida enquanto determinada por uma realidade histórico-social (PIMENTA, 2005, p. 61).

⁵ No original: “how humans go about producing symbolic structures for one another”.

Assim, a formação que valoriza a integração entre as disciplinas teóricas e as práticas no contexto dos (multi)letramento(s) busca preparar os alunos para atuarem de forma crítica e reflexiva em um mundo cada vez mais complexo e diversificado, no qual a leitura e a escrita assumem múltiplas formas e funções. Dessa forma, compreender o letramento acadêmico implica considerar não apenas as competências e habilidades necessárias para o professor atuar de forma eficaz, mas também as práticas sociais, as relações de poder e as demandas contemporâneas da educação. É nesse contexto que esta pesquisa busca explorar o letramento acadêmico como uma dimensão essencial na formação de professores, que vai além do domínio dos conteúdos disciplinares (TARDIF, [2002]2014), mas também abrange a capacidade de refletir criticamente sobre sua prática, de se adaptar às diferentes realidades educacionais e de promover o desenvolvimento pleno dos alunos.

Ultrapassando os muros: conhecimento (re)produzido e agenciamento docente

Defendemos uma formação docente vinculada à experiência educacional dos licenciandos e pautada em três aspectos fundamentais: (i) a continuidade, (ii) a interação e (iii) a situação (LIMA, 2011). O aspecto de continuidade se refere a toda experiência de aprendizagem da LI e se repete através de outras, sejam elas no passado, presente ou futuro; o da interação pode ser tanto subjetiva (interno do sujeito) ou objetiva (externo do contexto); e o da situação está intimamente ligado ao da interação, ou seja, o indivíduo precisa estar posicionado e consciente de suas experiências. Esses aspectos caracterizam a impossibilidade de dicotomizar teoria e prática na formação profissional dos professores de línguas. Para tanto, o professor precisa estar consciente do que e para que estuda. Sobre isso, Oliveira (2014, p. 23) aponta oito questões teóricas básicas para todo professor de inglês, sem as quais, fica impossível compreender os termos que destacamos nos documentos analisados; são elas:

- (a) o que é ensinar;
- (b) o que é aprender;
- (c) o que é língua;
- (d) o que é inglês padrão;
- (e) o que é falante nativo;
- (f) o que é ser proficiente em inglês;
- (g) por que os brasileiros estudam inglês;
- (h) o que é método.

Por questões do recorte proposto para esse texto, procurarei focar nas questões (a), (b), (c) e (h), com a intenção de perceber a maturidade conceitual dos conteúdos que se referem ao

processo de ensinar e aprender uma língua apresentada pelos estagiários, no sentido de transpor os conhecimentos teóricos, abordados nas outras cinco questões, em objetos de aprendizagem do componente de Língua Inglesa, na Educação Básica.

Usamos, muito comumente, a palavra conhecimento quando tratamos de temas educativos. E mais, muitas vezes não a distinguimos da palavra informação, tomando-as como sinônimas. É preciso atentar para o fato de que a informação é uma abstração, uma ideia, pois ainda está na mente do sujeito. Ao contrário, o conhecimento se relaciona a uma experiência vivida, sensível e consciente.

Informação é uma abstração informal (isto é, não pode ser formalizada através de uma teoria lógica ou matemática), que está na mente de alguém, representando algo significativo para essa pessoa. Note-se que isto não é uma definição, é uma caracterização, porque "algo", "significativo" e "alguém" não estão bem definidos; assumo aqui um entendimento intuitivo (ingênuo) desses termos. Por exemplo, a frase "Paris é uma cidade fascinante" é um exemplo de informação – desde que seja lida ou ouvida por alguém, desde que "Paris" signifique para essa pessoa a capital da França (supondo-se que o autor da frase queria referir-se a essa cidade) e "fascinante" tenha a qualidade usual e intuitiva associada com essa palavra.

[...]

Continuando o exemplo, alguém tem algum *conhecimento* de Paris somente se a visitou. [...] Nesse sentido, o conhecimento não pode ser descrito; o que se descreve é a informação [...]. Também não depende apenas de uma interpretação pessoal, como a informação, pois requer uma vivência do objeto do conhecimento. Assim, o conhecimento está no âmbito puramente subjetivo do homem ou do animal. Parte da diferença entre estes reside no fato de um ser humano poder estar consciente de seu próprio conhecimento, sendo capaz de descrevê-lo parcial e conceitualmente em termos de informação, por exemplo, através da frase "eu visitei Paris, logo eu a conheço". (SETZER, 2001, s/p, grifos do autor).

Nesse estudo, busquei perceber como as práticas docentes desenvolvidas por professores em formação, em atividade de estágio supervisionado, podem representar informação ou conhecimento a partir de temas relacionados às questões sobre metodologias para o ensino de línguas adicionais, propostas por Oliveira (2014). Ou seja, defendemos que a necessidade do conhecimento desses (e não apenas informação sobre) esses conceitos podem promover uma aprendizagem significativa, coerente e alinhada com os objetivos educacionais da Língua Inglesa na Educação Básica. A seguir, exponho a metodologia do estudo e, em seguida, os resultados e discussão dos dados.

Metodologia

Durante o primeiro semestre de 2023, no componente curricular de Estágio Supervisionado II em Língua Inglesa, propus a atividade interventiva de produção de diários de leitura, em que os alunos tiveram a oportunidade de analisar textos e explicitar suas opiniões sobre o conteúdo, a estilística e a relevância dos textos, levando em consideração suas

experiências nas observações e regências na escola-campo. Essa prática tem se repetido semestralmente, para os componetes curriculares de Estágio Supervisionado, desde 2019, quando foram identificados problemas na compreensão dos saberes básicos para os professores de línguas, no curso de Letras da UEVA (LINS JR., 2019).

Trata-se, portanto, de um Estudo de Caso, cujo *locus* foi o curso de Letras dessa instituição, buscando identificar a representação dos conhecimentos exigidos dos professores de inglês em prática de estágio supervisionado, o que garante uma “pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo” (SEVERINO, 2013, p. 94). Assim, o estudo de caso procura o “como” e/ou “por quê” dos fenômenos estudados, colocando-os como questões centrais na compreensão dos contextos de vida real, como ocorre em nosso trabalho: a formação docente em uma instituição superior. Segundo Yin (2005, p. 13), essa metodologia é adequada quando se deseja entender o funcionamento de um fenômeno sobre o qual não se tem controle, ou seja, “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno no seu ambiente natural, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são bem definidas [...] em que múltiplas fontes de evidência são usadas”.

As produções escritas são discursos que representam os saberes/conhecimentos que consolidam a profissão docente e os relacionam ao ensino de inglês, através de vozes retomadas pelos alunos, e foram analisadas a partir da perspectiva dialógica da linguagem, em que

a compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude responsiva ativa (conquanto o grau dessa atividade seja muito variável); toda compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se o locutor. (BAKHTIN, 2006, p. 271).

Segundo a teoria (sócio)interacionista, a língua deixa de ser apenas um sistema, estrutura ou código, e passa a ser compreendida em seu sentido amplo, de prática social. Assim, o discurso se constitui um produto social que carrega o sentido e as experiências que um indivíduo comunica ao seu interlocutor por meio da língua, como estamos fazendo ao analisar o *corpus* desse estudo. É através da dialogicidade, como responsividade, que não se trata de uma resposta direta a um enunciado, e como responsabilidade, pela condição de assumimos eticamente a autoria sobre o que enunciamos, que desenvolvemos o estudo que, agora, apresentamos. Nosso ato responsivo (BAKHTIN, 2006) nesse estudo é o do tipo imediato, que se constitui no ato de interpretação de um enunciado, e que sustenta a metodologia de análise desse estudo.

A coleta de dados, amparada pelo Parecer Consubstanciado⁶ do Comitê de Ética em Pesquisa da universidade, sob o número 5.132.038, de 27 de novembro de 2021, se deu através dos diários de leitura (doravante DL) produzidos no componente curricular Estágio Supervisionado II – Língua Inglesa, ministrada pelo autor desse estudo, no semestre letivo de 2023/1. A turma contava com 28 alunos matriculados, porém, apenas 23 alunos cursaram efetivamente a disciplina. Para a constituição do *corpus* foram considerados apenas os textos dos alunos que realizaram todos os trabalhos atribuídos na disciplina (DLs e Planos de Aulas de uma Sequência Didática proposta como atividade de simulação), ou seja, 14 alunos.

A fim de manter o anonimato dos colaboradores, adotamos a seguinte nomenclatura para nos referirmos aos fragmentos analisados: DL#1-A1, que se lê primeiro diário de leitura do aluno 1, de 14 colaboradores.

Narrativas docentes: vozes repetidas ou ressignificadas?

Apresentei, acima, o quadro teórico e o percurso metodológico da pesquisa que busca identificar os saberes desenvolvidos pelos alunos da Habilitação em Língua Inglesa da UEVA. A motivação por essa pesquisa se dá pela necessidade de refletir sobre a prescrição (Projeto Pedagógico de Curso) e a realização (aulas, atividades e projetos do curso) curricular em relação às demandas da Educação Básica e à formação de professores para um projeto de educação linguística (LINS JR., 2019). Para tanto, consideramos: (i) a consciência (ou não) de uma formação acadêmica que não exclua o contexto em que está inserida, desde a origem dos alunos até o seu destino imediato, as instituições escolares, e (ii) as práticas docentes deduzidas a partir desses discursos. Sobre esse último fator, a BNCC explica que as habilidades

não descrevem ações ou condutas esperadas do professor, nem induzem à opção por abordagens ou metodologias. Essas escolhas estão no âmbito dos currículos e dos projetos pedagógicos, que, como já mencionado, devem ser adequados à realidade de cada sistema ou rede de ensino e a cada instituição escolar, considerando o contexto e as características dos seus alunos (BRASIL, 2018, p. 30).

Percebe-se que o documento que orienta o ensino na Educação Básica não espera uma postura mecânica dos professores – uma vez que as abordagens já são definidas pelos currículos –, mas uma postura crítica e consciente que o permita adequá-las e até melhorá-las. A partir dessa perspectiva, tem-se a ideia de que o professor em formação amplie os conhecimentos já adquiridos nas disciplinas já cursadas (as de Língua Inglesa, de Linguística

⁶ Pesquisa em andamento, intitulada Identidade docente e profissionalização do professor de línguas: entre saberes acadêmicos e práticas escolares, coordenada pelo autor do texto.

da Língua Inglesa e das Literaturas em Língua Inglesa, bem como os conhecimentos e discussões promovidos nas Práticas de Ensino) e conheça diferentes metodologias e as aplique de acordo com as necessidades dos estudantes durante o estágio supervisionado; isso é fundamental para o desenvolvimento efetivo do processo de construção da identidade docente e representaria, então, conhecimento e não apenas informação.

De acordo com Oliveira (2014), existem duas formas básicas de ensinar e aprender e que situam os papéis de professores e alunos nesse processo: transferência de conhecimentos e facilitação/mediação da aprendizagem:

Conceber o ensino como transferência de conhecimentos tem uma implicação séria para a prática pedagógica: subestimar a capacidade cognitiva do estudante, que é visto como um ser passivo no processo de ensino-aprendizagem. Nesse processo, o professor (o ser ativo, o agente) supostamente transfere conhecimentos ao estudante (o ser passivo, o paciente), cuja função é apenas absorver os conhecimentos do professor. [...] Facilitar a aprendizagem significa contribuir para a criação de uma atmosfera afetiva (emocional e psicológica) positiva na sala de aula. Afinal, um professor irônico, arrogante, impaciente ou mal-humorado faz com que o clima da aula seja tenso, chato, levando os alunos a não se sentirem a menor vontade de irem para aula (OLIVEIRA, 2014, p. 23-25).

Através da produção de diários de leitura, os alunos tiveram a oportunidade de analisar textos e explicitar suas opiniões sobre o conteúdo, a estilística e a relevância dos textos, levando em consideração suas experiências nas observações e regências.

Por exemplo, um aluno afirmou que sentiu dificuldades em entender o texto de Oliveira (2014), por não ter contato com nenhuma dessas visões ao longo de sua formação: “no geral, acho que deveria ser uma leitura obrigatória para outra disciplina no início do curso, pois, são informações necessárias para um professor em formação” (DL#2-A1). O aluno se refere ao componente curricular de Estágio Supervisionado II, ofertado no VI semestre e que tem como ementa o “desenvolvimento da prática docente e reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem de língua inglesa como língua estrangeira no ensino fundamental, através de estratégias e materiais didático pedagógicos para turmas *do terceiro e quarto ciclos da educação básica*” (SOBRAL, 2022b, p. 33, grifos nossos⁷).

Quando Oliveira (2014) se refere ao processo de ensino-aprendizagem, observamos que alguns alunos se posicionam de maneira diferente, o que vai implicar um agenciamento

⁷ Necessitamos chamar a atenção para a construção dessa ementa, uma vez que parece haver a confusão entre os termos *ciclo* e *etapa*; enquanto o primeiro se refere aos “blocos pedagógicos sequenciais” do Ensino Fundamental, a saber: ciclo da alfabetização (1º, 2º e 3º anos), ciclo complementar (4º e 5º anos), ciclo intermediário (6º e 7º anos) e ciclo de consolidação (8º e 9º anos), o segundo se refere às fases que constituem toda a Educação Básica obrigatória, a saber: Educação Infantil, Ensino Fundamental (dividido em ciclo inicial e ciclo final) e Ensino Médio.

diferente em relação ao ato de ensinar:

Enxergar o professor como o detentor de todo o conhecimento, essa visão foi muito naturalizada. Pensando nessa questão, durante a leitura do texto me veio à mente algumas situações que vivi num local onde trabalhei. Naquele período eu trabalhava como professora de reforço escolar em uma escola específica para isso, numa determinada aula do dia, eu acabei comentando com um dos meus alunos que eu não tinha tanto conhecimento sobre um determinado conteúdo. A diretora do local acabou por chamar minha atenção a respeito do que falei, alegando que dessa forma os alunos não teriam confiança em mim e me descredibilizariam como professora” (DL#2-A2).

Analisando minha vida estudantil, pelo menos durante o fundamental I e II, posso concluir que a maioria dos meus professores concebiam o ato de ensinar por meio de uma transferência de conhecimento. Eu ia para a escola sabendo que a minha única obrigação era a de sentar na cadeira e me concentrar para receber o conhecimento que minhas professoras passavam. O processo era o mesmo, todos os dias, para basicamente todas as disciplinas (DL#2-A3).

Enquanto A2 mostra, através de uma experiência docente prévia ao estágio, que não poderia ser o centro do processo, uma vez que não possuía conhecimento sobre determinado conteúdo, A3 se identifica, enquanto aluno, como passivo no processo de ensino-aprendizagem, ou seja, sua função seria apenas receber a informação transmitida – e não produzir conhecimento a partir de experiências subjetivas com essas informações. Esse relato aparentemente inocente reafirma a necessidade do engajamento com o ambiente escolar desde o primeiro semestre dos cursos de licenciatura. Isso se dá por dois motivos que consideramos essências. O primeiro é diminuir o hiato existente entre os graduandos que já exercem alguma função na Educação Básica e os que chegam aos estágios sem nunca terem conhecido os bastidores de uma escola; apenas a conhecem como estudantes da Educação Básica e toda a referência que possuem como futuros professores através dos Estágios Supervisionados, na metade final da formação inicial. O segundo é permitir que os conteúdos trabalhados na Licenciatura em Letras sejam, de fato, significativos para a formação de professores da Educação Básica. Caso contrário, nossos cursos continuarão em situação desgastada, pois,

muitos dos profissionais que atuam nos *cursos de Letras* parecem se negar (consciente ou inconscientemente) a admitir que a vocação natural do curso é a formação de docentes de *português* e/ou de línguas estrangeiras, numa recusa que se contrapõe às diretrizes do próprio Ministério da Educação no que diz respeito à formação docente. Os mestres e doutores que professam nas *Letras* se comportam como se estivessem ali para formar grandes escritores e críticos literários, ou filólogos e gramáticos do perfil mais tradicional possível. Alguns poucos, bem-intencionados, mas iludidos, acreditam que vão formar futuros linguistas, pesquisadores sintonizados com a ciência moderna [e] em praticamente todos os *cursos de Letras* , milhares de estudantes saem da universidade sem sequer ter ouvido falar (ou tendo ouvido falar muito vagamente) de gramaticalização, pragmática, discurso, letramento, gênero textual, enunciação, sociocognitismo, sociointeracionismo, sociologia da linguagem, políticas linguísticas, crioulização, diglossia, teorias da leitura, relações fala/escrita... áreas de pesquisa e de ação

fundamentais para que se tenha uma visão coerente do que é uma língua e do que significa ensinar língua (BAGNO, 2017, s/p, grifos do autor).

Quando a formação docente inicial é concebida dessa maneira, os futuros professores podem adotar uma postura autoritária, centrada em si, onde eles são detentores dos conhecimentos e os estudantes são meros ouvintes a serem “preenchidos” de informações. Esse é o ciclo da educação bancária, em que quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é se tornar opressor (FREIRE, [1968]2017). Nesse contexto, o papel desse estudante é apenas memorizar e reproduzir, abordagem que subestima a capacidade cognitiva dos alunos e ignora as diferenças individuais, além de limitar o seu crescimento intelectual.

Numa visão libertadora, não mais “bancária” da educação, o seu conteúdo programático já não involucra finalidades a serem expostas ao povo, mas, pelo contrário, porque parte e nasce dele, em diálogo com os educadores, reflete seus anseios e esperanças. Daí a importância da temática como ponto de partida do processo educativo, como ponto de partida de sua dialogicidade (FREIRE, [1968]2017, p. 143).

Assim, o termo *unidade temática* se refere ao conjunto de objetos de aprendizagem de um determinado componente curricular e afasta a ideia de elaborar objetivos linguísticos a partir de regras gramaticais. Assim, ao construir um objetivo de ensino a partir de uma perspectiva formalista, por exemplo, “ensinar as forma do simple present nas formas afirmativa, negativa e interrogativa”, tem-se em mente uma função de repetição a partir do modelo de língua do professor na tentativa de “propiciar os alunos a oralidade para expressar ações rotineiras ou cotidianas de maneira correta”. Assim, para a BNCC, unidade temática assume uma dupla função: primeiro, *libertar* os conteúdos de uma finalidade prévia a sua apresentação, pois eles devem ser construídos, no nosso curso de Letras, a partir da relação dos alunos com o ambiente em que estão inseridos – a escola (LINS JR., 2023), segundo, permitir o diálogo (LINS JR.; MORAES, 2023), em que a facilitação/mediação da aprendizagem, através de práticas de letramentos, como, por exemplo, os diários de leitura, ultrapassam a simples transmissão de conhecimento. Dessa forma, conceitos como certo/errado podem ser ressignificados para adequado/inadequado, permitindo uma análise maior sobre a língua e não uma análise metalinguística descontextualizada.

Seguindo essa premissa, A5 relatou que sua experiência com a professora de inglês não foi satisfatória para si ou para turma, fazendo com que todos se desinteressassem pelo componente curricular, devido à maneira como a professora conduzia suas aulas,

A realidade também destruiu a minha empolgação e a da turma, a professora *não dominava a língua* assim como a da autora do texto, mas o pior não era isso mas sim porque ela não tinha nenhum *domínio de sala* e isso fez com que não somente eu

mas várias outras pessoas da turma nos desinteressássemos pela língua e não levasse a sério as aulas de inglês (DL#1-A5, grifos nossos).

Embora A5 destaque a experiência vivida como algo incômodo no seu processo de ensino-aprendizagem, os termos grifados, “naturalizados” pelo nosso sistema de ensino e levados até a faculdade, mostram um modelo contrário do que o orientado pela BNCC. Como se trata do seu primeiro diário de leitura é provável que A5 não tenha refletido sobre o uso do termo nos contextos acima, ou seja, durante os mais de dois anos de curso, parece que nada mudou na concepção deste informante sobre o que é língua e como ensiná-la de forma diferente do modelo que ele mesmo critica.

O relato de A5 alerta para o fato de que, na sua experiência, a professora foi sincera e disse que estava ministrando inglês apenas para cumprir sua jornada mensal. Assim, A5 vê a língua como uma estrutura a ser dominada, o que caracteriza um forte apego à gramática normativa e à estrutura da língua, ao mesmo tempo em que se vê, como docente, servindo a um modelo autoritário, em que o professor fala e o aluno ouve passivamente.

É válido destacar a importância de conhecer o ambiente escolar no começo da formação docente, para que o professor em formação tenha ideia das inúmeras possibilidades de ministrar uma aula e saber como lidar em situações que fogem das possibilidades que um plano de aula permite – o que seria uma possibilidade de encontrarmos um relato diferente no discurso de A5.

Em contrapartida, A6 mostra que já no início do semestre compreendeu a importância de o professor ser um facilitador da aprendizagem: “[n]o início do período aprendi que o professor tem que ser um facilitador para o aluno, sendo reflexivo e procurando caminhos para solucionar os problemas dos estudantes em sala de aula” (DL#1-A6). Dessa forma, despertou-se um desejo de promover um ensino de inglês baseado na facilitação da aprendizagem:

fui percebendo como aquele relato me entristeceu e ao mesmo tempo me motivou a procurar soluções para minha docência ser diferente, e despertar a autonomia, o interesse e principalmente a curiosidade nos alunos sobre a língua inglesa, e promover um real ensino de Inglês dentro da sala de aula de uma escola pública (DL#1-A6).

Vimos que entender os conceitos pertinentes à conduta do professor para melhores condições de aprendizagem, a partir da prática, e o gênero *diário de leitura* proporciona uma prática discursiva baseada em fontes de conhecimentos empíricos e teóricos. O autor começa a se posicionar diante de sua prática ao invés de executar comportamentos mecânicos, vistos como “naturalizados” em trechos anteriores, ou pior, não refletir sobre o que aprende na faculdade e o que e como deve ensinar na Educação Básica.

Ao serem expostos à construção e, posteriormente, à apresentação e discussão dos planos de aula, A4 mostra, em seu diário, uma interdiscursividade com outros componentes curriculares do curso, inserindo, no texto estudado, uma experiência pessoal:

Essa pergunta, junto com a anterior, talvez sejam os maiores tormentos dos professores. “Será que estou realmente ensinando e meus alunos estão realmente aprendendo?”. Luciano afirma que aprender é um processo de transformação do indivíduo e ele não poderia estar mais certo, já que educação transforma pessoas e pessoas transformam o mundo! (Obrigado Paulo Freire! Essa é digna de tatuagem!). Lembrando que, como aprendi com outra professora, não existe teoria mais certa ou errada que outra, existe aquela que cabe ao seu objetivo final. O professor precisa utilizar aquela que se adequa a mediação dos conteúdos aos seus alunos, possibilitando a aprendizagem, e é isso que vai ter um grande peso nas aulas: a mescla da teoria com a metodologia (DL#2- A4).

Inicialmente, percebemos no discurso de A4 uma intertextualidade ao citar Paulo Freire, e, mais ainda, um movimento reflexivo e atualizador de conhecimentos teóricos a partir das experiências práticas. O aluno-escritor desse DL assume uma opinião favorável à ideia de Oliveira (2014) e interliga seu discurso com quais metodologias utilizar em sala de aula e o seu papel no objetivo que almeja no processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Partindo desse ponto, notamos que os alunos começam a entender a relevância de conhecer diferentes métodos e como isso implica na nossa prática e na mediação do conteúdo.

A abordagem pós-método representa um novo paradigma no campo do ensino de línguas adicionais, pois, sem desprezar os métodos de ensino já desenvolvidos não se prende a um especificamente e nem considera um melhor do que o outro. Nesse sentido, a língua é tida como instrumento heterogêneo, e, por isso, não defende a ideia de apenas um tipo de abordagem, mas assim aquela que mais se adequar àquele determinado público que estamos lecionando.

Portanto, de acordo com Kumaravelu (2006), a abordagem pós-método se caracteriza pela interconexão dos seguintes elementos: a busca por uma alternativa ao método, em vez de um método alternativo; a autonomia tanto do professor quanto do aluno; e o pragmatismo fundamentado em princípios, que se concentra em como a aprendizagem em sala de aula pode ser moldada e gerenciada pelos professores por meio de um ensino embasado e de uma avaliação crítica.

Os fragmentos analisados mostram que a heterogeneidade na formação é um fenômeno comum não apenas no contexto educacional, mas em todos os contextos possíveis, entretanto, a necessidade de uma constante revisão e retomada dos princípios e das escolhas/seleções manifestadas nos currículos dos cursos vão influenciar diretamente nas práticas dos professores, sobretudo naqueles recém-formados, ou que apresentam pouca

experiência no magistério. A manutenção de escolhas imutáveis e inflexíveis não se justificam pelas linhas de pesquisa e/ou orientações metodológicas dos professores formadores, apenas confirmam a posição estática, de inércia, que esses professores insistem em perpetuar, o que, por si, já é uma manifestação de violência curricular – e que abre espaço para uma nova pesquisa: de que forma o currículo do curso de Letras da UEVA representa os saberes docentes.

Algumas palavras finais

Após o estudo que teve como objetivo entender como os discursos de estagiários de Língua Inglesa representam conhecimentos que os permitam desenvolver as habilidades e as competências desse componente curricular na Educação Básica, consideramos alguns resultados significativos, obtidos através da análise de diários de leitura, produzidos no componente curricular de Estágio Supervisionado II – Língua Inglesa, no primeiro semestre de 2023, com a finalidade de propor um diálogo entre os textos lidos neste componente curricular e em outros e as experiências vivenciadas nos estágios .

Ainda que em graus diferenciados, os relatos sugerem que a maioria dos alunos iniciam as práticas de estágio sem um discernimento claro sobre língua e linguagem, como visto na última seção do texto. Assim, a leitura, interpretação e discussão de documentos que orientam a prática docente na Educação Básica se mostra aquém do desejado no curso, em componetes curriculares que não estejam categorizados como “grupo de formação pedagógica”, o que naturaliza a dicotomia teoria e prática, no referido curso.

Levando em consideração as ideias apresentadas por Oliveira (2014), com as questões sobre o que é ensinar, o que aprender e o que é método, criticamos algumas práticas baseadas em mitos e ideologias hegemônicas na prescrição e realização da formação em Letras – Inglês da UEVA, que podem refletir negativamente na docência agenciadora. Concluimos, portanto, que a formação de professores não deve se basear apenas na acumulação de informações, mas sim na reflexividade crítica sobre as práticas e na reconstrução contínua da identidade pessoal.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. (Trad. Paulo Bezerra.). 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, [1963]2006.

BRANDÃO, Carlos R. *O que é educação?* 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular* (versão final). Brasília: MEC, 2018. Disponível

em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e.pdf. Último acesso em: 13 jul. 2023.

BRASIL. *Resolução CNE/CP2/2019* – Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília: Ministério da Educação, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Último acesso em: 13 jul. 2023.

FRADE, Isabel Cristina A. da Silva *et al.* (Orgs.). *Glossário Ceale**. Termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

GAYDECZKA, Beatriz; KARWOSKI, Acir Mário. Pedagogia dos Multiletramentos e desafios para uso das novas tecnologias digitais em sala de aula no ensino de língua portuguesa. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 18, n. 1, p. 151-174, jan./jun. 2015.

HEATH, Shirley B.; STREET, Brian V. *On ethnography: approaches to languages and literacy research*. National Conference on Research in language and literacy. New York: Teachers College Columbia, 2008.

KUMARAVADIVELU, Bala. The post-method: (e)merging strategies for second/foreign language teaching. *TESOL Quarterly*, v. 28, n. 1, p. 27-48, 1994.

KUMARAVADIVELU, Bala. Toward a postmethod pedagogy. *TESOL Quarterly*, v. 35, n.4, 2001.

KUMARAVADIVELU, Bala. *Understanding language teaching: from method to post method*. Mahwah, Nova Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2006.

LIMA, Diógenes C. *Inglês em escolas públicas não funciona? Uma questão, múltiplos olhares*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

LINS JR., José Raymundo F. *Educação linguística e formação de professores de línguas crítico-reflexivos: uma análise dos discursos de licenciandos do curso de Letras da UEVA*. (Tese). Programa de Pós-Graduação em Linguística. CCHLA/UFBA, João Pessoa, 2019.

LINS JR., José Raymundo F. O currículo de formação de professores de línguas: entre o prescrito e o realizado. *Revista online de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 27, n. esp. 1, p. 1-25, 2023.

LINS JR., José Raymundo F.; MORAES, Rozania. Produção escrita e letramentos acadêmicos: o diário de leitura e a profissionalização de professores de língua inglesa. *Revista Linguagem em Foco*, Fortaleza, v. 15, n. 1, p. 52-74, 2023.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Oficina de linguística aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas*. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinada*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. Oito questões teóricas básicas. In: OLIVEIRA, L. A. *Métodos de ensino de inglês: teorias, práticas, ideologias*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. p. 20-71.

PIMENTA, Selma Garrido. *O estágio na formação de professores: unidade teórica e prática*. 3. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. *Estágio e docência*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

ROJO, R.; MOURA, E. (Org.). *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

ROJO, Roxane. Outras maneiras de ler o mundo. In: Fundação Telefônica. *Educação no Século XXI: multiletramentos*. São Paulo: Fundação Telefônica, 2013. p. 7-11.

SETZER, Valdemar W. *Meios eletrônicos e educação: uma visão alternativa*. São Paulo: Editora Escrituras, 2001. (Coleção Ensaio Transversais, V. 10, versão eletrônica).

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SHETZER, Heidi; WARSCHAUER, Mark. An electronic literacy approach to network-based language teaching. In: WARSCHAUER, M.; KERN, R. (Orgs.). *Network-based language teaching: concepts and practice*. Nova York: Cambridge University Press, 2000. p. 171-185.

SIBILIA, Paula. *Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SOBRAL. *Projeto pedagógico do curso de Letras – Habilitação em Língua Inglesa*. Sobral: Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2022a.

SOBRAL. *Projeto pedagógico do curso de Letras – Habilitação em Língua Inglesa*. Anexo II: Ementas. Sobral: Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2022b.

STREET, Brian V. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. (Trad. Marcos Bagno.). São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, [2002]2014.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. (Trad. Daniel Grassi.). Porto Alegre: Bookman, 2001.

POLÍTICA EDITORIAL

A Revista PERcursos Linguísticos publica minimamente 3 (três) números anualmente e tem como objetivo a publicação de textos científicos nas diversas áreas da Linguística e Linguística Aplicada. Com esse propósito, abre um espaço para a um diálogo acadêmico, que possibilita o debate em torno de diferentes orientações teóricas, transitando desde os paradigmas relacionados com a descrição e a análise linguística até às instigantes perspectivas do discurso e da análise textual, e às questões típicas da ampla área de linguística aplicada.

Por definição da política editorial da Revista, são aceitas contribuições de artigos redigidos em português de pesquisadores doutores, mestres e estudantes de pós-graduação do Brasil e do exterior, bem como estudantes de graduação, em conjunto com seus respectivos orientadores.

Os textos submetidos para publicação na revista são avaliados anonimamente por dois pareceristas do Conselho Editorial. Caso o artigo não seja da área de avaliação desses pareceristas, consultores ad hoc emitirão o parecer também no sistema de avaliação duplo cego. No caso de discrepâncias na avaliação do artigo, ele será avaliado por um terceiro parecerista. Depois da análise, cópias dos pareceres serão encaminhadas aos autores, juntamente com instruções para modificações, quando for o caso. Os trabalhos que não responderem no devido tempo hábil para resposta, não serão publicados na edição a qual foi inserido. Dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores. Só será admitido um artigo por chamada por autor(es).

Os artigos podem ser escritos em português, inglês ou espanhol.

Os dados e conceitos contidos nos artigos, bem como a exatidão das referências, serão de inteira responsabilidade do(s) autor(es).

Os originais apresentados não devem ter sido submetidos a outro periódico simultaneamente.

Não serão aceitos artigos de autoria de mais de três autores sem a devida justificativa que deverá ser aceita pelo conselho editorial da PERcursos.

Os direitos autorais referentes aos artigos aprovados serão concedidos, sem ônus, automaticamente à revista PERcursos Linguísticos, a qual poderá então publicá-los com base nos incisos VI e I do artigo 5º da Lei 9610/98.

Os autores devem providenciar autorização para uso das imagens. Caso contrário, será necessário retirá-las e apenas descrevê-las.

Os direitos autorais referentes aos trabalhos aprovados serão concedidos, sem ônus, automaticamente à revista PERcursos Linguísticos, a qual poderá então publicá-los com base nos incisos VI e I do artigo 5º da Lei 9610/98. O trabalho publicado poderá ser acessado pela rede mundial de computadores, sendo permitidas, gratuitamente, a consulta e a reprodução de exemplar do trabalho para uso próprio de quem o consulta. Essa autorização de publicação não tem limitação de tempo, ficando o site da revista responsável pela manutenção da identificação do autor do artigo. Casos de plágio ou quaisquer ilegalidades nos textos apresentados são de inteira responsabilidade de seus autores.

DIRETRIZES PARA PROPOSIÇÃO DE DOSSIÊ TEMÁTICO (MEMBROS EXTERNOS À REVISTA)

Os proponentes deverão contatar a Revista PERcursos com o título e proposta (resumo de até 400 palavras) do dossiê, para que seja analisada sua convergência com o escopo da revista.

Havendo aceite à proposta, os organizadores deverão encaminhar uma lista de, no mínimo, 10 (dez) especialistas na área do dossiê, para colaboração na avaliação dos artigos.

A edição de texto é de responsabilidade dos organizadores do dossiê, que deverão seguir as diretrizes editoriais da revista. É necessário informar à comissão da PERcursos aquele (s) que ficará (ão) responsável (is) por essa tarefa.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

O trabalho deve ser digitado em Word for Windows, versão 6.0 ou superior, em papel A4 (21 cm X 29,7 cm), com margens superior e esquerda de 3 cm e direita e inferior de 2 cm, sem numeração de páginas. A fonte deverá ser Times New Roman, tamanho 12, em espaçamento 1,5 entre linhas e parágrafos, com alinhamento justificado. Os trabalhos devem ter extensão mínima de 10 e máxima de 20 páginas, incluindo todos os dados, como tabelas, ilustrações e referências.

O trabalho deve obedecer à seguinte estrutura e ordem

- Título: centralizado, em maiúsculas com negrito, na fonte 14, no alto da primeira página.
- Título na língua estrangeira escolhida (inglês ou espanhol, quando estas não forem a língua do texto do artigo): centralizado, em maiúsculas com negrito, na fonte 14, no alto da primeira página.
- Nome do(s) autor(es): por extenso, com letras maiúsculas somente para as iniciais, em fonte 12, duas linhas abaixo do título, alinhado à direita, com um número que remeterá à nota de rodapé para identificação da titulação e instituição a que pertence(m) o(s) autor(es) e e-mail de contato. A identificação não deve exceder duas linhas da nota para cada autor.
- Resumo: em português para os textos escritos em português; na língua do artigo e em português para artigos escritos em língua estrangeira. Precedido desse subtítulo e de dois-pontos, em parágrafo único, de no máximo 200 palavras, justificado, sem adentramento, em espaçamento simples, duas linhas abaixo do nome do autor.
- Palavras-chave: no mínimo três e no máximo cinco; precedidas desse subtítulo e de dois-pontos, com iniciais maiúsculas, separadas por ponto, fonte normal, em alinhamento justificado, espaçamento simples, sem adentramento, com um espaço simples após o resumo.
- Resumo na língua estrangeira: precedido desse subtítulo e de dois-pontos, em parágrafo único, de no máximo 200 palavras, justificado, sem adentramento, em espaçamento simples, duas linhas abaixo do nome do autor.
- Palavras-chave em língua estrangeira: no mínimo três e no máximo cinco; precedidas desse subtítulo e de dois-pontos, com iniciais maiúsculas, separadas por ponto, fonte normal, em alinhamento justificado, espaçamento simples, sem adentramento, com um espaço simples após o resumo.
- Texto do artigo: iniciado duas linhas abaixo das palavras-chave em língua estrangeira, em espaçamento 1,5 cm. Os parágrafos deverão ser justificados, com adentramento de 1,25 cm na primeira linha. Os subtítulos correspondentes às seções do trabalho deverão figurar à esquerda, em negrito, sem numeração e sem adentramento, com a inicial da primeira palavra em maiúscula. Deverá haver espaço duplo de uma linha entre o último parágrafo da seção anterior e o subtítulo. Todo destaque realizado no corpo do texto será feito em itálico.

Caso seja necessário apresentar uma sequência ou ordem dentro do próprio corpo de texto, a informação deverá ser numerada, sequencialmente, com algarismos arábicos entre parênteses. Se a informação for fora do parágrafo principal, essa deverá ser enumerada como algarismos arábicos, ser escrita com tamanho 10, com recuo de 4 cm da margem esquerda, o espaçamento das entrelinhas da citação deve ser simples.

Para citações no corpo do texto, são seguidas as diretrizes abaixo:

- Texto com menos de três linhas completas: tamanho 12, com aspas e dentro do texto. Deve ser acompanhado da referência. Exemplo: (SILVA, 2005, p. 36-37). Quando o sobrenome vier fora dos parênteses, deve-se utilizar apenas a primeira letra em maiúscula.

- Textos com mais de três linhas completas: tamanho 10, com recuo de 4 cm da margem esquerda, o espaçamento das entrelinhas da citação deve ser simples. Deve ser acompanhado da referência. Exemplo: (SILVA, 2005, p. 36-37). Quando o sobrenome vier fora dos parênteses, deve-se utilizar apenas a primeira letra em maiúscula. Quando a referência estiver junto ao texto, deve-se aplicar ponto-final no trecho citado, inserir a referência e aplicar novamente o ponto-final.

- Referências: precedidas desse subtítulo, iniciadas à esquerda, justificadas, sem adentramento, em ordem alfabética de sobrenomes e, no caso de um mesmo autor, na sequência cronológica de publicação dos trabalhos citados, duas linhas após o texto. Para referências em geral (de livro, de autor-entidade, de dicionário, de capítulo de livro organizado, de artigo de revista, de tese/dissertação, de artigo/notícia em jornal, de trabalhos em eventos, de anais de evento, de verbete, de página pessoal). Só devem ser inseridos nas referências textos que foram utilizados ao longo do artigo.

Devem ser seguidos os exemplos abaixo:

Artigos científicos:

SOBRENOME, Nome por extenso. Título do artigo. *Nome da revista*, v. 1, n. 1, p. 1-10, Ano.

Livros autorais:

SOBRENOME, Nome por extenso. *Título do livro*. Número da edição. Cidade da editora: Editora. Ano.

SOBRENOME, Nome por extenso. *Título do livro*: subtítulo. Número da edição. Cidade da editora: Editora. Ano.

Livros organizados:

SOBRENOME, Nome do primeiro organizador por extenso; SOBRENOME, Nome do segundo organizador por extenso (Orgs.). *Título do livro*. Número da edição. Cidade da editora: Editora. Ano.

SOBRENOME, Nome do primeiro organizador por extenso; SOBRENOME, Nome do segundo organizador por extenso (Orgs.). *Título do livro*: subtítulo. Número da edição. Cidade da editora: Editora. Ano.

Livros com mais de 3 (três) organizadores poderão utilizar o recurso *et al.*

Capítulos de livro:

SOBRENOME, Nome por extenso. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome do organizador por extenso (Org.). *Título do livro*. Número da edição. Cidade da editora: Editora. Ano.

Teses e dissertações:

SOBRENOME, Nome por extenso. *Título da tese*: subtítulo. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação (Sigla da Universidade), ANO.

Trabalho publicado em anais de congresso:

SOBRENOME, Nome por extenso. Título do trabalho. *Nome do Congresso sem abreviações*. Instituição responsável (quando houver). Cidade, ano, p. 1-10.

Páginas da internet:

Notícias:

SOBRENOME, Nome por extenso. Título da notícia. *Nome do portal/jornal*, data de publicação. Disponível em: (link da notícia). Último acesso em: (data do último acesso).

Redes sociais:

SOBRENOME, Nome por extenso. *Post em rede social* (inserir título quando houver). Cidade, mês, ano. Nome da rede social. Disponível em: (link da postagem). Último acesso em: (data do último acesso).

Os autores serão requeridos a ajustarem seus textos até que se adequem às normas da revista, sendo condição para publicação dos manuscritos.

No caso de haver transcrição fonética e uso de fontes do IPA, é necessário usar somente um tipo de fonte: silDoulosIPA, tamanho 12. A fonte pode ser obtida gratuitamente por meio do site: <http://scripts.sil.org/DoulosSIL_download>.

Anexos, caso existam, devem ser colocados após as referências, precedidos da palavra Anexo, em negrito, sem adentramento e sem numeração.

Os trabalhos que não se enquadrarem nas normas aqui expostas serão recusados.

Serão devolvidos aos autores trabalhos que não obedecerem tanto às normas aqui estipuladas quanto às normas de formatação.

Declaração de Direito Autoral

O autor de submissão à Revista PERcursos Linguísticos cede os direitos autorais à editora da revista (Programa de Pós-Graduação em Linguística - UFES), caso a submissão seja aceita para publicação. A responsabilidade do conteúdo dos artigos é exclusiva dos autores. É proibida a submissão integral ou parcial do texto já publicado na revista a qualquer outro periódico.

Os trabalhos aqui apresentados utilizam a licença Creative Commons CC BY: Attribution-NonCommercial- NoDerivatives 4.0 International. Para mais informações, verificar:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

PERcursos Linguísticos

Equipe editorial

A/C Patrick Rezende (editor-gerente)

Guilherme Brambila

CCHN/ PPGEL – Programa de Pós-Graduação em Linguística

Universidade Federal do Espírito Santo

Av. Fernando Ferrari, nº 514

Campus Universitário – Goiabeiras

CEP 29075-910 Vitória – ES

Tel: 0 XX 4009-2801

E-mail:

patrickrezende@hotmail.com

guilhermebrambilamanso@hotmail.com